



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Engenharia

# **Espaço Público: Reabilitação Urbana no Centro histórico de Vila Real**

**Emanuel Fonseca Gomes de Moura**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitectura**  
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutora Ana Lúcia Virtudes

**Covilhã, Fevereiro de 2016**



# Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais, sem os quais nada disto seria possível, de seguida, gostaria de agradecer á Professora Doutora Ana Lúcia Virtudes, por todo o apoio, disponibilidade, paciência e pelo ânimo que me deu ao longo deste trabalho.

De seguida gostaria de agradecer a todos os meus amigos, pelo apoio quando precisei, pelo companheirismo, e por toda a amizade provada ao longo destes anos.

Gostaria por fim de agradecer a todos os que de alguma forma me ajudaram e que contribuíram para estar onde estou sem os quais nada disto seria possível. Gostaria por fim, de agradecer igualmente ao meu irmão pela disponibilidade e paciência, e a toda a minha família em geral, sem os quais nunca teria chegado onde estou.



# Resumo

Entre os principais problemas associados aos centros históricos poder-se-ão destacar, o declínio da função residencial, do comércio a retalho e dos serviços em prol da periferia devido a aspectos como a degradação dos imóveis, ou a falta de requisitos de conforto e habitabilidade dos mesmos, e a falta de estacionamento, ou a dificuldade de adaptação das características morfológicas ao uso do automóvel. Por outro lado, verificam-se lacunas ao nível do espaço público que dificultam a sua fruição, quer pela população residente, quer pelos visitantes. De entre estes factores destacam-se os passeios irregulares, os espaços desadequados na sua escala, a falta de espaços verdes, os arruamentos com pisos irregulares entre outros.

Estas situações levam a que grande parte da população que reside nestas zonas, fique quase que esquecida por parte das autoridades competentes e entregue á solidão, nomeadamente os mais idosos. Nos últimos anos dadas as preocupações descritas anteriormente, os centros históricos, espaços públicos incluídos, das cidades têm vindo a ser objecto de estudo crescente nos domínios da Arquitectura e do Urbanismo, sendo que, no entanto, ainda há muito a fazer nesta área, tendo por exemplo em conta o caso de estudo de Vila Real.

Sendo assim e de acordo com os problemas atrás descritos, pode-se verificar que o centro histórico da cidade de Vila Real, não é excepção quanto á necessidade de requalificação do espaço público. Assim esta dissertação, apresenta uma proposta de requalificação para a Avenida Carvalho Araújo em Vila Real e a sua envolvente próxima, aplicando os conhecimentos teóricos apreendidos ao longo deste estudo, procurando melhorar a sua fruição, de forma a poder contribuir para o tornar mais confortável e atractivo não só a quem o visita, mas também a quem o habita.

## Palavras-chave

- Espaço Público
- Avenida Carvalho Araújo
- Centro histórico de Vila Real
- Continuidade
- Vivências colectivas



# Abstract

Between the principal problems associated with the historic centers, can be highlighted, the decline of the residential function, of the retail commerce and of the services in favor of the suburbs due to aspects such as property degradation, or the lack of comfort requirements and habitability of such, the lack of parking lots, or the difficulty of adaptation of the morphologic characteristics to the use of the automobile. On the other hand, gaps occur at the public space level, which difficult their fruition, as by the resident population, as by the visitors. Between this factors can be highlighted irregular sidewalks, spaces inadequate in their scale, the lack of green spaces, the streets with irregular surfaces among others.

This situations lead to the fact that the majority of the population living in these areas, stay almost forgotten by the competent authorities and delivered to solitude, namely the most elderly. In the Last years given the concerns described before, the historic centers, public spaces included, of our cities have become the subject of increasingly studies in the fields of architecture and urbanism, however, there is still much to do in this area, taking into account for example the case study of Vila Real.

Therefore and according with the problems before described, it can be verified that the historic center of the city of Vila Real, it is not an exception as for the need of is public space rehabilitation. As so this dissertation, presents one proposal of rehabilitation for the Carvalho Araújo Avenue in Vila Real and its close surroundings, applying the theoretical knowledge seized throughout this study, looking to improve its fruition, so that it may contribute for it to become more comfortable and attractive not only to the visitors, but also to is inhabitants.

## Keywords

- Public space
- Avenida Carvalho Araújo
- Historic center of Vila Real
- Continuity
- Collective experiences



# Índice

<b>Agradecimentos</b>	III
<b>Resumo</b>	V
Palavras-chave	V
<b>Abstract</b>	VII
KeyWords	VII
<b>Lista de Figuras</b>	XII
<b>Lista de Tabelas</b>	XIX
<b>Capítulo 1- Introdução</b>	1
1.1 Identificação e relevância da temática	1
1.2 Objectivos	2
1.3 Metodologia	3
1.4 Estrutura	4
<b>Parte I   Enquadramento teórico - O espaço público no contexto da cidade</b>	
<b>Capítulo 2- Requisitos funcionais dos espaços públicos urbanos</b>	6
2.1 Breve referência histórica	6
2.2 Evolução e significados	16
2.3 Tipos e funções do espaço público	20
2.4 Boas práticas projetuais	24
<b>Parte 2   Proposta de reabilitação urbana no centro de Vila Real</b>	
<b>Capítulo 3- Caracterização da situação pré existente</b>	33
3.1 Breve contextualização no concelho de Vila Real	33
3.2 Contexto histórico de um Terreiro Medieval	36
A) Origem e evolução	37
B) Alterações modernas, pós 1834	42
C) Propostas contemporâneas	49
3.3. Diagnostico Urbanistico	53
A) Pontos fortes e pontos fracos	53
B) Tecido edificado	59
C) Tipos de Atividades	61
D) Traços gerais do espaço público	66
<b>Capítulo 4- Conformidade com os instrumentos de gestão territorial</b>	72
4.1. Enquadramento no PDM de Vila Real	72
A) Usos do Solo	73
B) Índices e parâmetros urbanísticos	77
C) Condicionantes ao uso do solo	79
4.2 Síntese de Regras aplicáveis á intervenção de reabilitação urbana	81

<b>Capítulo 5- Proposta de reabilitação urbana</b>	83
5.1 Objectivos ao nível dos espaços públicos	83
5.2. Memória descritiva e justificativa das medidas projetuais	84
A) Descrição geral da proposta	84
B) Proposta de arruamentos	89
C) Proposta de espaços verdes e de estar	95
D) Proposta de mobiliário urbano	98
<b>Capítulo 6- Conclusões</b>	102
<b>Bibliografia</b>	105
<b>Anexo 1</b>	108



# Lista de Figuras

- Fig. 1, Largo do Carmo, Lisboa, revolução de 25 de Abril de 1974;** 7  
Fonte: <http://media.rtp.pt/blogs/ashorasdecisivasdeabril/wp-content/uploads/sites/20/2014/04/009.jpg>, consultado em 27 de Fevereiro de 2015-
- Fig. 2, Cidade estado de Mileto na Grécia Clássica;** 8  
Fonte: <http://www.mlahanas.de/Greeks/CityPlan.htm>, consultado em 25 de Abril de 2015.
- Fig. 3, Ilustração de uma vista em corte do fórum Romano;** 8  
Fonte: [http://www.stephenbiesty.co.uk/galleries\\_exploded\\_views\\_RomanForum.html](http://www.stephenbiesty.co.uk/galleries_exploded_views_RomanForum.html), consultado em 25 de Abril de 2015.
- Fig. 4, Retrato de um Mercado medieval algures na Europa central;** 9  
Fonte: <http://historywallcharts.eu/view/a-medieval-market>, Consultado em 26 de Abril de 2015.
- Fig. 5, Praça de São Marcos e Piazzeta, Veneza;** 10  
Fonte: <https://www.bing.com/maps/#Y3A9NDAuMjk1MzAwfi03LjQ2MjAwMCZsdmw9NCZzdHk9ciZxPVZpbGELmJBSZWFsJTIwUG9ydHVnYWw=>, Consultado em 1 de Março de 2015.
- Fig. 6, Praça do Rossio, Lisboa;** 11  
Fonte: <http://www.visitasvirtuais.com/images%5Ccloais%5CPracaDomPedroIVRossioFoto.jpg>, Consultado em 3 de Março de 2015.
- Fig. 7, Piazza de San Marco, Veneza e Piazza de Leonine, Veneza;** 12  
Fonte: <https://www.google.pt/maps>, consultado em 3 de Março de 2015.
- Fig. 8, Conjunto formado pela Piazza de San Marco e Piazza de Leonine;** 12  
Fonte: <https://www.bing.com/maps>, consultado em 3 de Março de 2015.
- Fig. 9, Ernst reuter platz, Berlin;** 13  
Fonte: [www.pressestelle.tu-berlin.de](http://www.pressestelle.tu-berlin.de), consultado em 4 de Março de 2015.
- Fig. 10, Brasília, Capital do Brasil, é uma cidade claramente vocacionada para problemas funcionais (tráfego automóvel) e não tanto sociais;** 14  
Fonte: <http://www.brasil-turismo.com/distrito-federal/df.htm>, consultado em 6 de Março de 2015.
- Fig. 11, Arredores Barcelona 2001 (à esquerda) e em 2012 (à direita);** 15  
Fonte: Google earth 2015, consultado em 8 de Março de 2015.
- Fig. 12, Rio de Janeiro, separação entre um bairro classe média e a favela;** 16  
Fonte: [http://www.pco.org.br/banco\\_arquivos/conoticias/imagens/31668.jpg](http://www.pco.org.br/banco_arquivos/conoticias/imagens/31668.jpg), consultado em 8 de Março de 2015.
- Fig. 13, Praça Vermelha Moscovo, vista sobre a Catedral de St.Basil e edifício do Kremlin. (independentemente da quantidade de Turismo que recebe, esta possui ainda uma forte demonstração de Poder e imponência, evocando a ex URSS);** 18  
Fonte: <http://www.puretravel.com/itineraries/2097> e <https://www.bing.com/maps>, consultado em 10 de Março de 2015.
- Fig. 14, Largo da Paz, Bairro da Ajuda Lisboa;** 18  
Fonte: <http://www.lisboaocidentalsru.pt/default.aspx?module=ArtigoDisplay&ID=12>, consultado em 10 de Março de 2015.

<b>Fig. 15, Praça do Município Lisboa;</b>	<b>18</b>
Fonte: <a href="http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_do_Munic%C3%ADpio_Lissabon_September_2014.jpg">http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_do_Munic%C3%ADpio_Lissabon_September_2014.jpg</a> , consultado em 10 de Março de 2015.	
<b>Fig. 16, Central Park, New York no Verão;</b>	<b>19</b>
Fonte: <a href="http://www.fashionspill.com/segredos-do-central-park-em-nova-york/">http://www.fashionspill.com/segredos-do-central-park-em-nova-york/</a> , consultado em 10 de Março de 2015.	
<b>Fig. 17, Barcelona;</b>	<b>20</b>
Fonte: <a href="http://stgo.es/wp-content/uploads/2012/08/image09.jpg">http://stgo.es/wp-content/uploads/2012/08/image09.jpg</a> , consultado em 10 de Março de 2015.	
<b>Fig. 18, Lisboa;</b>	<b>20</b>
Fonte: <a href="http://www.imobiliarialisboa.com/imagens/portugal/lisboa/parque-Eduardo-VII-Avenida-da-Liberdade-Lisboa.jpg">http://www.imobiliarialisboa.com/imagens/portugal/lisboa/parque-Eduardo-VII-Avenida-da-Liberdade-Lisboa.jpg</a> , consultado em 10 de Março de 2015.	
<b>Fig. 19, Paris;</b>	<b>20</b>
Fonte: <a href="https://destinocerto00.files.wordpress.com/2012/12/paris8.jpg">https://destinocerto00.files.wordpress.com/2012/12/paris8.jpg</a> , consultado em 10 de Março de 2015.	
<b>Fig. 20, Ilustração ponto 1, protecção contra o tráfego;</b>	<b>25</b>
<b>Fig. 21, Ilustração ponto 2, segurança nos espaços públicos;</b>	<b>25</b>
<b>Fig. 22, ilustração ponto 3, protecção contra experiências sensoriais desagradáveis;</b>	<b>26</b>
<b>Fig. 23, ilustração ponto 4, espaço para caminhar;</b>	<b>26</b>
<b>Fig. 24, ilustração ponto 5, espaços de permanência;</b>	<b>27</b>
<b>Fig. 25, ilustração ponto 6, ter onde se sentar;</b>	<b>28</b>
<b>Fig. 26, ilustração ponto 7, possibilidade de observar;</b>	<b>28</b>
<b>Fig. 27, ilustração ponto 8, oportunidade de conversar;</b>	<b>29</b>
<b>Fig. 28, ilustração ponto 9, locais para se exercitar;</b>	<b>29</b>
<b>Fig. 29, ilustração ponto 10, escala humana;</b>	<b>30</b>
<b>Fig. 30, ilustração ponto 11, possibilidade de aproveitar o clima;</b>	<b>31</b>
<b>Fig. 31, ilustração ponto 12, boa experiência sensorial;</b>	<b>32</b>
<b>Fig. 32, Mapa de localização distrito, concelho e da Cidade de Vila Real;</b>	<b>34</b>
<b>Fig. 33, Dados relativos a cidade de Vila Real e distribuição da população pelo distrito;</b>	<b>35</b>
Fonte: <a href="http://www.ine.pt">www.ine.pt</a> , consultado em 23 de Março de 2015.	
<b>Fig. 34, Vista aérea actualmente da cidade de Vila Real;</b>	<b>35</b>
Fonte: <a href="http://www.bing.com/maps">www.bing.com/maps</a> , consultado em 23 de Março de 2015.	
<b>Fig. 35, Mapa de localização da área de estudo (Av. Carvalho Araújo);</b>	<b>36</b>
<b>Fig. 36, Palácio dos marqueses (1950);</b>	<b>37</b>
Fonte: Museu do som e da imagem Vila Real	

<b>Fig. 37, Sé de São Domingos(1955);</b>	<b>37</b>
Fonte: Museu do som e da imagem Vila Real	
<b>Fig. 38, Campo do Tabulado, mostrando em primeiro plano a Maria da Fonte em frente a Sé;</b>	<b>38</b>
Fonte: <a href="https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts">https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts</a> , consultado em 29 de Março de 2015.	
<b>Fig. 39, Aguadeiras no chafariz do campo do Tabulado;</b>	<b>38</b>
Fonte: <a href="https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts">https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts</a> , consultado em 29 de Março de 2015.	
<b>Fig. 40, Mercado fechado e coberto (1885);</b>	<b>39</b>
Fonte: <a href="https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts">https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts</a> , consultado em 30 de Março de 2015.	
<b>Fig. 41, Casa dos Marqueses actualmente;</b>	<b>40</b>
<b>Fig. 42, Sé de Vila Real actualmente;</b>	<b>40</b>
<b>Fig. 43, Pormenor de uma planta da Avenida Carvalho Araujo, 1897;</b>	<b>40</b>
Fonte: <a href="https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts">https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts</a> , consultado em 31 de Março de 2015.	
<b>Fig. 44, Pormenor chafariz e cruzeiro em Frente ao Convento de São domingos;</b>	<b>41</b>
Fonte: <a href="https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts">https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts</a> , consultado em 2 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 45, Corrida de Burros organizada pelos alunos do liceu, (1921-1981);</b>	<b>41</b>
Fonte: Museu do som e da imagem, consultado em 2 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 46, Corrida de Cavalos durante a feira de Santo António, realizadas no Campo do Tabulado;</b>	<b>42</b>
Fonte: <a href="https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts">https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts</a> , consultado em 3 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 47, Mala-posta para a Régua;</b>	<b>42</b>
Fonte: <a href="https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts">https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts</a> , consultado em 3 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 48, Vista do Largo do Conde de Amarante (ao fundo o edifício do antigo governo civil, anteriormente Palácio do General Silveira, 1810);</b>	<b>43</b>
Fonte: <a href="https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts">https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts</a> , consultado em 4 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 49, Capela do bom Jesus do Hospital da Albergaria do Espirito Santo;</b>	<b>44</b>
Fonte: <a href="https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts">https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts</a> , consultado em 4 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 50, Largo do chafariz em dia de mercado;</b>	<b>44</b>
Fonte: Museu do Som e imagem, consultado em 5 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 51, Praça Luís de Camões em dia de mercado;</b>	<b>45</b>
Fonte: Museu do som e da imagem, Vila Real, consultado em 5 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 52, Praça Luís de Camões;</b>	<b>46</b>
Fonte: Museu do som e da imagem, Vila Real, consultado em 5 de Abril de 2015.	

<b>Fig. 53, Largo Conde de Amarante;</b>	<b>46</b>
Fonte: <a href="https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts">https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts</a> , consultado em 5 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 54, Aguadeiras no Largo do Chafariz;</b>	<b>46</b>
Fonte: <a href="https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts">https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts</a> , consultado em 5 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 55, Surgimento da Avenida Carvalho Araújo como um todo pela primeira vez, 1919;</b>	<b>47</b>
Fonte: museu do som e imagem, Vila Real, consultado em 6 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 56, Foto de 1960, já com o jardim no seu núcleo central;</b>	<b>47</b>
Fonte: museu do som e imagem, Vila Real, consultado em 6 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 57, Construção, e inauguração (em cima) da estátua a José Botelho Carvalho Araújo, e celebração da sua morte (em baixo) em 14/10/1968;</b>	<b>48</b>
Fontes: <a href="https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts">https://www.facebook.com/Vila-Real-Hist%C3%B3ria-e-Patrim%C3%B3nio-892980220718999/timeline/?ref=ts</a> , consultado em 6 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 58, Marchas de Santo António e concerto Herman José (Festas da cidade 2015);</b>	<b>49</b>
Fonte: <a href="https://www.facebook.com/municipiovilareal?fref=ts">https://www.facebook.com/municipiovilareal?fref=ts</a> , consultado em 7 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 59, Avenida Carvalho Araújo actualmente (zona norte em cima e sul em baixo);</b>	<b>50</b>
<b>Fig. 60, Mapa do edificado e estruturas mais importantes situados na área de estudo;</b>	<b>51</b>
<b>Fig. 61, Plano de requalificação da Avenida englobado no programa Polis;</b>	<b>52</b>
Fonte: Avenida Carvalho Araújo, Memória de um Terreiro Medieval, projecto Polis	
<b>Fig. 62, Perfil da proposta com destaque para a Sé de São domingos e seu alçado;</b>	<b>52</b>
Fonte: Avenida Carvalho Araújo, Memória de um Terreiro Medieval, projecto Polis	
<b>Fig. 63, Palácio de Mateus;</b>	<b>54</b>
Fonte: <a href="https://c1.staticflickr.com/7/6196/6070703039_45db603f02_b.jpg">https://c1.staticflickr.com/7/6196/6070703039_45db603f02_b.jpg</a> , consultado em 20 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 64, Alto Douro;</b>	<b>54</b>
<b>Fig. 65, Parque Corgo;</b>	<b>54</b>
Fonte: <a href="http://xiicongressospce2014.utad.pt/wp-content/uploads/2013/11/photo-gallery/Parque_Corgo_2A.jpg">http://xiicongressospce2014.utad.pt/wp-content/uploads/2013/11/photo-gallery/Parque_Corgo_2A.jpg</a> , consultado em 20 de Abril de 2015.	
<b>Fig. 66, Apontamentos fotográficos relativamente aos pontos referidos na tabela anterior;</b>	<b>55</b>
<b>Fig. 67, Trânsito automóvel e estacionamento abusivo, espaços verdes mal cuidados e voltados para a ornamentação, assim como pavimentos degradados e conflitos entre trânsito automóvel e pedonal;</b>	<b>57</b>
<b>Fig. 68; Zona central da avenida;</b>	<b>57</b>
<b>Fig. 69; Zona mais a sul completamente pedonal;</b>	<b>57</b>
<b>Fig. 70, Vista da Praça Camilo Castelo Branco actualmente;</b>	<b>58</b>
<b>Fig. 71, Planta de Positivos da existente, sem escala;</b>	<b>59</b>
<b>Fig. 72, Número de pisos por edifício;</b>	<b>60</b>
<b>Fig. 73, Planta de usos, 1º piso;</b>	<b>62</b>

<b>Fig. 74, Planta de usos, 2º Piso;</b>	<b>63</b>
<b>Fig. 75, Planta de usos, 3º Piso;</b>	<b>64</b>
<b>Fig. 76, Planta de usos, 4º Piso;</b>	<b>65</b>
<b>Fig. 77, Espaço Negativo da área de estudo e envolvente actualmente;</b>	<b>66</b>
<b>Fig. 78, Aproximação à área de estudo;</b>	<b>67</b>
<b>Fig. 79; Zonas constituintes da área de estudo;</b>	<b>67</b>
<b>Fig. 80, Planta de axialidades da existente (sem escala);</b>	<b>68</b>
<b>Fig. 81, Planta de percursos existentes (sem escala);</b>	<b>69</b>
<b>Fig. 82, Planta de estacionamento automóvel e de transportes públicos existente;</b>	<b>70</b>
<b>Fig. 83, Mapa de zonas ajardinadas e de passagens para peões existente;</b>	<b>71</b>
<b>Fig. 84, Extracto da carta de usos do solo, PDM 2011;</b>	<b>74</b>
Fonte: <a href="http://www.cm-vilareal.pt/index.php/cidadao/planos-de-ordenamento-do-territorio/itemlist/category/65-plano-diretor-municipal">http://www.cm-vilareal.pt/index.php/cidadao/planos-de-ordenamento-do-territorio/itemlist/category/65-plano-diretor-municipal</a> , consultado a 20 de Maio de 2015	
<b>Fig. 85, Plano de pormenor do centro histórico da cidade de Vila Real, planta de condicionantes;</b>	<b>76</b>
Fonte: <a href="http://www.cm-vilareal.pt/index.php/cidadao/planos-de-ordenamento-do-territorio/item/167-centro-historico">http://www.cm-vilareal.pt/index.php/cidadao/planos-de-ordenamento-do-territorio/item/167-centro-historico</a> , consultado em 20 de Maio de 2015	
<b>Fig. 86, Liceu Camilo Castelo Branco;</b>	<b>85</b>
<b>Fig. 87, Planta geral da Proposta;</b>	<b>86</b>
<b>Fig. 88, Comparação imagem aérea real, caso de estudo sem proposta, (à esquerda) e com proposta (à direita);</b>	<b>87</b>
<b>Fig. 89, Perfil A 'A (ver Anexo 1) da Avenida Carvalho Araújo em toda a sua extensão, (sem escala);</b>	<b>87</b>
<b>Fig. 90, Planta de Pormenor, Praça Luís de Camões (com proposta);</b>	<b>88</b>
<b>Fig. 91, Perspectiva sobre a Praça Luís de Camões (com proposta);</b>	<b>88</b>
<b>Fig. 92, Perfil B 'B (ver anexo 1) da Praça Luís de Camões (com proposta);</b>	<b>88</b>
<b>Fig. 93, Perspectiva sobre o Plano geral da Avenida Carvalho Araújo (com proposta);</b>	<b>89</b>
<b>Fig. 94, Planta de Pormenor do Atravessamento da Av.1º de Maio e Largo Conde de Amarante (com proposta);</b>	<b>90</b>
<b>Fig. 95, Planta piso -1, de Arruamentos (sem escala);</b>	<b>91</b>
<b>Fig. 96, Perfil C 'C (ver anexo 1) de atravessamento da rua 1º de Maio com a Avenida carvalho Araújo (com proposta);</b>	<b>91</b>
<b>Fig. 97, Pormenor da Praça Camilo Castelo Branco, na zona adjacente ao liceu (com proposta);</b>	<b>92</b>

Fig. 98, Perspectiva da Praça Camilo Castelo Branco (com proposta);	92
Fig. 99, Planta de Arruamentos e materiais presentes nos mesmos (sem escala);	93
Fig. 100, Perspectiva sobre a zona da Sé e desenho criado no pavimento da mesma (com proposta);	94
Fig. 101, Apontamento fotográfico da zona actualmente; Fonte: <a href="https://www.google.pt/maps">https://www.google.pt/maps</a> , consultado em 23 de Abril de 2015.	95
Fig. 102, Perspectiva sobre os alinhamentos arbóreos e dinâmica criada (com proposta);	96
Fig. 103, Pormenor do Largo do Pelourinho e travessa de São Domingos (com proposta);	96
Fig. 104, Perfil D 'D (ver anexo 1) do Largo do Pelourinho e Travessa de S. Domingos (com proposta);	96
Fig. 105, Planta de pormenor da Praça Camilo Castelo Branco (com proposta);	97
Fig. 106, Planta geral de espaços verdes, com proposta (sem escala);	98
Fig. 107, Planta de mobiliário urbano proposto;	99
Fig. 108, Exemplo de Banco de jardim proposto;	100
Fig. 109, Exemplo de tipo de Pilaretes (guarda peões) propostos;	100
Fig. 110, Exemplo de tipo de Papeleira proposta;	101
Fig. 111, Perspectiva sobre a possível imagem do caso de estudo em horário nocturno;	101



# Lista de Tabelas

Tabela 1 - Diferentes tipologias de espaço público;	21
Tabela 2 - Pontos fortes á escala da Cidade de Vila Real;	54
Tabela 3 - Pontos fracos da Cidade de Vila Real em geral;	55
Tabela 4 - Pontos fortes, fracos e proposta de resolução para os mesmos do caso de estudo;	56



## Lista de Acrónimos

INE	Instituto nacional de estatística
PDM	Plano director municipal
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNFPA	United Nations Population Fund
CIAM	Congresso Internacional de Arquitectura Moderna
CTT	Correios de Portugal S.A
URSS	União das Republicas Socialistas Soviéticas



# Capítulo 1

## Introdução

### 1.1 Identificação e relevância da problemática

Entre os principais problemas associados aos centros históricos destacam-se, o declínio da função residencial, do comércio a retalho e dos serviços em prol da periferia devido a aspetos como a degradação dos imóveis, e a sua falta de requisitos de conforto e habitabilidade, a falta de estacionamento, ou a dificuldade de adaptação das características morfológicas ao uso do automóvel. Sendo que o outro problema se relaciona com as lacunas ao nível do espaço público que dificultam a sua fruição, quer pela população residente, quer pelos visitantes incluindo os mais idosos. De entre estes factores destacam-se passeios irregulares, espaços desadequados na sua escala, a falta de espaços verdes, arruamentos com pisos irregulares, conflitos entre peões e trânsito automóvel, entre outros.

Estas situações levam a que grande parte da população que reside nestas zonas, fique quase que esquecida por parte das autoridades competentes e entregue á solidão. Nos últimos anos dadas as preocupações descritas anteriormente, os centros históricos, espaços públicos incluídos, das cidades têm vindo a ser objecto de estudo crescente nos domínios da Arquitectura e do Urbanismo, sendo que, no entanto, ainda há muito a fazer nesta área, tendo por exemplo em conta o caso de estudo de Vila Real.

De uma forma geral, pode-se observar que os centros urbanos estão constante mudança, tentando acompanhar a sociedade e as vivências da mesma, em permanente evolução tentando dar resposta às novas necessidades e problemas que vão surgindo.

Actualmente os centros históricos, regra geral, evidenciam problemas que os tornam menos atraentes á fruição por visitantes e á fixação de residentes. De entre estes problemas enumerando alguns, pode-se referir a questão do trânsito automóvel que sofreu um aumento exponencial, e introduziu novas necessidades quer a nível de vias de trânsito, quer de estacionamento. Ora, grande parte dos centros históricos ainda não estão preparados para responder a esta necessidade, com consequências ao nível da poluição sonora e atmosférica provocada pelos automóveis, a par da degradação física e arquitectónica do tecido edificado, que não serve os requisitos mínimos de conforto e habitabilidade actuais, quer para acomodação de comércio ou serviços, quer para utilização como habitação. Por outro lado, são também escassos os espaços verdes dadas as características morfológicas peculiares dos centros históricos, de ruas estreitas e sinuosas e de malha urbana compacta. Por último

refira-se também a existência de passeios de dimensões reduzidas que dificultam a circulação pedonal, agravada por barreiras arquitectónicas.

Em função de tudo isto surgem cada vez mais superfícies comerciais fora dos centros históricos que arrastam consigo novas áreas residenciais e terciárias, que vão proliferando pelos espaços situados na periferia das cidades. Neste caso trata-se de espaços anteriormente livres de construção, aptos para urbanizar e com um valor dos terrenos mais acessível quando comparados com os valores das propriedades dos centros históricos. Paralelamente criam-se aqui novos empregos, e conseqüentemente esvazia-se de animação os espaços urbanos centrais, levando assim a uma ainda maior degradação.

Ora, os espaços públicos, dos centros históricos são o salão de festas da cidade, organizando-se nestes esporadicamente as tradicionais festas de Verão, ou outras como Carnavais ou Réveillons. Contudo, noutras épocas do ano, estão mais despovoados, com pouco movimento e dinâmica e a degradarem-se continuamente. Esta degradação leva a que a pouca população residente seja cada vez mais idosa com pouco poder económico, deixada a um quase que isolamento social, arredada da possibilidade de melhorar a sua habitação em termos de condições de conforto e habitabilidade. Assiste-se também á degradação e desinteresse por parte do resto da população em relação às zonas centrais, onde não residem e onde apenas se deslocam esporadicamente.

A Avenida Carvalho Araújo no espaço urbano central de Vila Real, padece dos problemas acima descritos, tendo inclusivamente sofrido uma reestruturação ao nível dos espaços públicos nos últimos anos. Esta acção surgiu como tentativa para inverter esta situação. Contudo, entende-se não ter sido bem-sucedida na sua totalidade, pois os problemas persistem.

## **1.2 Objectivos**

Esta dissertação, tem por objectivo apresentar uma proposta de requalificação urbana para A Avenida Carvalho Araújo localizada no espaço urbano central de Vila Real e para a sua envolvente próxima, procurando apresentar soluções projetuais de desenho urbano. Tais propostas visam contribuir para redefinir espaços públicos, devolvendo-lhes o seu papel de salão da cidade. Pretende-se encontrar soluções que promovam a circulação pedonal e a mobilidade. Assim, a organização dos vários espaços que constituem esta área central de Vila Real deverá promover a sua continuidade urbana, dando primazia ao peão. Contudo, interessa reorganizar o trânsito automóvel, quer ao nível das faixas de rodagem quer ao nível dos locais de estacionamento. Ora pretende-se que esta proposta seja definida não só a pensar no

reforço da função residencial mas também do comércio tradicional. Consequentemente, aspectos como as cargas e descargas não deverão ser esquecidas.

Esta proposta de intervenção urbana, é composta por uma visão integrada que contempla quer o tecido edificado que circunda a Avenida quer pelo espaço não edificado que a constitui.

Ora de modo a alcançar o objectivo traçado há que entender os seguintes aspectos:

- Proceder a uma identificação dos principais problemas presentes no espaço público objecto de estudo, quer na forma como se organizar, quer na sua morfologia, de modo a informar as opções projetuais a tomar;
- Perceber de que forma os espaços públicos se podem tornar atractivos para as pessoas que deles usufruem;
- Fazer uma análise particular do caso de estudo em questão, definindo quer os seus problemas a resolver, quer os pontos que o possam tornar atractivo ás pessoas que o frequentam / visitam, ou ainda ás pessoas que o habitam;
- Definir medidas de desenho urbano no centro histórico de Vila Real, que possam resolver os problemas identificados, atraindo pessoas, serviços e/ou espaços de lazer que possam tornar esta zona apelativa e ajudem a promover as relações inter-relacionais.

Espera-se com estas medidas que este espaço possa ganhar mais vida, trazendo quer habitantes quer visitantes, mas acima de tudo criando os meios necessários para que possa fixar quer a habitação quer os serviços que lhe devolvam a vida e a importância que outrora teve como artéria principal da cidade de Vila Real. E consequentemente se possa promover um novo espaço voltado para as vivências colectivas e o bem-estar social.

### **1.3 Metodologia**

A metodologia utilizada nesta dissertação está organizada nos seguintes itens:

1ª Fase - Pesquisa bibliográfica sobre centros históricos e espaço público, de forma a perceber as causas concretas da degradação em que se encontram nos dias de hoje, e o porquê da sua perda de importância no contexto urbano, procurando exemplos das boas práticas de intervenção que podem levar a casos de sucesso, bem como perceber os instrumentos de reabilitação urbana existentes;

2ª Fase - Pesquisa documental sobre a cidade de Vila Real e o seu centro histórico, nomeadamente sobre a evolução da área de estudo ao longo dos séculos até aos dias de hoje, tais como elementos de cartografia, fotografias, iconografia entre outros. Inclui-se também nesta pesquisa os instrumentos de gestão territorial em vigor no local, nomeadamente os elementos fundamentais do Plano Director Municipal de Vila Real, ou seja a Carta de Ordenamento, A Carta de Condicionantes e o regulamento, de modo a perceber que regras urbanísticas se aplicam á área de estudo, provenientes dos instrumentos de gestão territorial municipal;

3ª Fase - Levantamento fotográfico da área de estudo;

4ª Fase - Diagnóstico urbanístico da área de estudo de modo a sistematizar os principais aspectos problemáticos que devem ser minorados e os principais aspectos positivos que podem ser valorizados;

5ª Fase - Elaboração de uma proposta de intervenção urbana, definindo medidas projetuais que permitam contribuir para minorar os problemas anteriormente identificados;

## **1.4 Estrutura**

Esta dissertação está estruturada em dois pontos essenciais: o enquadramento teórico e o estudo do caso particular; um troço do centro histórico de Vila Real.

No enquadramento teórico, no capítulo 2 “ O espaço público no contexto da cidade”, apresenta-se um breve enquadramento da temática do espaço público e a sua evolução ao longo da história da cidade, os elementos que o caracterizam e alguns dos requisitos inerentes às boas práticas projetuais a eles associadas.

Na 2ª parte desta dissertação, “ Proposta de reabilitação urbana no centro de Vila Real”, surge o estudo de caso, começando pelo capítulo 3 “ Caracterização da situação pré-existente”, onde se apresenta a evolução deste local ao longo da história desde a sua origem, até aos dias de hoje, fazendo um balanço final dos pontos positivos e negativos que constituem o seu diagnóstico urbanístico da situação actual. Prosseguindo para o capítulo 4 “ Conformidade com os instrumentos de gestão territorial”, é efectuado um estudo do Plano Director Municipal de Vila Real e das suas condicionantes, de forma a poder ser elaborada uma síntese das regras aplicáveis no caso de estudo. Por fim no capítulo 5, será elaborada uma proposta para a zona de estudo, como forma de promover a resolução das suas problemáticas inerentes e potencializa-lo enquanto espaço de vivências colectivas e de bem-estar.



# Parte I | Enquadramento teórico - O espaço público no contexto da Cidade

## Capítulo 2 - Requisitos funcionais dos espaços públicos urbanos

Neste capítulo será abordada a temática do espaço público no contexto urbano, assim como a sua classificação quanto aos vários tipos de espaço público e suas funções. Será ainda explicada de uma forma sintetizada, a evolução ao longo da história, quer no contexto Europeu, quer no Português mais concretamente, das praças, o tipo de espaço público central nesta dissertação, de forma a que seja possível compreender melhor o estudo de caso do centro de Vila Real.

### 2.1 - Breve referência histórica

Ao longo da história da arquitetura, existem vários estudos (como por exemplo, “Morte e vida das grandes cidades”, Jane Jacobs, 1961) que procuraram teorizar acerca dos ideais que deveriam ser cumpridos no seu exercício de forma a criar bons edifícios e cidades ideais, entre outros elementos que cumprissem não só a função para a qual estariam destinados, mas que também pudessem acrescentar algo ao mundo, quer pela estética, quer pela função.

Assim, o espaço público, sendo por norma ao longo da história um local de eleição quer pelos cidadãos para manifestações coletivas, quer pelo poder que os rege, esteve sempre em destaque nos principais acontecimentos que fazem parte da história da civilização. Veja-se o exemplo das discussões públicas que nele ocorreram, manifestações de solidariedade, ou até, enquanto palco de revoluções históricas entre outras (ver fig.1), como seja o largo do Carmo em Lisboa no dia 25 de Abril de 1974 em Portugal. Ora, o espaço público sempre foi ao longo da história da cidade, por norma o local coletivo para a realização de eventos de carácter público, cumprindo a mesma função atualmente, ainda que em alguns casos com menor vigor (J. Rodrigo Coelho, 2011, p. 18 a 23)



Fig. 1; Largo do Carmo, Lisboa, revolução de 25 de Abril de 1974.

Para se poderem perceber as boas práticas projetuais que a literatura científica define como linhas a seguir no desenho e execução de um espaço público de qualidade, importa voltar um pouco atrás na história, tentando percebê-la um pouco melhor, e na medida do possível procurar os fatores que levaram à evolução que este sofreu, até ao ponto em que se encontra atualmente. Esta evolução e os fatores nela contidos podem ajudar a levar a um melhor entendimento do caso de estudo desta dissertação.

Assim e começando pelo período clássico (séc. VI a IV A.C), na antiga Grécia, já nesta época existiam regras claras aplicáveis ao desenho do espaço público no contexto da cidade. Esta, era ordenada de acordo com a regra de ouro e diversas regras matemáticas que regiam o seu desenho, tendo por exemplo as cidades de Mileto (ver fig.2), Priene ou Piraeus, bem conhecidas da história, onde se aplicaram estas regras. O limite do número de habitantes da cidade estava também definido e se fosse ultrapassado proceder-se-ia à fundação de uma nova cidade de estado. Eram urbes criadas com base na regra de ouro matemática<sup>1</sup> de 1 por 2, 2 por 3 e assim sucessivamente, na qual uma rua orientada norte/sul era intercetada por duas outras este/oeste ou vice-versa. Tratava-se de pôr em prática à escala da cidade alguns princípios da geometria, pois “The whole town had to match the principles of this harmonic structure. That is exactly related to the harmony of music, and, therefore, be considered a fundamental design structure (...)” (H. Kuehnel, e Anna Wlodarczyk, 2014, p.19).

---

<sup>1</sup> Número de ouro ou *Fi*

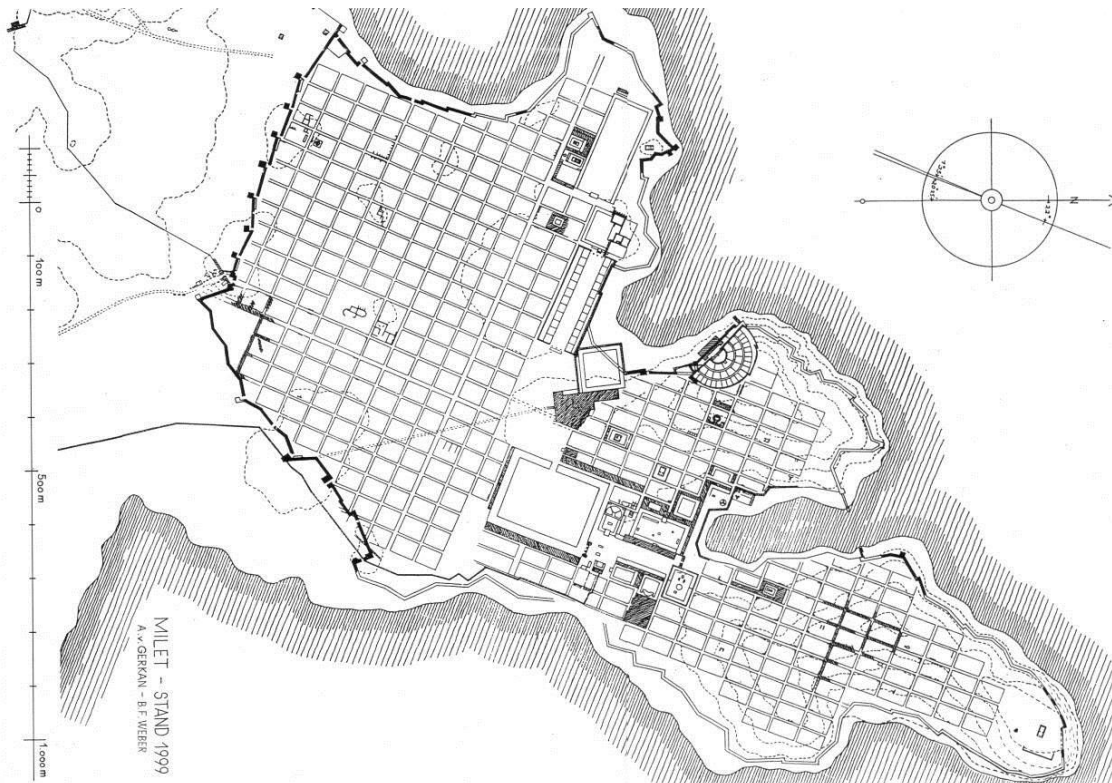


Fig. 2; Cidade estado de Mileto na Grécia Clássica.

Sob a égide do Império Romano, surgia o “fórum” (ver fig.3) como o espaço público para a discussão política por eleição. Possuía diversas funções incluindo a comercial, pois era onde se situava o mercado, religiosa pelo fato de incluir a basílica ou a igreja e ainda uma outra desportiva pelo seu carácter de espaço de práticas ao ar livre (Filipa Gomes, 2009, p.15).



Fig. 3; Ilustração de uma vista em corte do fórum Romano.

Posteriormente na idade média (séc. V a XV), com a diminuição das localidades urbanas, diminuíram igualmente os espaços públicos quer em número, quer em qualidade. Os poucos disponíveis situavam-se regra geral em frente a igrejas ou catedrais, ou em frente das muralhas da cidade. Eram regra geral os locais onde se exercia o comércio (ver fig.4), e no segundo caso (exterior das muralhas) era aí situado um ponto de vendas de modo a evitar o pagamento de taxas vigentes no seu interior, onde surgiam ao longo das ruas interiores os vendedores ambulantes. Nesta época a malha urbana das cidades, crescia à volta destes espaços centrais, geralmente pequenos largos adjacentes aos Castelos ou à Igreja da cidade (Filipa Gomes, 2009, p.19)



Fig. 4; Retrato de um Mercado medieval algures na Europa central.

Mais tarde, no período do Renascimento (fins do séc. XIV até início do séc. XVII), assiste-se ao surgimento de algumas das mais belas e interessantes praças da história das cidades, sendo muitas destas ainda hoje em dia existentes e visitáveis. Exemplos perfeitos são a praça de Vicenza em Roma ou a praça de São Marcos em Veneza (ver fig.5). Este modelo de elemento urbanístico central, que é a praça, foi posteriormente exportado de países mediterrâneos para países do norte da Europa, tais como a Inglaterra, a Alemanha ou a Polónia para dar alguns exemplos.



Fig. 5; Praça de São Marcos e Piazzeta, Veneza.

Todas estas praças têm nesta época, em comum o facto das cidades em que se encontravam serem pequenas o suficiente para que os seus habitantes se conhecessem. Estes espaços públicos (praças) eram assim utilizados para as relações do dia-a-dia entre todas estas pessoas, sendo ainda utilizadas para procissões religiosas, trocas comerciais, discussões políticas entre muitas outras atividades. O espaço urbano no centro das cidades era como que uma sala de estar de toda a cidade, materializada na praça central. Ora, como referem alguns autores a propósito, “The size of the towns was small enough, so that inhabitants, similar as it was in Greek settlements, knew each other. They knew about their professions and their family affairs. (...) The public space for common life was like a living room for the family life.” (Holger Kuehnel, Anna Włodarczkyk, 2014, p. 20)

Tendo por base a praça Renascentista, de acordo com os mesmos autores, é considerada um ótimo exemplo de espaço público, à qual se aplicavam as seguintes regras:

- **Regra número 1.** O estilo da praça é como um compartimento, rodeado por paredes. Os visitantes podem entrar na mesma como quem entra por uma porta, e não podem ver para além da próxima esquina. Não existem eixos visuais que permitam observar a praça de uma ponta à outra, pois a partir do momento em que se entra na praça, é dada uma perspetiva fechada, pois saídas como ruas não são visíveis. Com estas características é suposto criar a curiosidade nas pessoas que nela se deslocam, de decidir para onde seguir depois;
- **Regra número 2.** Sendo que o espaço público é considerado um espaço de amostra para a comunidade, o seu centro deve manter-se claro e limpo, não devem existir estátuas ou monumentos no seu centro, exceto fontes, pois a água como elemento de vida;
- **Regra número 3.** O pavimento, deve ser como que uma tapete, deve estender-se de uma ponta até a outra, não devendo existir variações no mesmo, a exemplo da praça

do Rossio em Lisboa (ver fig.6).



Fig. 6. Praça do Rossio, Lisboa.

- **Regra número 4.** Igrejas, capelas, monumentos ou estátuas devem ser integrados nas “paredes” da praça, ou seja, nos seus limites, sem terem uma posição de destaque.;
- **Regra número 5.** Esta última regra está diretamente relacionada com a proporção das praças. Se um monumento é colocado na parte mais pequena da praça, esta é considerada uma praça de comprimento, se um monumento é colocado na parte mais longa da mesma, esta é considerada uma praça de largura. Sendo a definição da altura dos edifícios relacionada com a escala da praça em que encontram inseridos.

Estas regras podem ser observadas na que é considerada talvez o melhor exemplo de uma praça Renascentista do mundo, a praça de São Marcos juntamente com a Piazzeta di Leonini em Veneza (ver fig.7 e 8). Construídas originalmente em 1250, passaram por diversas alterações que culminaram na forma que hoje em dia se conhecem, desde por volta do século XVIII. O desenho destas duas é como que um trapézio, encontrando-se no ângulo correto uma em relação à outra, sendo o local em que as duas se cruzam, o sítio escolhido para a construção do campanário. É importante que tal tenha sucedido de acordo com Holger Kuehnel e Anna Wlodarczyk, pois desta forma, ambas transmitem uma perceção de espaço fechado ao utilizador.

Na praça mais pequena (piazzeta) surge como monumento mais importante o palazzo Ducale, enquanto que na praça de São Marcos surge a Catedral com o mesmo nome (São Marcos), sendo os dois edifícios à época, os mais importantes da cidade, representando o poder religioso e o poder material sobre a Terra. Nelas, o observador sente-se plenamente à vontade enquanto indivíduo, e enquanto pertencente a uma comunidade, pois ambas as

praças são fechadas. Ainda que existam algumas ruas que as penetram, estas funcionam apenas como portas de entrada, não sendo possível observar o exterior a partir do interior de ambas, criando uma sensação de curiosidade e igualmente de à vontade ao observador.

Poder-se-á referir a propósito que “(...) In these places the observer has the impression of the optimal room for community. The room is closed, there are a lot of streets, like doors entering this place, but it is not possible to see through, and that makes visitors curious”. (Holger Kuehnel, Anna Wlodarczyk, 2014, p. 20)



Fig. 7; Piazza de San Marco, Veneza e Piazza de Leonine, Veneza.



Fig. 8; Conjunto formado pela Piazza de San Marco e Piazza de Leonine.

No século XIX, com o surgimento da revolução industrial, verifica-se igualmente um crescimento exponencial das cidades, fruto da procura de trabalhadores por parte da indústria que, entretanto, foi surgindo e das melhores condições de vida nas urbes em detrimento do quotidiano vivido no campo. Com este crescimento exponencial da população, os habitantes das cidades passaram a não se conhecer como anteriormente, deixando de

existir um sentimento de comunidade, dando lugar ao da individualidade. A praça passa a ser o local em que as pessoas se mostram, um local onde a moda (roupas, beleza entre outros) e a individualidade, passou a ter um papel indiscutivelmente maior em detrimento do sentido de comunidade e coletividade. O espaço público passa nesta época a ser quase que um “teatro” onde as pessoas desfilavam e se mostravam a desconhecidos (Holger Kuehnel, Anna Włodarczyk 2014, p.22).

No sentido espacial, surgem igualmente alterações nas praças, passam a surgir no seu desenho, ruas que as cruzavam, perdendo-se a sensação de espaço fechado da praça renascentista. Passam a surgir monumentos simbolizando o poder da monarquia implantados no seu centro (por exemplo) em detrimento de um espaço pensado para a vida comum, como a praça Ernst Reuter em Berlim na Alemanha (ver fig.9). Assim, a praça torna-se “(...) an area of decoration (adornments) rather than a space for common life” (Holger Kuehnel, Anna Włodarczyk 2014, p.21).



**Fig. 9;** Ernst reuter platz, Berlin.

Posteriormente, esta situação veio a agravar-se ainda mais já no século XX, com o surgimento do urbanismo moderno nos congressos internacionais de arquitetura moderna (CIAM 1927) de 1933 e 1964 (com as cartas de Atenas e de Veneza) que acabaram por pôr em causa o conceito de espaço público, como até aí era entendido. Com os princípios modernistas que surgiram destes congressos, já não era aceitável que a cidade fosse um espaço de estar, esta

funcionava antes como uma máquina (ver fig.10), com espaços bem definidos e devidamente separados nas suas funções (espaço concreto da habitação, da dormida, do comércio, dos serviços e do lazer entre outros). Consequentemente os espaços públicos acabam vetados ao abandono, desprovidos da vida que anteriormente lhes era dada pela proximidade das zonas de habitação e comércio. Põe-se em marcha uma separação de funções “(...) The separation of functions has resulted in the development of sleeping cities. (...)” (Holger Kuehnel, Anna Wlodarczyk 2014, p.21 e 22 ).

Á imagem da ideia vigente da época, nas novas construções, a cidade torna-se assim uma máquina, valorizando o fator funcional, em detrimento do social (ver fig.10).



**Fig. 10;** Brasília, Capital do Brasil, é uma cidade claramente vocacionada para problemas funcionais (tráfego automóvel) e não tanto sociais.

Atualmente, com uma sociedade cada vez mais individualizada, quer nas vivências quer em ideias, com uma facilidade cada vez mais generalizada de acesso a meios tecnológicos e meios de informação a partir da habitação individual, assiste-se a uma descentralização dos centros urbanos das cidades. Por outro lado verifica-se a dissolução dos seus limites, afastando-se a cidade cada vez mais da imagem anteriormente imaginada de oásis urbano, rodeada pela natureza (J. Rodrigo Coelho, 2011, p.83).

Assiste-se atualmente a uma desfragmentação dos núcleos urbanos compactos, dissolvidos pelo crescimento ilimitado das cidades, em torno de eixos viários periféricos, centros comerciais ou parques temáticos (ver exemplo fig. 11, em que se dá um crescimento em volta do aeroporto de Barcelona), que as vão descaracterizando e eliminando as suas fronteiras, perdendo-se hierarquias quanto aos espaços que as formam. Por outro lado sobram espaços vazios entre as diversas “ilhas” urbanas (urbanizações isoladas), com diferentes funções,

surgindo os mais diversos espaços com as mais diversas formas e hierarquias próprias. Consequentemente, enfraquece o sentido da cidade enquanto um “todo” urbanizado, pensado e com as suas funções/hierarquias, perdendo-se igualmente neste sentido a noção do que constitui o espaço que é considerado cidade, e o que não é. Quer a Amadora, quer o Terreiro do Paço são partes igualmente integrantes da cidade de Lisboa (J. Rodrigo Coelho, 2011,p. 85).



**Fig. 11;** Arredores Barcelona 2001 (á esquerda) e em 2012 (á direita).

Os fatores anteriormente referidos, juntamente com o facto da sociedade contemporânea ser cada vez mais digital e tecnológica, com mais e melhores meios de comunicação ao dispor das populações, leva ao enfraquecimento das vivências coletivas. Como refere João Rodrigo Coelho (2011, Pág.89 a 91), o estado atual das cidades é um reflexo do estado das vivências coletivas e vice-versa, com a perda de importância das redes de comunicação físicas como vias de automóveis, entre outras. Como consequência da maior utilização das redes digitais, tem-se que as relações físicas e coletivas se têm deteriorado. Hoje em dia o cidadão comum, de forma geral possui uma relação com um maior número de pessoas, mas com menos força que antigamente. Sendo assim o sentimento de partilha de interesses comuns é cada vez menor, o que consolida a tendência para a individualização da vida urbana, o que como se sabe constitui uma característica atual das sociedades ocidentais. Uma das consequências desta situação, é o facto de se assistir no espaço público enquanto palco social e coletivo, a uma expressão de individualidade, de pessoas capazes de se agruparem em minorias, com tendências a representar os seus interesses privados e menos públicos (J. Rodrigo Coelho, 2011, p. 91). O caso das favelas no Rio de Janeiro no Brasil separadas dos bairros da classe média mostra esta falta de vivências e partilhas coletivas das cidades (ver fig. 12).



Fig. 12; Rio de Janeiro, separação entre um bairro classe média e a favela.

Pode-se assim concluir que o espaço público enquanto local que rege o crescimento das cidades, sempre teve importância, quer na qualidade de vida que pode promover aos seus habitantes, quer na criação de urbes sustentáveis, compactas, com um núcleo central forte capazes de proporcionar e promover as vivências coletivas.

Sabendo que em 2008, a população mundial a viver em zonas urbanas, ultrapassou pela primeira vez na história o número de população residente em zonas rurais, e sendo que se prevê que por volta de 2050 cerca de 70% da população mundial reside em áreas urbanas, ou seja de 3,3 mil milhões em 2008, para 6,4 mil milhões em 2050, torna-se importante, se não urgente olhar para as cidades e para os seus elementos morfológicos. Há que tentar encontrar soluções que favoreçam o território urbano, bem como a qualidade de vida dos seus habitantes, sendo para tal necessário adaptar as cidades atuais aos tempos em que se vivem, procurando resolver as questões com que atualmente estas e suas populações se deparam, (UNFPA em População e cidades, <http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>, consultado em 23 de Abril de 2015)

## 2.2 Evolução e significados

O espaço público, refere-se a um local que é de todos em oposição ao espaço privado (J. Rodrigo Coelho, 2011, p.37). Trata-se do conjunto de espaços que interligam as diversas partes que constituem as cidades, possibilitando a existência da sua vida coletiva.

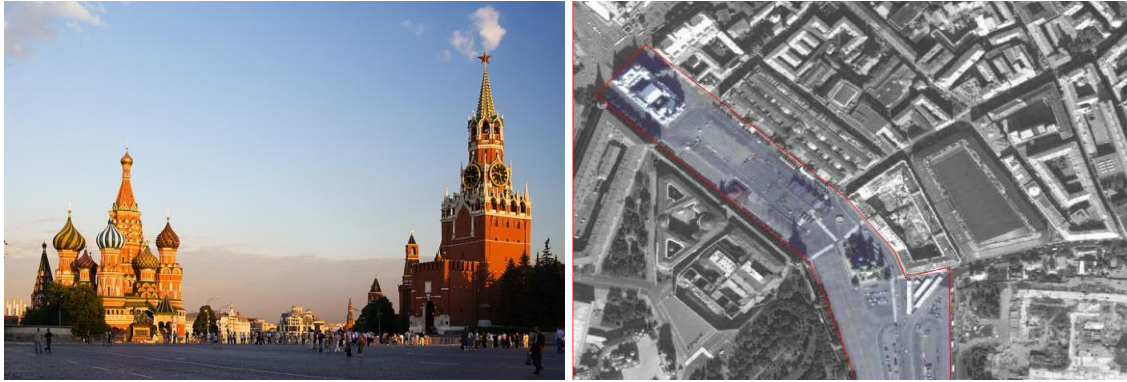
Estes espaços surgem no contexto das cidades como elementos essenciais ao seu funcionamento podendo assumir diversas funções, as quais podem ser englobadas nas categorias do lazer, funcionamento ou ainda enquanto expressão de um poder. Pode acontecer que um determinado espaço, possua não apenas uma função, mas várias em simultâneo, dando resposta a diversas necessidades da população, sendo portanto multifuncional. Estes espaços possuem a capacidade de influenciar as vivências coletivas e a forma como as cidades se desenvolvem, estando diretamente ligados à possibilidade de influenciar a qualidade de vida nos seus habitantes, quer positivamente, quer negativamente.

De entre as várias definições recolhidas relativamente a este conceito e aos critérios que o definem, poder-se-ão sistematizar diversas interpretações, de entre as quais se podem destacar as seguintes:

- Alguns autores defendem que o espaço público se divide em dois tipos de espaço com funções semelhantes, os exteriores e os interiores, sendo de livre acesso e ambos se podem encontrar sujeitos às mesmas regras que podem condicionar ou limitar o livre acesso (A. Virtudes, 2014, p.166).

- Podem ser caracterizados quantos às suas diversas funções, organizando-se relativamente às mais diversas categorias e atividades, e pressupondo a aplicação de regras específicas quanto à sua utilização e relativamente às suas funções. Neste sentido, o conceito de “(...) public space can be based on its various functions such as entertainment, trading, leisure, working, playing, community activities, markets, social, recreational or cultural events, sporting or tourism.” (A. Virtudes, 2014, p. 166)

- Podem dividir-se em espaços públicos de cariz instrumental ou expressivo. Sendo o instrumental, o mais prático, possuindo um caráter estritamente funcional, enquanto que relativamente ao expressivo, ainda que igualmente funcional, seria usado para se passar uma ideia poder sobre o coletivo, introduzindo um caráter psicológico (de cariz religioso ou político), associado à necessidade de proporcionar um espaço para a realização de atividades coletivas, “The expressive public space may be used to project identity such as a Festival” (A. Virtudes, 2014, p.167). O exemplo da Praça Vermelha em Moscovo na Rússia demonstra que independentemente de esta ser um forte ponto turístico do País e da cidade actualmente, esta ainda contém uma componente com forte simbolismo do Poder que outrora simbolizou. (ver fig.13).

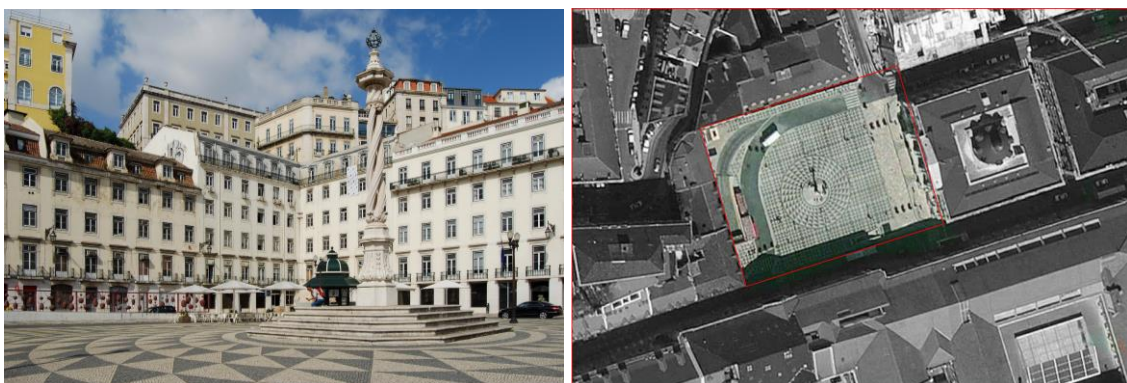


**Fig. 13;** Praça Vermelha Moscovo, vista sobre a Catedral de St. Basil e edifício do Kremlin.

Um aspeto importante a ter em conta na criação do espaço público, refere que independentemente de todas estas definições ou teorias, a grande questão a que este se encontra sujeito enquanto espaço urbano, será sempre a sua disposição na malha urbana, significando isto, a sua posição relativamente ao edificado envolvente, e à densidade populacional e construtiva em que se encontra disposto (Virtudes,2014, p.166). Consequentemente, importa considerar aspetos como a hierarquia da rede viária (praças, quarteirões entre outros) no cariz funcional, o nível da comunidade e de serviços prestados a esta (escolas, jardins de infância ou zonas destinadas à pratica de desporto), ao nível local (rios, lagos, parques de conservação da natureza) e por fim a nível regional (parques naturais, zonas costeiras ou praias).



**Fig. 14;** Largo da Paz, Bairro da Ajuda Lisboa.



**Fig. 15;** Praça do Município, Lisboa.

Nas duas figuras anteriores (fig.14 e 15), pode-se verificar a existência de uma relação direta entre a escala urbana do local em que ambas as praças se encontram implantadas, e a sua própria escala, sendo indissociáveis um do outro. Assim, “Despite the remarkable interest about definition, concept or significance of public spaces on an urban scale, (...) one main question that really matters about them is the disposition in the urban fabric. This means the place where they are spotted in relation with building and population densities” (A. Virtudes, 2014, p .166).

O espaço público, possui a particularidade de proporcionar ou não o bem-estar, de promover a mobilidade e um estilo de vida saudável aos habitantes que deles usufruem. Enriquece os espaços das cidades e encoraja o estabelecimento de atividades, quer seja através de praças ou jardins que se organizam e desenvolvem, proporcionando melhores cidades para quem as habita. Em Nova Iorque, por exemplo, sendo uma grande metrópole mundial com milhões de habitantes, pode-se verificar a importância dos espaços verdes para o dia-a-dia das populações, nomeadamente o Central Park e a importância deste na cidade (ver fig. 16).



**Fig. 16;** Central Park, New York no Verão.

Assim por espaço público urbano, e em jeito de conclusão, pode-se concluir que se trata de um conjunto de elementos espaciais que constituem a base e a estrutura das cidades, sem o qual estas não poderiam funcionar corretamente. Trata-se dos elementos exteriores ou interiores, planeados e desenhados arquitetonicamente de livre acesso, possuindo um caráter coletivo, integrador da diversidade e complexidade que compõem as cidades. O espaço público confere à cidade uma identidade reconhecível, que se expressa na forma como todos os seus constituintes se interligam perfazendo o todo (ver exemplos das fig.17, 18 e 19). O espaço público varia em termos de importância ao longo da história da cidade (J. Coelho, 2011. p.35).



Fig. 17; Barcelona.



Fig. 18; Lisboa.



Fig. 19; Paris.

## 2.3 Tipos e Funções do espaço público

De entre os mais diversos tipos de espaços públicos, podem-se encontrar locais como jardins, praças, ruas e avenidas, monumentos como estátuas, memoriais entre outros, teatros, praias, edifícios públicos, estacionamento automóveis, estações de transportes públicos como paragens de autocarro ou estações de comboios, igrejas ou castelos antigos entre outros.

Possuem uma infinidade de funções, as quais podem ser organizadas em três categorias distintas: a função de **lazer**, **económica** ou **institucional**. A função de lazer ou embelezamento, que contém uma forte componente social, prende-se com o fato de o espaço público englobar elementos que possibilitam a criação de relações sociais entre os mais diversos habitantes das cidades e o seu bem-estar. São utilizados como espaços para relaxamento e atividade físicas. Perante a função económica, os espaços públicos possibilitam a deslocação de bens ou pessoas entre as diversas partes constituintes das cidades, criando condições para um bom funcionamento do comércio e das trocas comerciais, e consequentemente um bom suporte económico sendo este um aspecto indispensável ao bom funcionamento urbano. Por fim em termos institucionais, enquanto espaço de uso coletivo bem como expressão de poder, o espaço público possui as mais variadas funções, quer sejam elas as de proporcionar espaços condignos para que o poder local ou outro exerça a sua actividade, educando a sociedade em geral para um determinado acontecimento, ou enquanto espaço de eleição para os habitantes se manifestarem coletivamente. Estas três funções principais, englobam diversos espaços em si que variam no tipo de utilização bem como na sua morfologia.

Todos estes elementos constituem as partes que perfazem o todo que é a cidade, quase se podendo afirmar que formam as linhas de cozedura que interligam as suas diversas partes, servindo de base ao seu bom funcionamento e criando o todo. Citando Jan Gehl, o espaço público, pode ser definido como o espaço que resulta do que está entre os edifícios, o espaço vazio ou livre que se situa entre estes (Jan Gehl, 2006. p.168).

Função	Tipos de utilização	Exemplos
<b>A) Lazer ou embelezamento</b>	.Lazer-Natureza	Jardins,Parques
	.Contemplação	Miradouros,Panoramas
	.Encontro	Largos,Praças
<b>B) Económico ou funcional</b>	.Circulação	Ruas,avenidas,passeios
	.Transporte	Estações,paragens de BUS
	.Estacionamento	parques automoveis
	.Espaços comerciais	centros comerciais,lojas
<b>C) Institucional ou de Poder</b>	.Memoriais	Estátuas, monumentos
	.Arqueologia	Ruinas, museus,castelos
	.Equipamentos	Educacionais,culturais,religiosos
	.Equipamentos urbanos	Iluminação publica,bancos de jardim

**Tabela 1-** Diferentes tipologias de espaço público.

Relativamente à tabela apresentada anteriormente, destacam-se os elementos contidos na função “Lazer-Embelezamento”, dos espaços públicos como locais de encontro e de circulação. Assim os espaços públicos visam assegurar entre outras, as seguintes funções:

1. Circulação, tanto de veículos automóveis como de peões;
2. Garantir o acesso aos edifícios, bem como o fornecimento de luz e ventilação;
3. Assegurar os percursos dos transeuntes;
4. Garantir a criação de lugares de estacionamento requeridos pelos vários tipos de veículos motorizados;
5. Criar locais de interação e sociabilidade e de vivências em comunidade.

Pode-se assim destacar a rua pela sua importância enquanto elemento do espaço público. Esta em função da evolução tecnológica, tem vindo a perder o seu carácter pedonal, dando-se por vezes demasiada importância ao trânsito automóvel. Criam-se ruas, avenidas ou outros elementos, vocacionados para os veículos, acabando por ficar a perder por vezes os espaços envolventes, nomeadamente praças, jardins entre outros elementos do espaço público, os quais já não são ou tão acessíveis ou apetecidos aos peões pelo facto de não estarem ligados a outras zonas da cidade, fruto de um isolamento provocado por vias com intenso trânsito automóvel.

Relativamente a esta questão, apresenta Jane Jacobs<sup>1</sup> alguns requisitos para a fruição da rua enquanto espaço público da cidade, de modo que esta seja capaz de oferecer segurança e atratividade aos seus frequentadores e habitantes, de entre os quais se podem destacar os seguintes:

1. Fomentar ruas vivas e atraentes, pela presença de atividades diversas que permitam diversos acontecimentos;
2. Fazer com que o tecido urbano das ruas forme uma malha o mais continua possível com a envolvente;
3. Fazer com que os parques, praças e edifícios integrem esse tecido das ruas e sejam utilizados para intensificar e alinhar a complexidade e multiplicidade de usos.

Sendo estes os requisitos referidos por Jane Jacobs<sup>2</sup>, como necessários a que através da rua, se fomente a articulação entre os diversos espaços públicos que compõem a cidade e uma boa fruição entre estes.

---

<sup>2</sup> JACOBS, Jane - Morte e vida das grandes cidade.1961, 1ª Edição.São Paulo: Martins Fontes,2000 p.141

Relativamente aos espaços de estar e lazer, como praças, parques entre outros Jane Jacobs<sup>3</sup> refere igualmente quatro critérios indispensáveis, quer do ponto de vista da segurança, quer do ponto de vista do sucesso, na medida em que estes possuam a capacidade de atrair e fixar pessoas, sendo eles: a complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial.

### **1. Complexidade**

A complexidade diz respeito à variedade de funções presentes num determinado espaço público. Quantas mais diversificadas as atividades presentes, como comércio, serviços, habitação entre outros, mais pessoas usufruirão do espaço, bem como em horários diferentes potenciando-o. Quanto mais variado for na sua composição mais atraente se tornará aos olhos dos utilizadores.

### **2. Centralidade**

Os espaços públicos deverão ter um centro, quer este esteja definido, quer surja por força da sua utilização por parte dos utentes. Este facto torna o espaço com limites definidos (fronteiras) nas quais as pessoas têm tendência a reunir-se no seu centro e a convergir para ele.

### **3. Insolação**

Este aspeto refere que embora as praças, parques e espaços urbanos abertos em geral, devam ser rodeados por edifícios que acabam por os definir, deve-se evitar que estes projectem sombra sobre a praça, pois esta afasta as pessoas.

### **4. Delimitação espacial**

Este tópico, conclui que parques e praças urbanas, devem ser delimitados na sua “fronteira” por construções, que alberguem serviços, habitações ou comércio, criando limites claros, protegendo-os do trânsito automóvel e da insegurança proveniente deste.

---

<sup>3</sup> JACOBS, Jane - Morte e vida das grandes cidade.1961, 1ª Edição.São Paulo: Martins Fontes,2000 p.112

## 2.4 Boas práticas projetuais

Vários autores (como Jan Gehl, Lars Gemzøe e Sia Karnaes) se têm vindo a debruçar sobre as carências que afetam as cidades nos dias de hoje. Neste sentido, são muitas as opiniões aqui concordantes no que concerne ao facto de que as cidades possuem alguns problemas no ao espaço público diz respeito. Por outro lado, outros autores (João Rodrigo Coelho) realçam a mudança que tem ocorrido nas últimas décadas na forma como se olha para estes espaços, nomeadamente na perspectiva das entidades com responsabilidades ao nível da intervenção na cidade, incluindo arquitectos, urbanistas, ou as entidades locais, anteriormente considerados como elementos secundários nas cidades, quando comparados com o tecido edificado, contudo hoje em dia os espaços públicos são considerados elementos essenciais ao seu desenvolvimento e bom funcionamento.

Assim, estes autores<sup>4</sup>, propõem doze critérios, considerados essenciais para a obtenção de um bom espaço público. Estes doze critérios são:

-Protecção contra o tráfego; segurança nos espaços públicos; protecção contra experiencias sensoriais desagradáveis; espaço para caminhar; espaço de permanência; ter onde se sentar; possibilidade de observar; oportunidade de conversar; locais para se exercitar; escala humana; possibilidade de aproveitar o clima e por ultimo, boa experiencia sensorial.

### 1. Protecção contra o tráfego:

Este primeiro critério, refere que os pedestres se devem sentir em segurança, quando circulam pelas ruas, devendo para tal ser considerada a sua segurança e fruição relativamente ao trânsito automóvel, e devendo eles mesmos ter a precaução necessária ao circular na via pública.

Este requisito pode ser alcançado através das seguintes formas projectuais: como guardas para peões sempre que necessário, que os possam proteger do trânsito automóvel; existência de desníveis sempre que necessário, entre os pavimentos destinados á via automóvel e os percursos pedonais; existência de vias exclusivas ao trânsito de peões e exclusivas para automóveis, ainda que possam existir no mesmo arruamento (ver fig.20).

---

<sup>4</sup> Jan Gehl, Lars Gemzøe e Sia Karnaes, em *New City Life*, 2006.

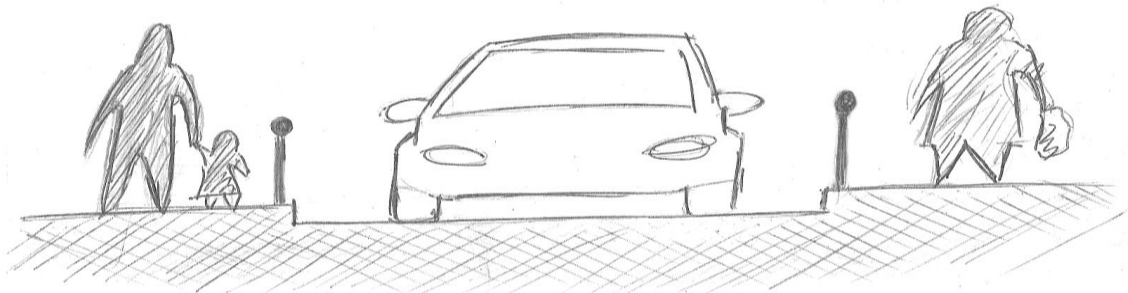


Fig. 20; Ilustração ponto1, proteção contra o tráfego.

## 2. Segurança nos espaços públicos

Este segundo critério, refere que para que haja uma boa circulação de pessoas nos espaços públicos e para que estas se sintam seguras, é importante que haja a possibilidade de estas realizarem actividades, não só diurnas, mas também nocturnas nos diversos espaços. É uma condição fundamental para que tal suceda que as pessoas se sintam seguras ao longo das várias horas do dia.

Como medidas projectuais, sugerem-se:

- Uma iluminação suficiente desses espaços, quer pela exposição solar durante o dia, quer pela colocação de luz artificial no período nocturno (ver fig.21).

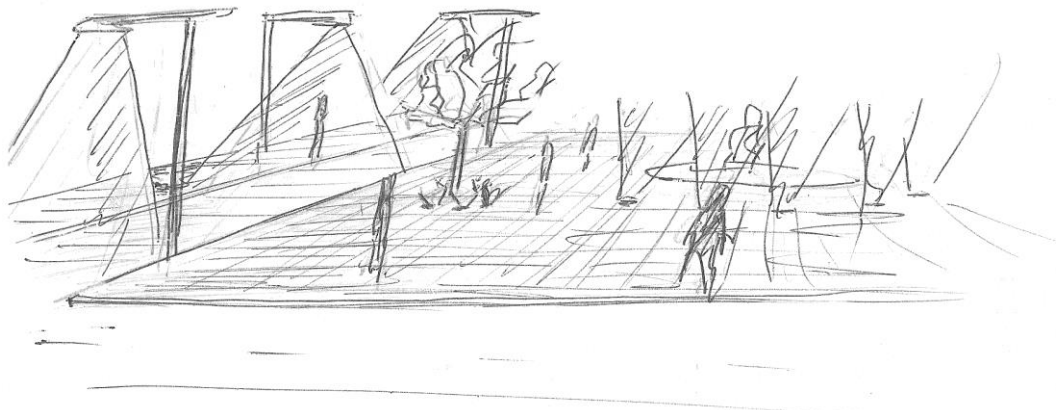


Fig.21; Ilustração ponto 2, segurança nos espaços públicos.

## 3. Protecção contra experiencias sensoriais desagradáveis

Este terceiro ponto, refere que os espaços públicos devem estar preparados para fazer face a condições climáticas adversas. Devem para tal incluir áreas adequadas nas quais as pessoas se possam abrigar de situações como chuva, ou calor. Propõem-se como medidas projectuais

a colocação de árvores e a existência de outros elementos vegetais que possam minimizar o calor, a poluição ou o ruído. Estes elementos devem ser em grande número e estar espalhados pelas várias áreas da cidade, devendo ainda a sua presença ser incentivada pelos órgãos responsáveis (ver fig.22).

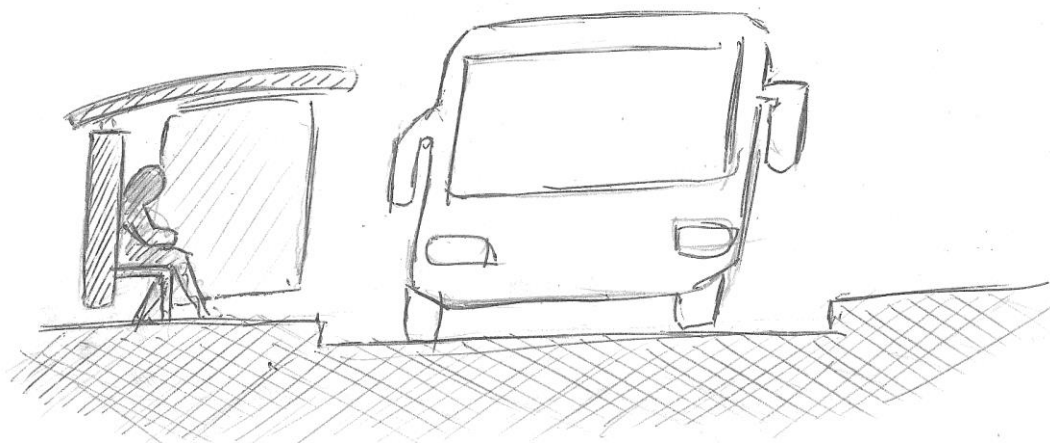


Fig. 22; Ilustração ponto 3, protecção contra experiências sensoriais desagradáveis.

#### 4. Espaço para caminhar

Este critério refere que o espaço público, deve conter corredores ou locais exclusivos para caminhar. Estes locais, devem estar preparados para cumprir as mais diversas necessidades, de quem deles usufrui, incluindo pessoas com necessidades especiais (com dificuldades de mobilidade), mostrando estruturas urbanas atractivas ao longo destes percursos pedonais. Como medidas projetuais, propõem-se:

- Tipo de pavimentos adequados; traçados e perfis adequados; ter em consideração detalhes como rampas, ou escadas assim como a posição destas nos locais de atravessamento de vias automóveis, como passadeiras, passagens inferiores ou superiores (ver fig.23).

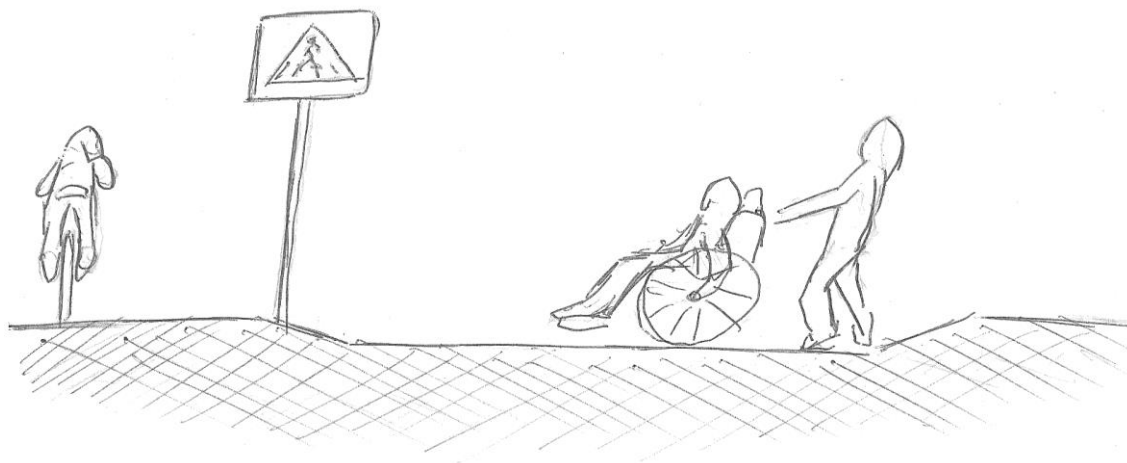


Fig. 23; Ilustração ponto 4, espaço para caminhar.

## 5. Espaços de permanência

Este quinto critério refere que o espaço público, deve providenciar espaços de agradável permanência aos utilizadores, onde estes possam permanecer por determinados intervalos de tempo, e apreciar as fachadas e paisagens que a cidade tem para oferecer.

Medidas projetuais que possam potencializar esta regra, será ter envolventes urbanas qualificadas, quer edificadas, quer não edificadas que promovam a permanência (ver fig.24).

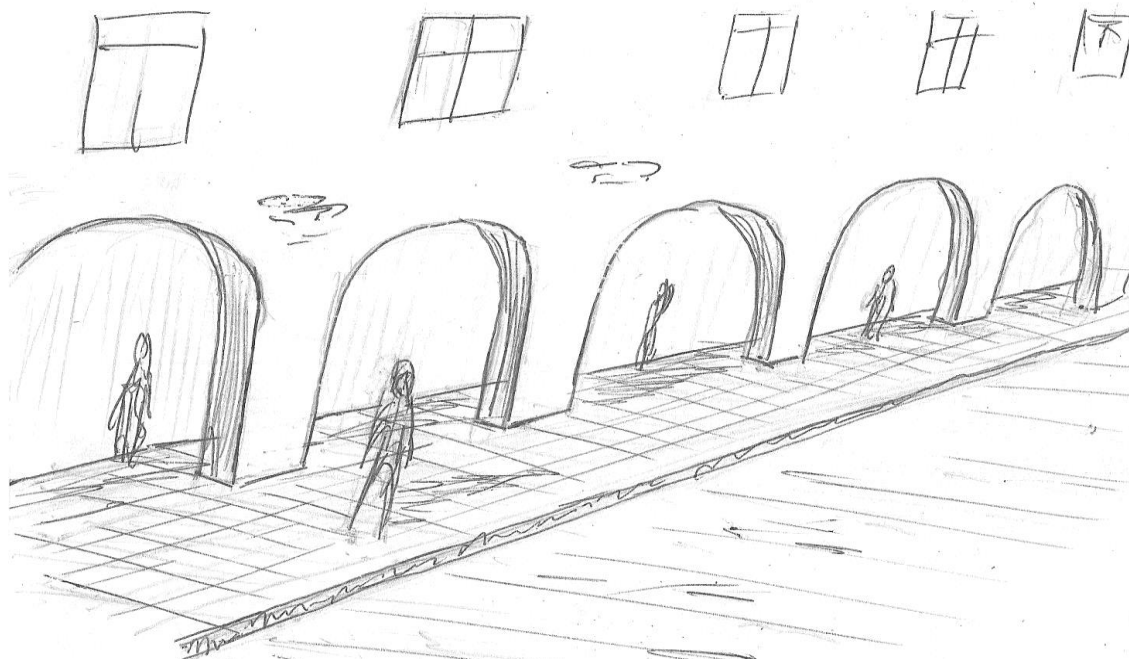


Fig. 24; ilustração ponto 5, espaços de permanência.

## 6. Ter onde se sentar

Este critério refere que uma das características inerentes aos espaços públicos, especialmente em locais onde existam elevados fluxos de pessoas como avenidas ou praças centrais, que deverão possuir um número adequado de locais de estadia, nomeadamente, onde os transeuntes se possam sentar. Como medidas projetuais, propõe-se a dotação dos espaços públicos de elementos do mobiliário urbano, que permitam aos cidadãos descansar, ler, conversar ou simplesmente poder observar as redondezas (ver fig.25).



Fig. 25; ilustração ponto 6, ter onde se sentar.

### 7. Possibilidade de observar

Embora os autores, refiram que os espaços públicos nem sempre se situam ao ar livre, estes referem que os mesmos quando assim for devem possibilitar aos utilizadores dos mesmos a oportunidade de contemplar a paisagem urbana. As medidas projectuais para conseguir este propósito, advêm essencialmente dos dois pontos anteriores (ver fig.26).

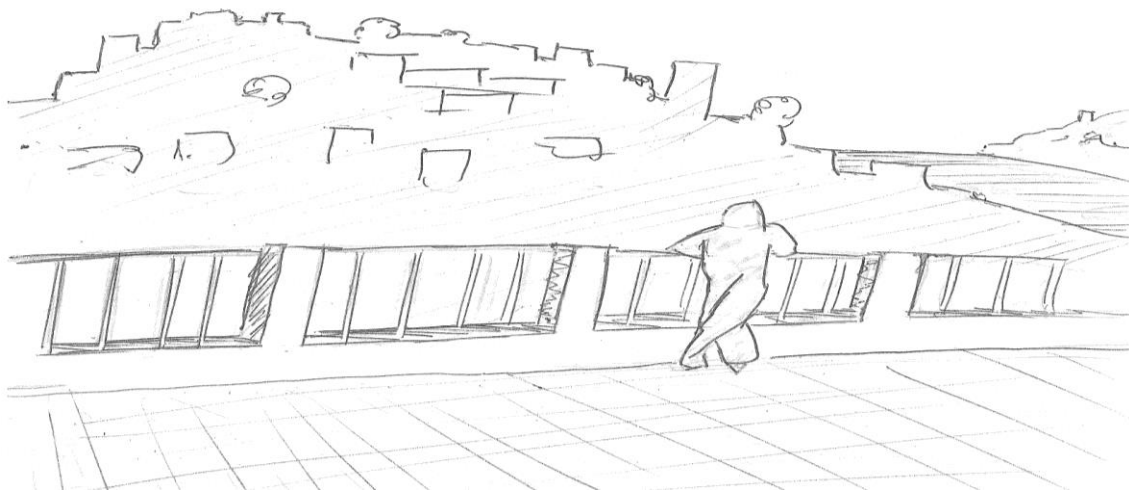


Fig. 26; ilustração ponto 7, possibilidade de observar.

### 8. Oportunidade de conversar

Uma das funções dos espaços públicos, trata-se do seu papel enquanto local de convívio, intercâmbio cultural e social, promovendo a oportunidade de conversar. Enquanto espaços de lazer e de encontro, o espaço público deve incluir medidas projectuais, que incluam elementos do mobiliário urbano que possibilitem a interacção entre as pessoas, devendo sempre que possível situar-se em zonas com baixo ruído que permita que tal suceda (ver fig.27).

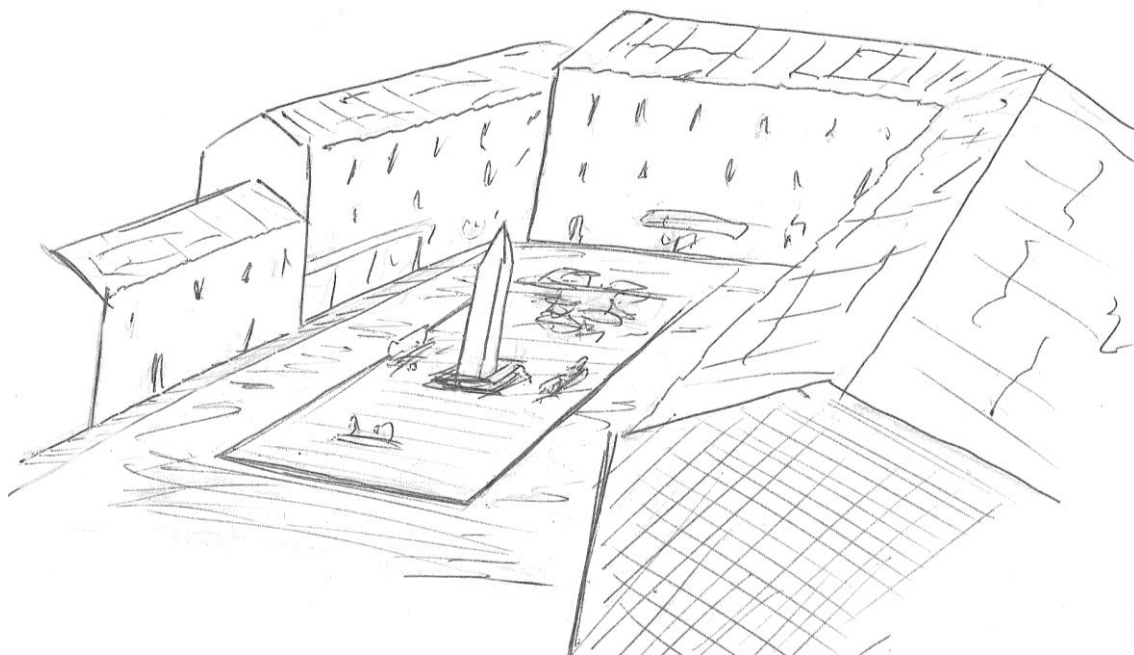


Fig. 27; ilustração ponto 8, oportunidade de conversar.

### 9. Locais para se exercitar

Este critério refere que o espaço público deve garantir o acesso a equipamentos desportivos a toda a população, pretendendo-se com esta medida promover o bem-estar da mesma, tornando-a mais activa e melhorando a saúde pública. Esta medida tem-se vindo a observar cada vez mais um pouco por todo o mundo, em função das recentes propostas de reabilitação urbanas que têm vindo a ser levadas a cabo. Como medidas projetuais, propõe-se a colocação no espaço público de elementos do mobiliário urbano relativos a equipamentos desportivos, quer ao longo dos passeios sempre que possível, quer em espaços verdes como parques e jardins que promovam o exercício físico (ver fig.28).

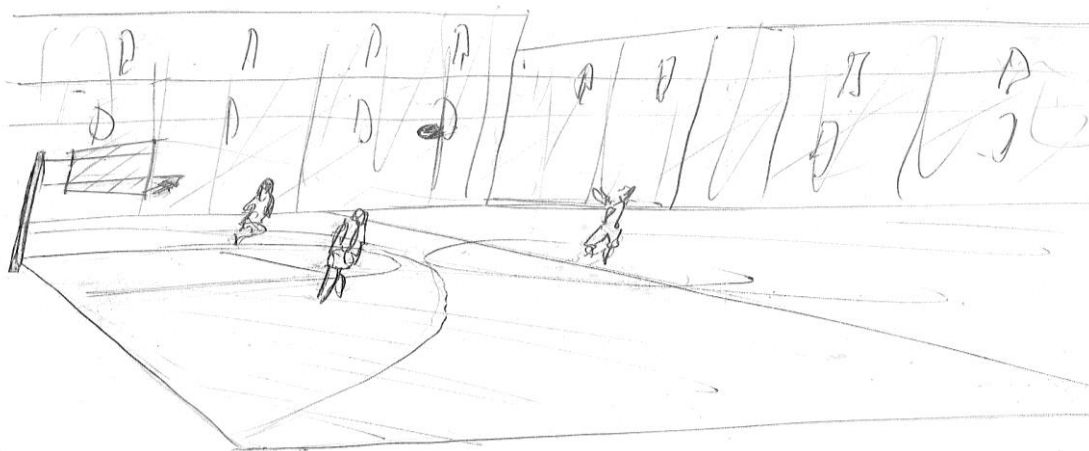


Fig. 28; ilustração ponto 9, locais para se exercitar.

## 10. Escala humana

Este ponto refere que aquando da criação de qualquer estrutura no contexto urbano, incluindo os espaços públicos, este se devem relacionar em termos projetuais com a escala humana, ou com o que está ao alcance desta. Citando como exemplo, que a cidade e os seus espaços públicos, deveriam ser criados em função desta, tendo em conta a perspectiva dos olhos das pessoas.

Como medidas projetuais, fomenta-se o modelo da cidade compacta em detrimento da cidade dispersa, que não é feita á escala humana e sim mais propícia para o uso automóvel (ver fig.29).

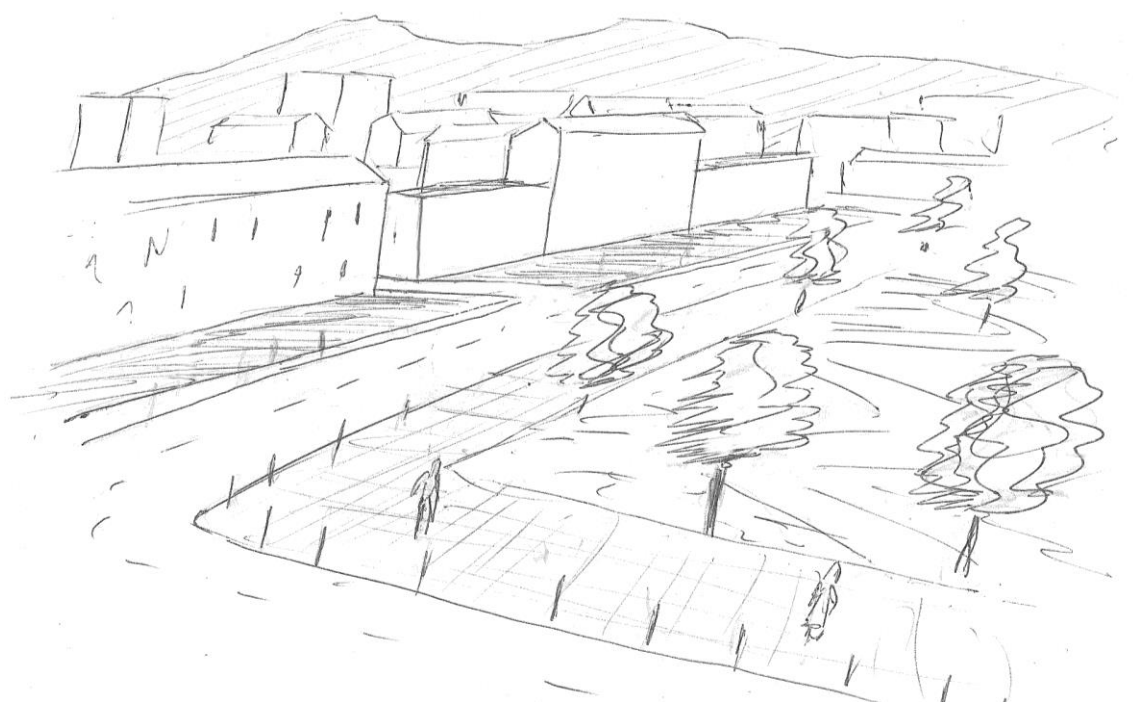


Fig. 29; ilustração ponto 10, escala humana.

## 11. Possibilidade de aproveitar o clima

Este critério refere que os espaços públicos para serem bem aproveitados, devem ser criados tendo em conta a topografia e o clima da cidade em que encontram inseridos, de forma a que os possam potenciar ao longo de todo o ano e não apenas em determinada estação.

Medidas projetuais que considerem a topografia do local, nomeadamente, adaptando os traçados e perfis dos arruamentos ao mesmo critério; tendo em consideração a exposição quer dos edifícios quer dos espaços públicos face á exposição solar (ver fig.30).

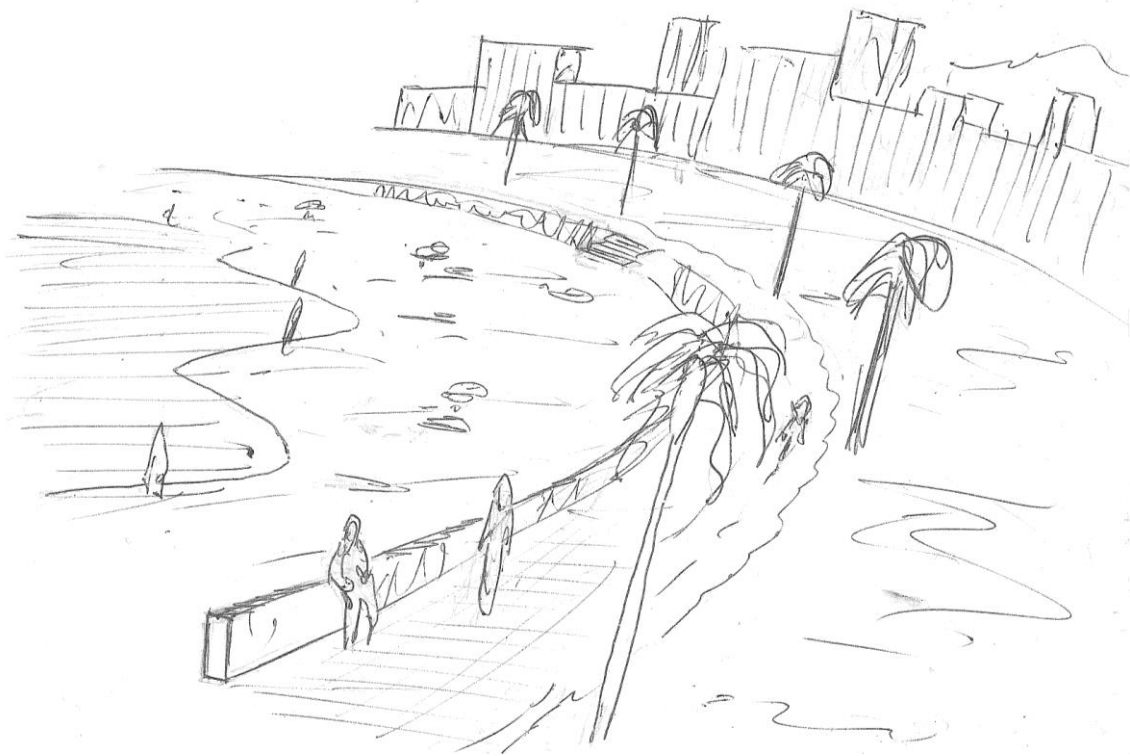


Fig. 30; ilustração ponto 11, possibilidade de aproveitar o clima.

## 12. Boa experiência sensorial

Por fim, sendo que os espaços verdes tendem a transmitir sensações positivas aos seus utilizadores, torna-se necessário a criação dos mesmos, se possível com cursos de água integrados, juntamente com a presença de diversas espécies quer de fauna, quer de flora, que possam providenciar uma boa experiência ao utilizador, possibilitando a sua permanência nesses espaços por mais tempo.

Como medidas projetuais, possibilitar a criação de espaços adequados á criação de elementos de fauna e flora (ver fig.31).



Fig. 31; ilustração ponto 12, boa experiencia sensorial.

Através destes doze critérios propostos pelos urbanistas dinamarqueses Jan Gehl, Lars Gemzøe e Sia Karnaes, que constituiriam as regras para a elaboração de um bom espaço publico, pode-se verificar que na sua génese, este se encontra directamente ligado ao peão, e à possibilidade de este se poder deslocar livremente, sem constrangimentos pela cidade, sendo este o elemento a que esta se destina primeiramente, em detrimento do automóvel, o qual se trata simplesmente de um meio que o peão utiliza para atingir um fim, no fundo. Pretende-se que com estes critérios como guia para a elaboração de um bom espaço publico, aquando da sua conceção ou requalificação, estes possam proporcionar a criação de um espaço agradável a quem dele usufrui, criando uma sensação de bem-estar aos seus utentes, possibilitando a vida coletiva e incutindo nestes a vontade de voltar a usufruir destes espaços de futuro.

# Parte 2 | Proposta de reabilitação urbana no centro de Vila Real

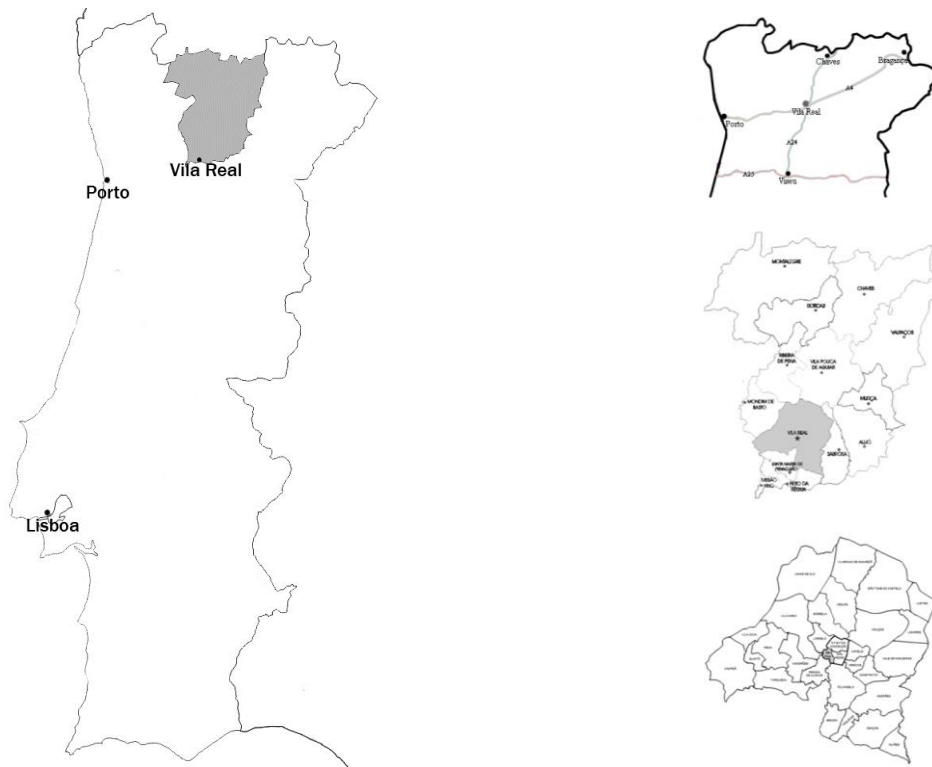
## Capítulo 3- Caracterização da situação pré existente

Neste capítulo será introduzido o caso de estudo presente nesta dissertação. Será importante perceber a sua origem histórica, e qual o seu papel na cidade atualmente, bem como quais os pontos fortes e problemas presentes, de forma a que se possa perceber quais as questões mais pertinentes e necessárias de serem abordadas na proposta de requalificação urbana.

### 3.1 Breve contextualização no concelho de Vila Real

Vila Real é uma cidade Portuguesa capital de Distrito, possui cerca de 30 000 habitantes no seu perímetro urbano, e cerca de 51 850 no seu concelho (aquando dos Censos de 2011) divididos por 20 freguesias, para cerca de 370m<sup>2</sup> (relatório da cidade de Vila Real, Dezembro de 2003, pág. 3).

Situa-se na região do Norte de Portugal, bem como na província de Trás-os-Montes e Alto Douro. Relativamente às suas principais atividades, trata-se de uma cidade maioritariamente voltada para os serviços com alguma indústria de produção, nomeadamente na área da produção de vinhos, pela proximidade com a região Douro. A cidade encontra-se numa zona central em pleno interior da região norte de Portugal, ficando sensivelmente a cerca de 100 km da cidade do Porto a oeste, da cidade de Chaves a norte pertencente e a segunda maior cidade do distrito de Vila Real, bem como a cerca de 100 km da cidade de Viseu a sul e de Bragança a este (ver fig.32). Pode-se verificar o potencial de desenvolvimento dada esta proximidade com algumas das mais importantes cidades Portuguesas, e a sua posição geográfica estrategicamente central relativamente a estas no contexto geográfico do país.



**Fig. 32;** Mapa de localização distrito, concelho e da Cidade de Vila Real.

De acordo com os censos realizados em 2001 e posteriormente em 2011, pode-se verificar que o distrito de Vila Real, perdeu população residente na ordem dos 16 mil habitantes, passando de cerca de 223.000 residentes em 2001, para 207.000 em 2011 ([www.ine.pt](http://www.ine.pt), consultado a 20 de Agosto de 2015), facto este que pode ser justificado com a crise financeira que afectou o país neste período de tempo, e que levou muita população do distrito seguindo um pouco a regra presente no resto do país, a emigrar procurando melhores condições de vida.

Em relação a Vila Real / concelho, verifica-se que a tendência não foi a mesma, visto que a população residente aumentou substancialmente neste período de tempo, passando de 49.957 em 2001 para cerca de 52 mil pessoas residentes no concelho em 2011 ([www.ine.pt](http://www.ine.pt), consultado a 20 de Agosto de 2015). Isto poderá ser justificado com o conjunto de acessos viários criados na região neste período de tempo, que trouxeram mais serviços e industria à cidade, bem como a construção de um centro comercial de larga envergadura em 2006 e toda a criação de empregos inerentes a este, bem como ao crescimento exponencial da cidade para a margem este do rio Corgo, desenvolvendo-se esta nova zona habitacional e de serviços na periferia do dito centro comercial (ver fig.33)

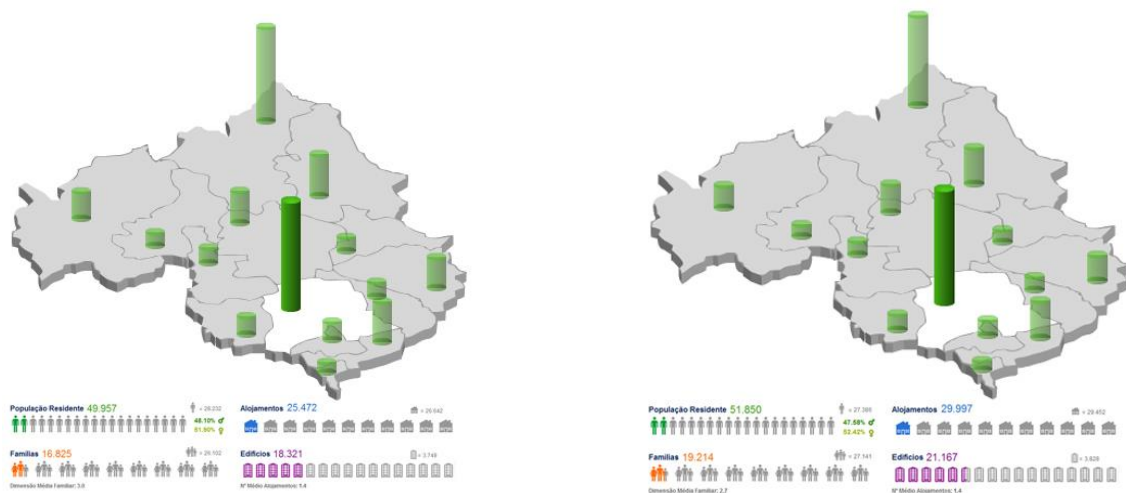


Fig. 33; Dados relativos a cidade de Vila Real e distribuição da população pelo distrito em 2001 á esquerda e 2011 á direita.

Em síntese, o aumento populacional registado na última década no concelho de Vila Real, em contra ciclo com os concelhos vizinhos desta região onde a população tem vindo a diminuir, coincide com uma concentração de pessoas na sede do concelho, também sede de distrito, ou seja na cidade de Vila Real. Esta cidade (ver fig.34) tem-se vindo a assumir-se como um pólo de atractividade, na região, pelo que importa, analisar os seus espaços públicos apresentando propostas de modo a contribuir para a sua qualificação e possível melhoria como pólo atractivo quer relativamente á população residente, quer a possível potencial turístico.

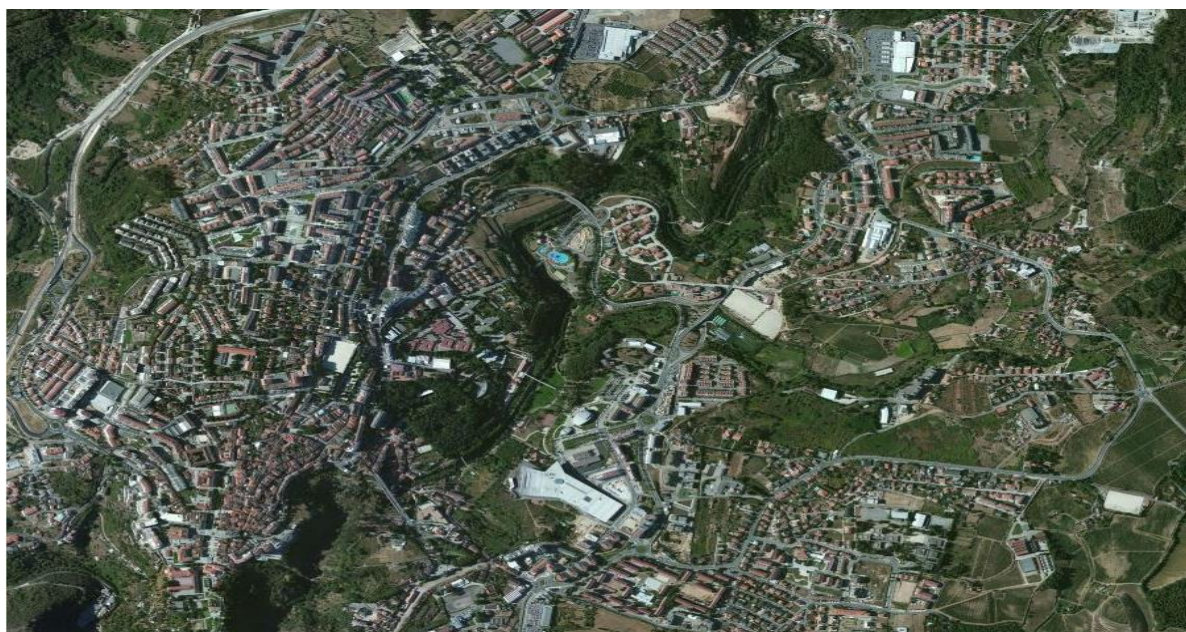


Fig. 34; Vista aérea actualmente da cidade de Vila Real.

## 3.2 Contexto histórico, de um Terreiro Medieval

Do ponto de vista urbanístico, a morfologia urbana da área de estudo (ver fig.35), consolidou-se no período medieval como um amplo terreiro para práticas colectivas relacionadas com corridas de cavalos, touradas e local de comércio. Assumindo-se como um dos principais espaços públicos da Cidade. Neste ponto, analisar-se-ão três momentos chave da sua evolução e das transformações urbanísticas presentes na Avenida Carvalho Araújo: Origem e evolução no contexto da cidade; alterações modernas desde os inícios do séc. XIX até as primeiras décadas do século XX, onde a partir da forma urbana já consolidada se produzem alterações ao nível da fruição e actividades do espaço, com enfraquecimento do cariz religioso e favorecimento do cariz terciário e de equipamentos públicos de representação do poder político; Por último abordam-se as propostas contemporâneas definidas no âmbito do programa polis, na transição para o século XXI.



Fig. 35; Mapa de localização da área de estudo (Av. Carvalho Araújo).

## a) Origem e Evolução

A Avenida Carvalho Araújo, é talvez ainda hoje em dia o local de maior importância existente na Cidade de Vila Real. Ao longo da história, esta sofreu diversas alterações, acabando por vezes por se apagarem partes importantes da mesma, outras adaptando-se aos novos tempos, mudaram com esta e sobrevivem ainda nos dias de hoje. Esta alberga as duas estruturas monumentais mais importantes da Cidade, a Igreja/Convento de São Domingos e o Palácio dos marqueses de Vila Real (ver fig.36 e 37), de seguida poderemos constatar as mutações que esta sofreu ao longo da história, e que conduziram à situação em que se encontra hoje em dia, mutações estas que se podem dividir em três partes distintas como é referido por Elísio Amaral Neves no seu texto-síntese: “Do Rossio a Avenida; História longa da Avenida Carvalho Araújo.”



Fig. 36; Palácio dos marqueses (1950).



Fig. 37; Sé de São Domingos à direita (1955).

Aquando do seu surgimento (estima-se que por volta do séc XIV), na altura sendo apenas um Terreiro (Lugar espaçoso; praça Larga), teria um desenho bem diferente das descrições que conhecemos relativas ao campo do Tabulado do séc. XVIII (Elísio A. Neves, em Do Rossio à Avenida). Este situava-se na periferia da Vila muralhada, edificada no ponto mais alto, onde confluíam os Rios Cabril e Corgo, e, que pelas suas características físicas e de proximidade com a referida povoação e eixos viários que a serviam, transformou-se após se ter constatado na altura a possibilidade de exercer actividades urbanas fora das muralhas, dando-se o nome a este terreiro de Rossio. Este dispunha de uma área que não correspondia à do futuro Campo do Tabulado, embora integrasse já parte deste, e de território na direcção sul e poente.

Com a construção da Igreja e convento de São Domingos nas primeiras décadas do séc. XV, e sobretudo com a construção do palácio dos Marqueses de Vila Real, estima-se que por volta dos primeiros anos do séc. XVI, consolida-se a vocação pública dos terrenos que lhes eram próximos e forma-se o Terreiro que conhecemos por Campo do Tabulado (ver fig.38 e 39), mantendo-se esse desenho até ao último quarto do séc. XIX (Elísio Amaral Neves, pág. 7).



Fig. 38; Campo do Tabulado, mostrando em primeiro plano a Maria da Fonte em frente a Sé.



Fig. 39; Aguadeiras no chafariz do campo do Tabulado.

Tratava-se de um terreiro que se manterá praticamente desprovido de arborização durante três séculos (inicialmente estavam plantadas oliveiras em frente do convento de São Domingos, tendo sido mandadas cortar pelos Marqueses de Vila Real no séc. XVI), que é progressivamente terraplanado e que por diversas razões, como o facto de ser em terra e de por ele passarem as condutas de abastecimento de água ao chafariz do Tabulado e a realização no mesmo das feiras semanais, nem sempre se encontrava bem preservado (Elisio Amaral Neves, Pág. 7).



**Fig. 40;** Mercado fechado e coberto (1885).

Era sobretudo a imagem de marca da Vila na altura, que possuía uma das maiores feiras anuais realizadas na província, província esta que há muito havia abandonado a sua cerca medieval, já designada por Vila Velha no séc. XVI e muito provavelmente no final do séc. XV, e que tinha elevado peso político no contexto nacional, que lhe advinha do facto de serem seus donatários sucessivamente á Coroa, os ascendentes directos de D. Pedro de Menezes, os marqueses de Vila Real, de novo a Coroa e a sereníssima Casa e Estado do Infantado (Elisio Amaral Neves, Pág. 7).

O Terreiro ocupava à época, uma área poucas vezes vista nas vilas de província, com importância administrativa idêntica á de Vila Real, e conciliava o uso mundano do dia-a-dia com as actividades económicas mais significativas da Vila, como o eram o mercado diário que se desenvolvia na então Rua da Praça (Hoje Largo do Pelourinho e Rua António de Azevedo até á Rua Serpa Pinto) que lhe era vizinha e estava ligava por dois arcos, os mercados semanais da Terça e Sextas-feiras de gado (Elísio Amaral Neves, Pág. 8).

Este Terreiro era rodeado por construções das quais se destacavam a Casa dos Marqueses de Vila Real (ver fig.41), que era o imóvel de arquitectura civil mais importante da sede de conselho, e a Igreja e Convento de São Domingos (ver fig. 42) que lhe ficavam fronteiros e que os próprios marqueses vão acompanhar no seu crescimento, sem que, ao longo de toda a sua existência, se tenha colocado qualquer elemento entre as duas fachadas, quase que como um acto de respeito pelos dois poderes ali representados.



Fig. 41; Casa dos Marquesses actualmente.



Fig. 42; Sé de Vila Real actualmente.

Para além destes dois imóveis, este era limitado a norte pelo convento de Nossa Senhora do Amparo da Ordem de Santa Clara, construído no início do séc. XVII, pela Capela de Santiago que se situava em frente a este, e a sul pelo Hospital Albergaria do Espírito Santo, bem como por diversas casas nobres, á semelhança do que viria a acontecer a norte e a nascente, construções estas que reflectiam a presença de muitas famílias nobres na então Vila, e que valeram a Vila Real a designação de “Côrte de Trás-os-Montes” (ver fig.43) (Elisio Amaral Neves, Pág. 8).

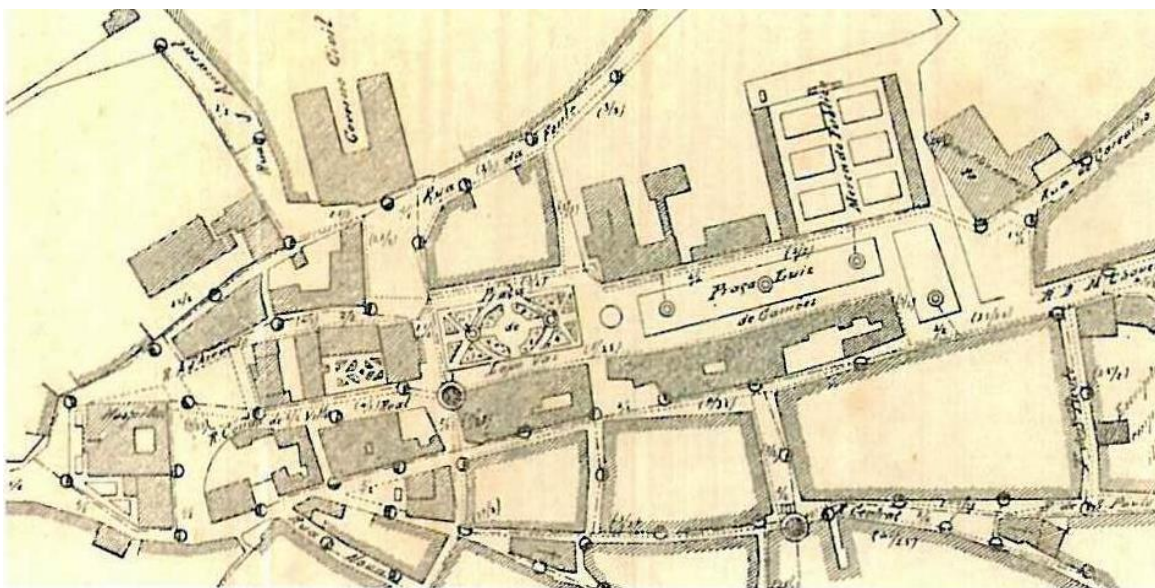


Fig. 43; Pormenor de uma planta da Avenida Carvalho Araujo, 1897.

O Terreiro permitia que nos dias soalheiros, as pessoas pudessem passear, apanhando sol (nos dias de chuva, usavam um cais que acompanhava praticamente em toda a sua extensão a ala nascente do campo do Tabulado), muitas vezes sentadas em bancos de pedra que se estendiam ao longo das fachadas do Paço dos Marquesses e do Convento. No mesmo Terreiro, para além de um cruzeiro monumental que ficava fronteiro á entrada da Igreja de São

Domingos existia o chafariz do Tabulado, na parte mais a sul, e que era uma obra extraordinária que assegurava abastecimento público de água a grande parte dos moradores da Vila e dos cavalos, bem como que constituía o mais importante reservatório de água no combate a incêndios (ver fig.44) (Elisio Amaral Neves, Pág. 8).



Fig. 44; Pormenor chafariz e cruzeiro em Frente ao Convento de São domingos.

Neste terreiro tinham lugar os torneios, as danças publicas, as corridas de cavalos (corridas estas que se realizaram ainda depois de 1891) (ver fig.45 e 46), e muito provavelmente as touradas em ocasiões de festa, actividades que estarão na origem da designação do nome “Campo do Tabulado”, o qual refere Elísio Amaral Neves acerca desta designação, “ ... Campo do Tabulado que se diz ser um provincianismo transmontano designando um terreiro fechado por tapumes (Vedação de madeira ou sebe), em que se fazem touradas, cavalhadas (cavalgadas), etc.”, (Elisio Amaral Neves, Pág. 8).



Fig. 45; Corrida de Burros organizada pelos alunos do liceu, (1921-1981).



Fig. 46; Corrida de Cavalos durante a feira de Santo António, realizadas no Campo do Tabulado.

### b) Alterações modernas pós 1834

Após a extinção da Casa dos Marqueses de Vila Real, a vila perde importância, só voltando a ganha-la com o surgimento da cultura do vinho nos séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX, importância esta que vemos reflectida como foi referido anteriormente com os mercados semanais e sobretudo a feira anual, a feira de Santo António.

Por todas estas razões, o secular Campo do Tabulado manteve-se livre de qualquer arborização até á ultima década do séc. XIX, resistindo á pressão da Estrada-Rua Fontista (ver fig.47) que a atravessou na década de 1860, (Elisio Amaral Neves, Pág. 9).



Fig. 47; Mala-posta para a Régua. (pormenor no antigo Campo do Tabulado, atravessado na década de 1860 pela Rua fontista. Apartir desta data concentraram-se a maior parte dos escritórios das empresas de transportes, hotéis e restaurantes na Vila, deslocando-se assim o centro cívico da Vila para esta área.).

Pretendeu-se na altura que o seu traçado integrasse a travessa de São Domingos, com prejuízo do adro da Igreja de São Domingos, tendo em vista reduzir o seu traçado e com isso poupar algum dinheiro na sua construção. No entanto, e porque esta solução iria impedir a continuação dos mercados semanais que tinham lugar no Campo do Tabulado, a Camara municipal aceitou reforçar a sua participação financeira no projecto, orientando-se o seu traçado pelo depois designado Largo Conde de Amarante (que se formou nesta altura), o que resultou na expropriação de diversas casas que formavam as Ruas do Rego e do Sabugueiro, que praticamente desapareceram, e da demolição do Hospital-Albergaria do Espirito Santo que, no conjunto desta intervenção, originou igualmente o recuo do campo alguns metros para Sul, (Elisio Amaral Neves, Pág. 9 e 10), (ver fig.48 e 49).



**Fig. 48;** Vista do Largo do Conde de Amarante (ao fundo o edifício do antigo governo civil, anteriormente Palácio do General Silveira, 1810).

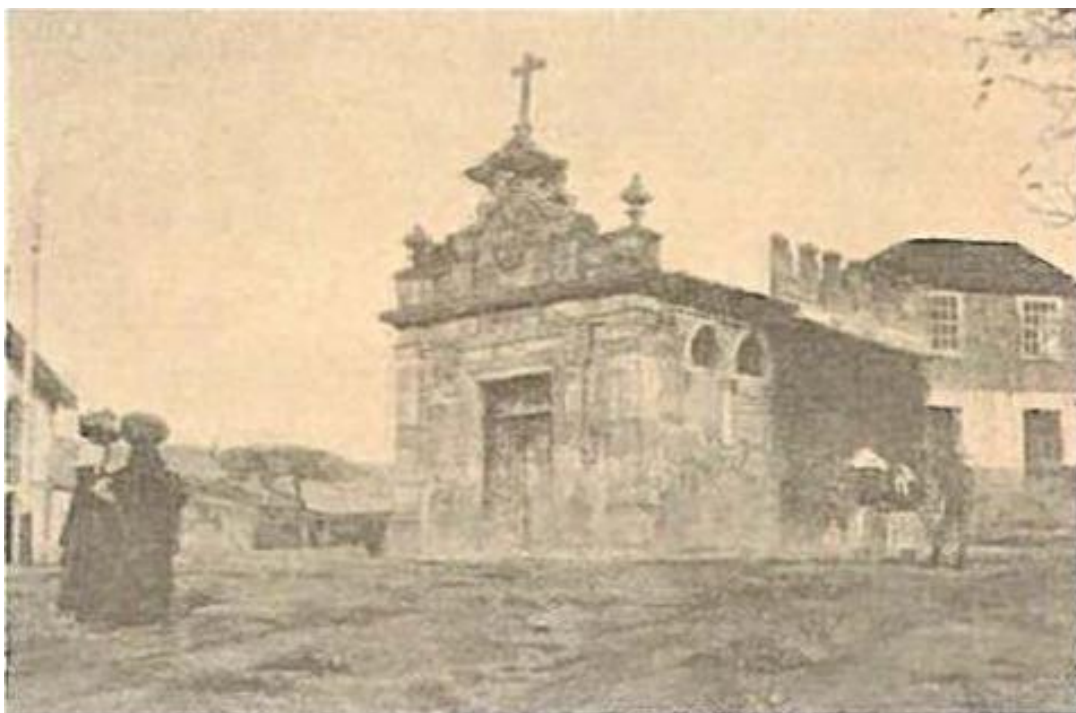


Fig. 49; Capela do bom Jesus do Hospital da Albergaria do Espirito Santo.

Nesta altura vivia-se já em Vila Real o reflexo da política Fontista. Os autarcas filiavam-se numa corrente que se podia chamar de pré-urbanista. As suas preocupações estavam voltadas para a necessidade de alargar e alinhar as ruas, assegurar uma regulação e a ventilação das mesmas, abrir novos arruamentos, localizar mercados semanais em praça fechada e parcialmente coberta (ver fig.50), bem como a arborização das mesmas Ruas. As décadas de 1860, 1870 e 1880, são marcadas por iniciativas deste tipo, com destaque para as acções por parte do Dr. Almeida Lucena que promove alterações na Avenida, ganhando a parte central e norte do antigo Campo do Tabulado em 1880, o nome de Praça Luís de Camões, poeta de que se celebrava na altura o centenário de seu óbito.



Fig. 50; Largo do chafariz em dia de mercado.



Fig. 51; Praça Luís de Camões em dia de mercado.

A praça-mercado é inaugurada em Dezembro de 1885 (ver fig.51), ocupando parte do extinto convento de São Domingos, e o arranjo da Praça Luís de Camões alguns anos depois no mandato de Avelino Patena, personalidade esta que foi igualmente responsável pela construção do chamado jardim das Camélias e pela instalação do chafariz metálico em 1891 (Elisio Amaral Neves, Pág.10).

Na década de 1880 já o Campo do Tabulado estava dividido em praças ou largos, embora o seu conjunto constituísse uma unidade, esta era constituída pela Praça Luís de Camões, Largo do Chafariz e pelo Largo Conde de Amarante (ver fig.52,53 e 54), projectando-se igualmente nesta altura a expansão do antigo Campo do Tabulado para sul até ao Hospital da Divina Providência (Elisio Amaral Neves, Pág. 11 e 12).



Fig. 52; Praça Luís de Camões.



Fig. 53; Largo Conde de Amarante.

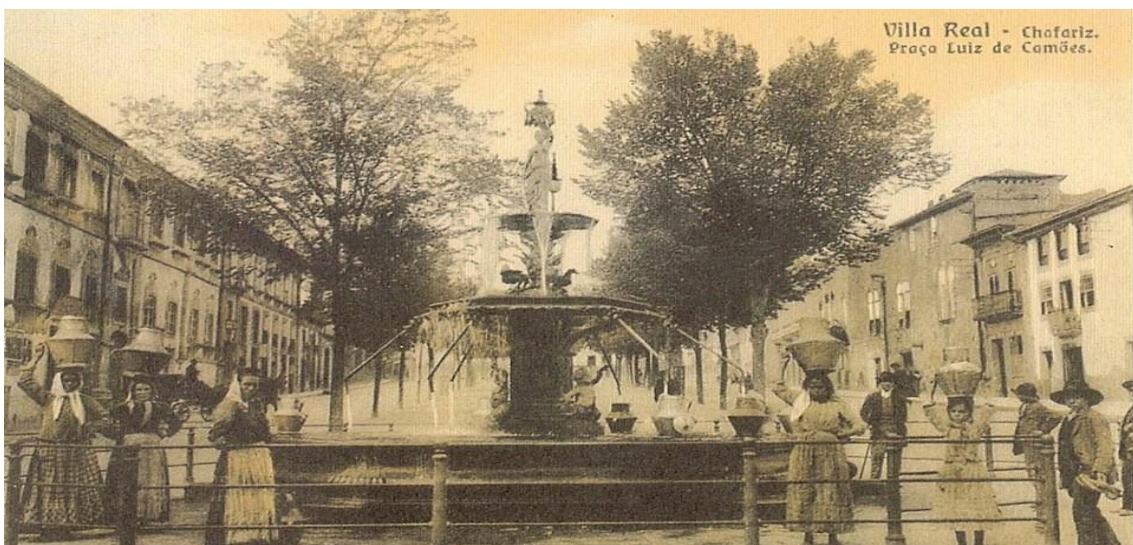


Fig. 54; Aguadeiras no Largo do Chafariz.

Esta fase, a quarta e última, ocorreu depois de diversas hesitações entre 1916 e 1917, numa altura em que o ultimo quarteirão era expropriado, formando-se no seu todo pela primeira vez (com excepção da Praça Luís de Camões, que fica no entanto diminuída na sua dimensão) a Avenida Carvalho Municipal, que dará lugar posteriormente em 1919 á Avenida Carvalho Araújo (Elisio Amaral Neves, Pág. 12). (ver fig. 55 e 56)



**Fig. 55;** Surgimento da Avenida Carvalho Araújo como um todo pela primeira vez, 1919.



**Fig. 56;** Foto de 1960, já com o jardim no seu núcleo central.

Nessa altura, os Paços do Concelho ocupavam o edifício do antigo Hospital, fortalecendo-se mais tarde entre as décadas de 1930 e 1960, a vocação do espaço onde se concentrarão os mais importantes serviços e instituições publicas da cidade e que ainda hoje em dia se situam nos mesmos espaços, como a construção do seminário Diocesano de Santa Clara, do Liceu, o edifício dos Correios, o Tribunal e o edifício da Caixa Geral de depósitos, isto além de ter sido escolhido para acolher o monumento a Carvalho Araújo inaugurado em 1931 (ver fig.57), (Elisio Amaral Neves, Pág. 12).



**Fig. 57;** Construção, e inauguração (em cima) da estátua a José Botelho Carvalho Araújo, e celebração da sua morte (em baixo) em 14/10/1968.

### c) Propostas Contemporâneas

Actualmente, a Avenida Carvalho Araújo sofreu a sua última intervenção no ano de 2001, tendo nesta a sua zona mais a sul (Praça Camilo Castelo Branco), imediatamente em frente aos Paços do Concelho sido vedada ao trânsito automóvel. Nesta intervenção foi criada uma zona de estacionamento subterrâneo com cerca de 267 lugares no seu subsolo, e implementada uma fonte pública na sua superfície, tendo ainda sido dispostos diversos bancos nas extremidades de uns vasos criados especialmente para elevarem o terreno, e consequentemente poderem ser plantadas árvores nestes, em função das condicionantes que o parque subterrâneo apresenta. Relativamente aos seus usos, esta é maioritariamente utilizada como “salão de festas” da cidade, nomeadamente nas festas dos Santos por altura do Verão (ver fig.58), sendo que no dia-a-dia esta é maioritariamente utilizada por comerciantes que ai possuem os seus estabelecimentos comerciais, funcionários camarários ou ainda estudantes do liceu Camilo Castelo Branco que lhe é adjacente, ficando quase que restringida a estes utilizadores, situação esta que não se verifica no topo norte, onde a possível utilização do automóvel em conjugação com um carácter pedonal, ainda que por vezes ambos entrem em “conflito”, bem como a localização de diversos serviços, espaços comerciais e de estar ao longo da mesma, originam uma maior utilização desta zona, ainda que por vezes apenas como espaço de passagem.



Fig. 58; Marchas de Santo António e concerto Herman José (Festas da cidade 2015).

Verifica-se que existe uma diferença de critérios no desenho e aplicação do mesmo na avenida, podendo-se observar que a sua zona mais a sul é, uma zona claramente direccionada para o trânsito de peões, enquanto a situada mais a norte ainda que possua um maciço central vocacionado para peões, engloba nas suas fronteiras a este/oeste vias e estacionamento destinado a automóveis, surgindo como barreiras a uma livre circulação pedonal (ver fig.59).



Fig. 59; Avenida Carvalho Araújo actualmente (zona norte em cima e sul em baixo).

Ao longo desta, enquanto avenida ainda hoje principal da Cidade e cartão-de-visita da mesma, podem-se encontrar ainda alguns dos mais importantes edifícios e serviços presentes na Cidade, sendo que muitos destes como visto anteriormente, ainda que as suas funções tenham vindo a mudar e a adaptar às necessidades da Cidade ao longo dos tempos, a sua estrutura física e fachadas regra geral mantêm-se inalteradas ainda nos dias de hoje (ver fig. 60).



Fig. 60; Mapa do edificado e estruturas mais importantes situados na área de estudo.

- 1- Liceu Camilo Castelo Branco
- 2- Edifício ex governo civil
- 3- Hotel Tocaio, hoje em dia sem qualquer utilização
- 4- Sé de São Domingos
- 5- Conservatório Regional de Musica
- 6- Edifício dos Correios
- 7- Tribunal Comarca da Cidade de Vila Real
- 8- Câmara municipal de Vila Real
- 9- Vivenda onde o descobridor Diogo Cão terá nascido e crescido
- 10- Pelourinho
- 11- Estátua de homenagem a José Botelho de Carvalho Araújo
- 12- Palácio dos Marqueses
- 13- Antigo edifício pertencente ao palácio dos Marqueses
- 14- Chafariz Metálico

Com o surgimento do programa Polis (2004), elaborou-se uma nova proposta de desenho para a mesma, com vista a resolver a disparidade quer de desenho, quer de usos de trânsito relativamente á diferença entre a zona mais a norte e a zona mais a sul da avenida, proposta esta que acabou por nunca ter saído do “papel” (ver fig.61 e 62).



Fig. 61; Plano de requalificação da Avenida englobado no programa Polis.



Fig. 62; Perfil da proposta com destaque para a Sé de São domingos e seu alçado.

Esta proposta, pretendia acima de tudo devolver o carácter de todo unificado á Avenida Carvalho Araújo, sendo que para tal propunha a eliminação de uma das vias de trânsito, neste caso a ascendente (a nascente), juntando-a á descendente a ponte, ganhando-se assim espaço para a circulação pedonal, criando espaços de lazer e esplanadas que pudessem dignificar este espaço e devolve-lo à população, tendo inclusive presente no seu programa, a mudança do chafariz presente em frente ao tribunal na antiga praça Luís de Camões, para a zona onde se situava antigamente, em frente a sé Catedral da cidade, numa clara alusão aos tempos antigos anteriormente referidos, tempos estes em que todo este espaço possuía um carácter mais pedonal e de lazer, do que propriamente o espaço sem alma e descaracterizado que se pode observar hoje em dia.

### **3.3 Diagnóstico urbanístico**

Para melhor se efectuar uma contextualização actual da situação do caso de estudo, importa salientar as suas principais características. Para tal é necessário que se possa perceber quais os pontos fortes, e menos fortes da mesma passíveis de serem melhorados através de medidas que reforcem os pontos positivos e de outras, que procurem corrigir e melhorar os mais fracos.

#### **A) Pontos fortes e pontos fracos**

A cidade enquanto obra criada pelo Homem, para o Homem, é no fundo uma construção de grande escala, na qual o seu desenho urbano se torna um aspecto temporal. Esta existe não só enquanto construção (aspecto físico), mas também enquanto imagem quer no aspecto mental de quem a visita, quer de quem nela habita, tratando-se de um espaço em constante mudança ao longo dos tempos. Pode ser estável por determinados períodos, mas os espaços que a constituem estão como referido anteriormente em constante mudança, acabando por inerentemente mudá-la a si própria no seu todo que em última instância é constituído pelas suas partes.

Estas mudanças podem trazer alterações quer de carácter positivo a quem desta usufrui, quer negativo igualmente por vezes, empobrecendo-a e criando uma imagem negativa desta. Assim com este diagnóstico da área de estudo, pretende-se enumerar os principais pontos, quer positivos, quer negativos presentes (no centro de Vila Real) para que se possa perceber de que forma se pode potenciar a mesma, através de medidas projetuais a implementar posteriormente. Consequentemente irão contribuir ajudando a colmatar e melhorar os aspectos menos positivos encontrados neste diagnóstico, em particular na área de estudo, mas também na cidade em si, dado que ambos se encontram ligados no espaço físico que os constitui, não se podendo abordar um, ignorando o outro.

Assim sendo, identificaram-se três tipos de pontos fortes á escala da cidade: Localização, património cultural e locais de interesse, (ver tabela 2).

Ponto	Tipo	Descrição
Pontos fortes á escala da Cidade	Localização	A Localização da Cidade de Vila Real fica a sensivelmente 100km de diversas Cidades importantes Portuguesas, tendo o Porto a este, Bragança a oeste, Viseu a sul e Chaves a Norte
	Património Cultural	A cidade possui diverso património cultural quer no seu perimetro urbano, quer nas suas imediações , ficando inclusive situada nas imediações da zona demarcada Douro ( património da UNESCO)
	Locais de interesse	São diversos os locais de interesse espalhados pela cidade como parque corgo, palácio de Mateus, diversas igrejas, a Utad, a biblioteca e arquivo municipal, o bairro dos ferreiros, a zona da vila velha e museu com a mesma denominação entre outros, que são os de maior interesse para a população e residentes

**Tabela 2** - Pontos fortes á escala da Cidade de Vila Real.

De salientar na tabela acima apresentada (tabela 2), o factor localização, situando-se a cidade na fronteira da região do Douro, património da UNESCO, e o imenso património espalhado pelo concelho, que vai desde o Palácio de Mateus da autoria de Nicolau Nasoni nas imediações da cidade, ao parque Corgo no centro desta (ver fig.63, 64 e 65), bem como aos diversos monumentos de igual importância espalhados pelo Concelho.



**Fig. 63, 64 e 65;** Palácio de Mateus, Alto Douro e Parque corgo (da esquerda para a direita).

Ponto	Tipo	Descrição
Pontos fracos da Cidade	Clima	O clima de extremos, que vai de temperaturas negativas no inverno a temperaturas de 40 graus no verão, enquanto que quanto á pluviosidade, esta se verifica mais no Outono e primavera bem como no Inverno.
	Perda de População	A cidade como outras que se podem encontrar pelo País, com a implementação de grandes superfícies comerciais na sua envolvente, sofre de fuga e abandono por parte da sua população do seu centro histórico, para estas periferias, acabando este por em parte se situar ao abandono com parte das suas superfícies comerciais deixadas ao abandono, levando a uma perda de interesse em geral por este, por parte da sua população.
	Pavimentos e espaços desadequados	No centro histórico da cidade, assiste-se a uma degradação dos pavimentos, quer destinado a trânsito automóvel, quer a pedonal, sendo constituído maioritariamente por cubos de granito e de calcário no caso dos passeios pedonais, verifica-se que este se encontra levantado, solto e por vezes em falta, tirando atractividade a estas zonas, bem como a falta de espaços pedonais que possuam o poder de cativar os trausentes á permanência nos mesmos, como bancos de estar, espaços verdes e de lazer, tratando-se maioritariamente de uma zona de passagem e não de permanência como seria desejado.
	Trânsito automóvel	Verfica-se que embora existam diversas possibilidades de estacionamento nas zonas fronteiras ao centro da cidade, bem como transportes públicos que a servem diariamente, os habitantes insistem em utilizar o automóvel como meio de deslocação diário, traduzindo-se esta situação por vezes em estacionamento abusivo, quer ocupando parte dos passeios destinados a peões, quer em segunda fila, causando transtornos ao trânsito pedonal e uma sensação de falta de segurança ao mesmo, verificando-se ainda para mais que existe um parque destinado a automóveis situado em pleno centro histórico, que muitas vezes se encontra vazio, sendo na sua maioria utilizado por funcionários camarários ou outros.
	Falta de espaços verdes e de estar	Pode-se verificar que no centro da cidade, se dá ou deu nos ultimos anos uma prioridade ao trânsito automóvel e não aos pedestres. Nesta zona, verifica-se a falta de espaços de lazer, bem como espaços verdes que se sejam capazes de trazer e prender pessoas para esta zona da cidade desprovido-a de vida e movimento, que perdendo para zonas periféricas onde estes espaços existem.

**Tabela 3 - Pontos fracos da Cidade de Vila Real em geral.**

Relativamente aos pontos fracos da Cidade em geral (ver tabela 3), podem-se reter como mais importantes, o excesso de trânsito automóvel e conflitos deste com peões, conflitos entre veículos ligeiros e pesados, os pavimentos presentes e seu mau estado de conservação, bem como a falta de espaços verdes e espaços de estar.



**Fig. 66;** Apontamentos fotográficos relativamente aos pontos referidos na tabela anterior.

Relativamente ao caso de estudo, é seguidamente apresentada uma tabela (tabela 4) com uma análise relativa ao mesmo, aos seus pontos fortes e fracos, bem como possíveis propostas de resolução para estes últimos, com o objectivo de poder tornar toda a zona mais atractiva aos seus possíveis utilizadores:

	Pontos fortes	Pontos fracos	Proposta
Malha Urbana	Com uma malha urbana consolidada, dada a sua localização central em pleno centro histórico da cidade, possui diversos serviços, bem como potencial habitacional e de comércio.	O envelhecimento da população residente e o estado de conservação do edificado, sendo que as reabilitações ocorridas nos últimos anos na zona, incidiram maioritariamente sobre as zonas destinadas a comércio e fachadas exteriores, relegando-se a habitação para segundo plano	Propoem-se medidas de apoio á reabilitação, como arrendamento jovem, e medidas de reabilitação da habitação existente, de forma a torna-la atractiva a casais jovens e á fixação de habitantes em geral na zona.
Malha Urbana	Trata-se da zona mais emblemática da Cidade, sendo em última análise o cartão-de-visita da Cidade desde praticamente o surgimento da mesma.	Nota-se um desinteresse crescente nos últimos anos pela zona, devido ao surgimento de grandes superfícies comerciais na periferia.	Propõem-se medidas de facilidade de estacionamento, como estacionamento grátis para utentes do comércio local de forma a tornar a zona mais atractiva para a fixação e usufruo do mesmo.
Mobiliário urbano	Encontram-se muito pontualmente bancos de jardim e caixotes para depósito de lixo.	O mobiliário urbano existente, é insuficiente e desadequado quanto á sua localização e número.	Propoe-se a introdução de mobiliário urbano como bancos de jardim, caixotes para deposito de lixo, placas de informação e realocização das iluminárias presentes na zona de forma a melhor servirem o seu propósito.
Vias	Trata-se de uma zona bem servida relativamente a acessos, de carácter central no contexto da cidade, sendo bem servida relativamente a transporte público e a vias automóveis de acesso	As vias que servem a zona acabam muitas vezes por “cortar” a ligação entre as partes constituintes da Avenida a nível pedonal, acabando por se tornarem barreiras á livre circulação de pessoas, nomeadamente na rotunda actualmente existente, na zona da Praça Luis de Camões e na Praça Camilo Castelo Branco.	Propoe-se a reformulação das vias existentes, e sua localização, tais como a realocização da rotunda actualmente existente, e a junção das duas vias ascendentes e descendentes, bem como o tipo de pavimento existente nas mesmas, assim como na zona imediatamente em frente ao liceu Camilo Castelo Branco e na Praça Luis de Camões em frente ao tribunal, e a reformulação da zona para estacionamento em frente ao hotel tocaio.
Pavimentos	Trata-se de uma zona que tem mantido a sua identidade ao longo dos séculos, sendo possível observar em algumas zonas a calçada portuguesa	O estado de degradação de pavimento, o levantamento de diversos ladrilhos, e uma má manutenção do mesmo, levantam condicionantes á circulação de peões.	Propoe-se a introdução de novo pavimento, e a reformulação de parte do existente, quer a nível de zonas destinadas a peões, quer destinadas a automóveis.
Zonas verdes	Encontram-se na zona árvores centenárias, como as Tilias que providem sombra e conforto relativamente ao clima adverso da região, assim como jardins de ornamentação.	Os jardins de ornamentação funcionam exactamente nesses termos, constituindo uma barreira na actual configuração de trânsito automóvel entre a zona a oeste a zona a este, assim como o mau alinhamento e espaçamento entre as árvores, que não executam a principal função de protecção contra o clima	Propoe-se a realocização de elementos verdes, e a eliminação dos espaços destinados a ornamento, criando zonas agradáveis e verdadeiramente funcionais.

Tabela 4 - Pontos fortes, fracos e proposta de resolução para os mesmos do caso de estudo.

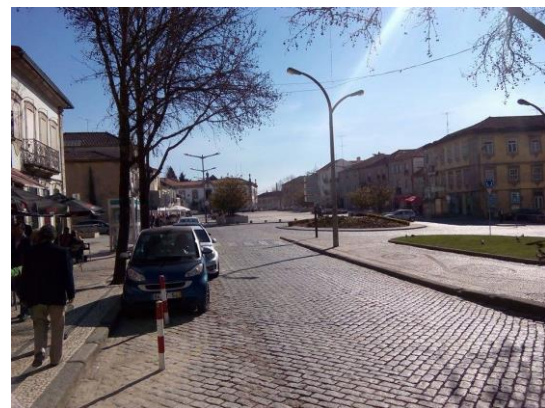
Como principais pontos fracos presentes na área de estudo, podem-se destacar o estado dos pavimentos presentes no mesmo, a descontinuidade pedonal, e a falta de espaços verdes que possam servir as populações residentes ou visitantes do mesmo, bem como a falta de espaços públicos de qualidade em geral que convidem à permanência nos mesmos (ver fig. 67, 68 e 69).



**Fig. 67;** Trânsito automóvel e estacionamento abusivo, espaços verdes mal cuidados e voltados para a ornamentação, assim como pavimentos degradados e conflitos entre trânsito automóvel e pedonal.



**Fig. 68;** Zona central da avenida.



**Fig. 69;** Zona mais a sul completamente pedonal.

Como pontos fortes principais, pode-se referir a localização em pleno centro histórico da cidade, sendo a artéria principal da mesma, localizando-se ao longo desta os edifícios ou parte dos edifícios mais importantes da cidade, constituindo-se como cartão-de-visita e porta de entrada da mesma (ver fig. 70).



**Fig. 70;** Vista da Praça Camilo Castelo Branco actualmente.

## B) Tecido edificado

A área de estudo com aproximadamente 1,71 hectares (ver fig.71), pertencente ao centro histórico da cidade de Vila Real, encontra-se em tecido urbano consolidado. Nas fronteiras da área de estudo, esta é constituída por 59 edifícios, com uma média de 2,70 pisos (ver fig.72).



Fig. 71; Planta de Positivos da existente, sem escala.



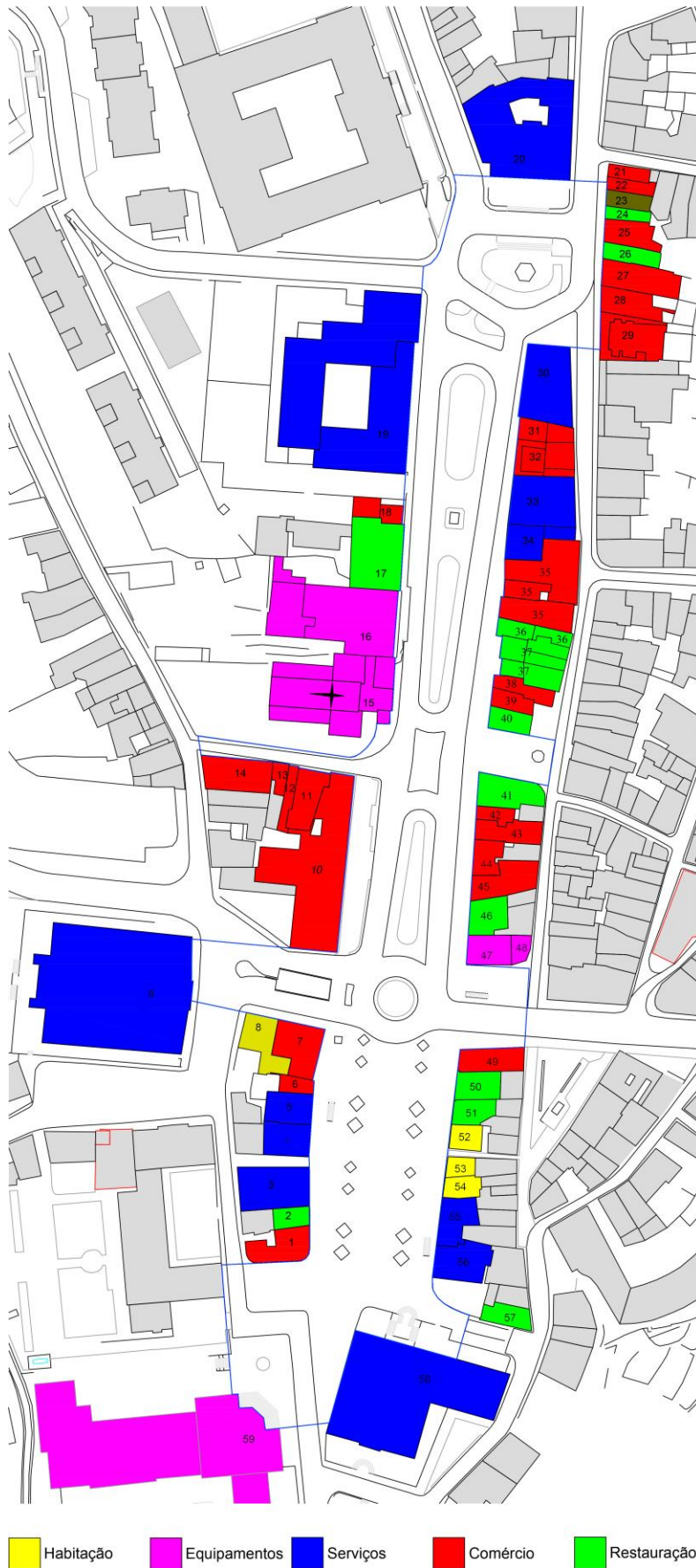
Como se poderá observar na imagem adjacente, o número de pisos nos edifícios existentes na área relativa à zona pertencente ao caso de estudo, varia entre os 2 e os 4 pisos. Nos edifícios com fachada voltada para a avenida, convém referir que os que possuem maior número de pisos se encontram na zona a este desta. Isto porque as vias presentes no interior desta zona, são vias completamente pedonais, vedadas ao trânsito automóvel, originando maior quantidade de estabelecimentos comerciais na mesma, o que poderá explicar em parte um maior interesse, quer imobiliário, quer por parte dos transeuntes por esta zona. (ver fig.72)

**Fig. 72;** Número de pisos por edifício

### C) Tipos de Atividades

Os diferentes edifícios presentes nos limites da área de estudo, apresentam-se com diversas funções, prevalecendo no entanto o comércio e os serviços como usos predominantes na mesma. Assim, relega-se a habitação e os equipamentos para um segundo plano de importância, facto este que pode ser explicado pelo factor “centralidade” no contexto da cidade de Vila Real por parte desta zona. Verifica-se que em relação aos pisos térreos, os usos predominantes são maioritariamente constituídos por comércio e restauração, acontecendo que por vezes estes ocupam igualmente o primeiro piso (ver fig.73, edifício 40), enquanto que a habitação fica quando existente reservada aos pisos 2, 3 e 4 (ver edifício 45, fig.74, 75 e 76).

Pode-se observar igualmente a existência de diversos serviços presentes na zona, como o edifício de sede regional da caixa geral de depósitos (edifício 30), ou dos Ctt (edifício 19), bem como o edifício dos Paços do concelho (edifício 58) entre outros, que produzem igualmente movimento e dinâmica na zona analisada. A maioria dos edifícios tipo, possui coberturas a duas águas, por vezes com águas furtadas, e as fachadas dos mesmos, têm a preocupação de seguir uma mesma linha de desenho arquitectónico, mantendo a identidade histórica da zona. Ainda que por vezes o interior do edificado tenha sido reabilitado e readaptado para outras funções que não as originalmente previstas, existiu uma preocupação com as fachadas na reabilitação dos mesmos, no sentido de as preservar na medida do possível, o que possibilita que o conjunto de edificado presente, constitua ainda hoje um todo a nível estético. Relativamente á questão que se levanta da habitação e escassez desta, este factor pode-se justificar pelo facto de a maioria do edificado existente, ter sofrido reabilitações financiadas na sua maioria pelos gestores de espaços comerciais ou de serviços presentes nos mesmos edifícios, acabando a habitação por se ver relegada para um 2º plano, não proporcionando esta as condições de conforto necessárias á mesma nos tempos presentes, á semelhança do que sucede igualmente em outros centros históricos de outras cidades.



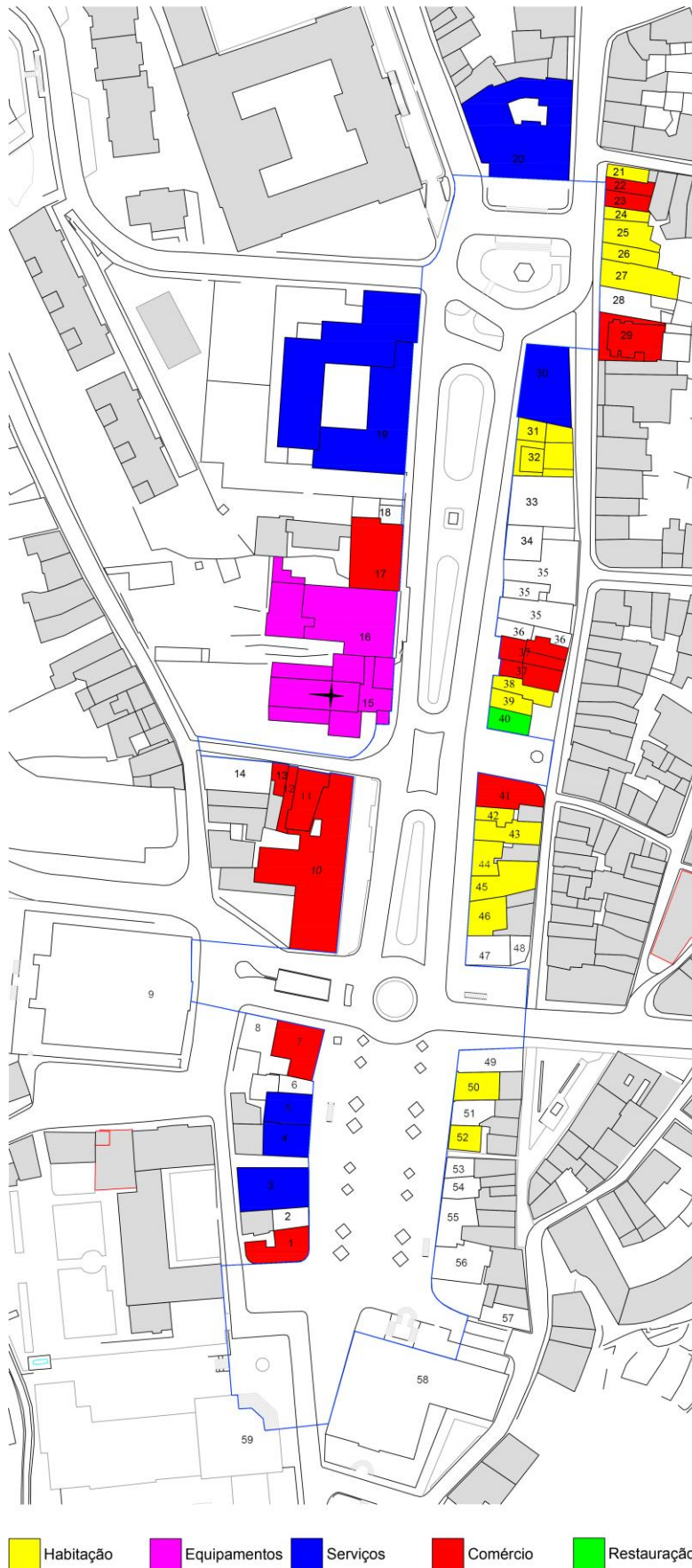
**Fig. 73;** Planta de usos, 1º piso.

Como se poderá observar na imagem adjacente, no piso 1, nota-se uma predominância do uso comércio, mais patente na zona norte adjacente à Praça Luis de Camões e no centro, a este da zona de estudo, facto este que pode ser justificado por as ruas dos quarteirões interiores nesta zona, serem completamente pedonais, e os usos predominantes na mesma serem o comércio igualmente. Pode-se verificar também a existência de diversa restauração, com predominância para cafés e restaurantes, assim como alguns serviços e equipamentos que se concentram maioritariamente na zona norte da avenida e na zona sul, mais concretamente fronteiros à Praça Luis de Camões e Praça Camilo Castelo Branco, facto que pode ser explicado pela existência nestas localizações dos dois edifícios mais importantes presentes na zona, O tribunal a norte e o edifício dos Paços do Concelho a sul (ver fig.73).



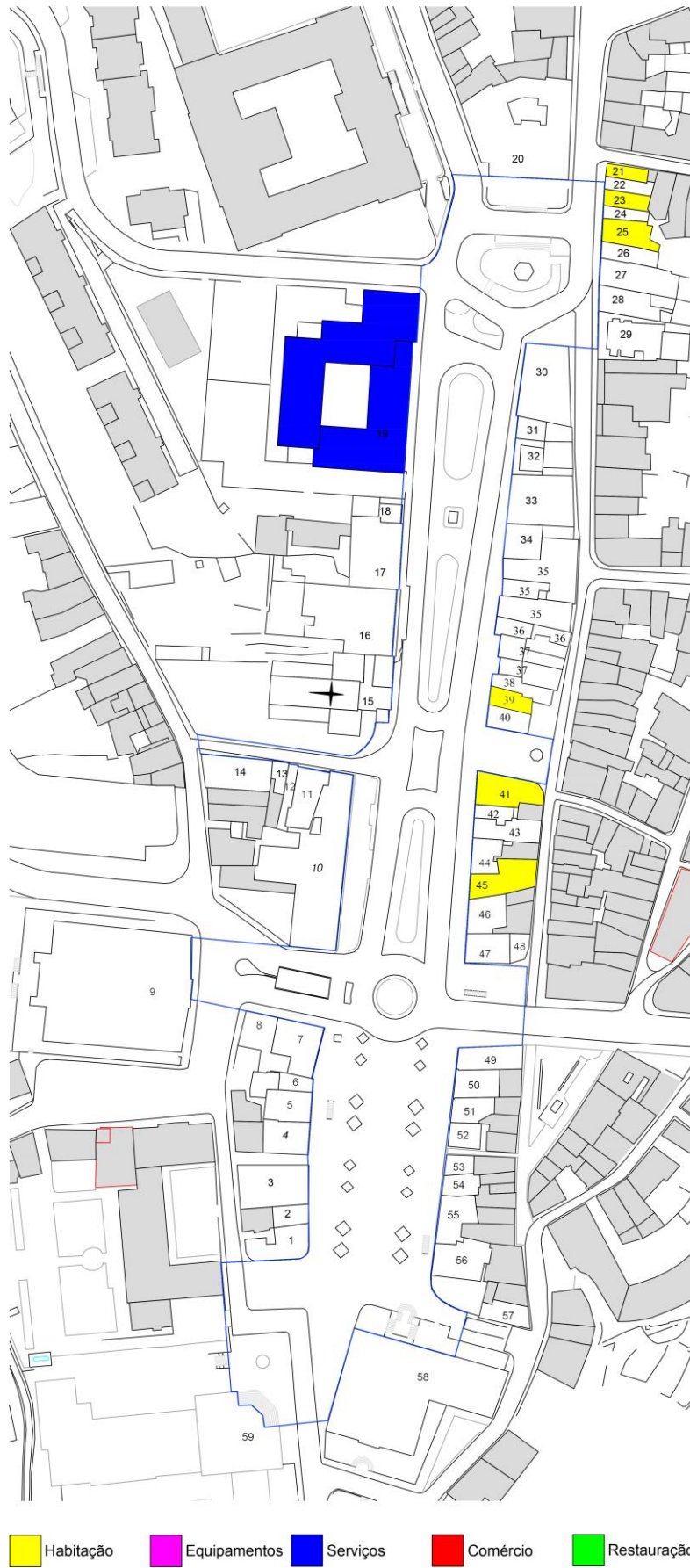
Como se poderá observar na figura ao lado apresentada, no 2º piso, começa a surgir alguma habitação na zona de estudo, nomeadamente na zona central da Avenida (edifício 31,32 44, 45, 46 entre outros), mas o uso predominante continua a ser o comércio (ver fig. 74).

Fig. 74; Planta de usos, 2º Piso.



**Fig. 75;** Planta de usos, 3º Piso.

Relativamente ao 3º piso, seguindo a tendência do piso anterior (2º piso), o aumento da habitação presente, é exponencial, surgindo igualmente ainda algum comércio, neste caso já voltado para dormidas como pensões, assim como serviços e equipamentos, sendo que estes se situam em edifícios especialmente e só utilizados para estes efeitos, como por exemplo o edifício da Caixa geral de depósitos (edifício 30), excepto, nos casos dos edifícios 3, 4 e 5 (ver fig. 75).



Por ultimo no 4º piso, já é escassa a presença de comércio e serviços, sendo de realçar apenas o edifício dos CTT (edifício 19) enquanto único edifício de serviços com este número de pisos, surgindo na maioria dos edifícios existentes com este número de pisos apenas o uso da habitação (ver fig. 76).

**Fig. 76;** Planta de usos, 4º Piso.

## D) Traços gerais do espaço público

A área de estudo possui cerca de 1,71 hectares de espaço público (ver fig. 77), compreendido entre vias automóveis, pedonais, zonas exclusivamente pedonais e jardins como se poderá verificar seguidamente. Como referido anteriormente toda esta área se poderá dividir em três grandes espaços principais, a praça Luís de camões na zona mais a norte, a Avenida Carvalho Araújo e parte de sua envolvente, e a praça Camilo Castelo Branco situada imediatamente em frente ao edifício dos paços do concelho a sul (fig.78 e 79).



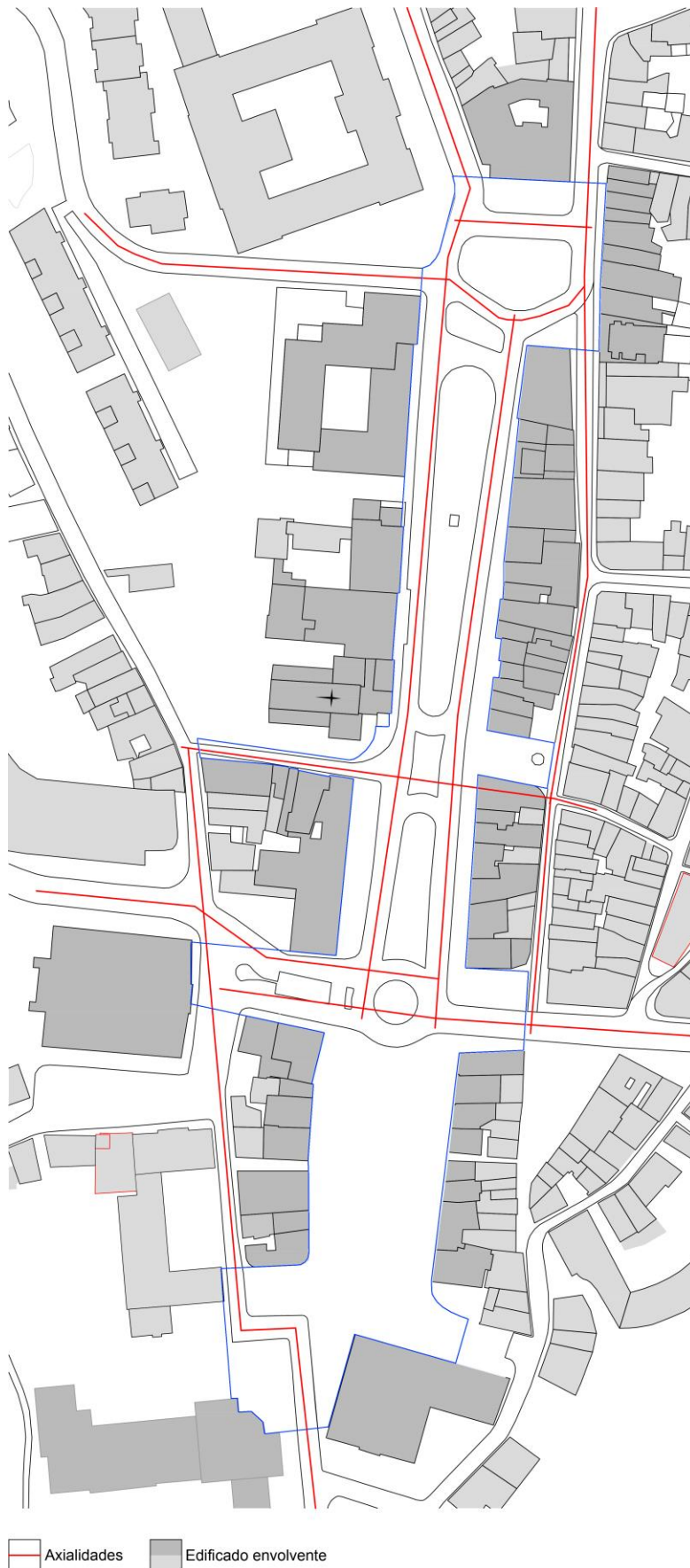
Fig. 77; Espaço Negativo da área de estudo e envolvente actualmente.



Fig. 78; Aproximação à área de estudo.

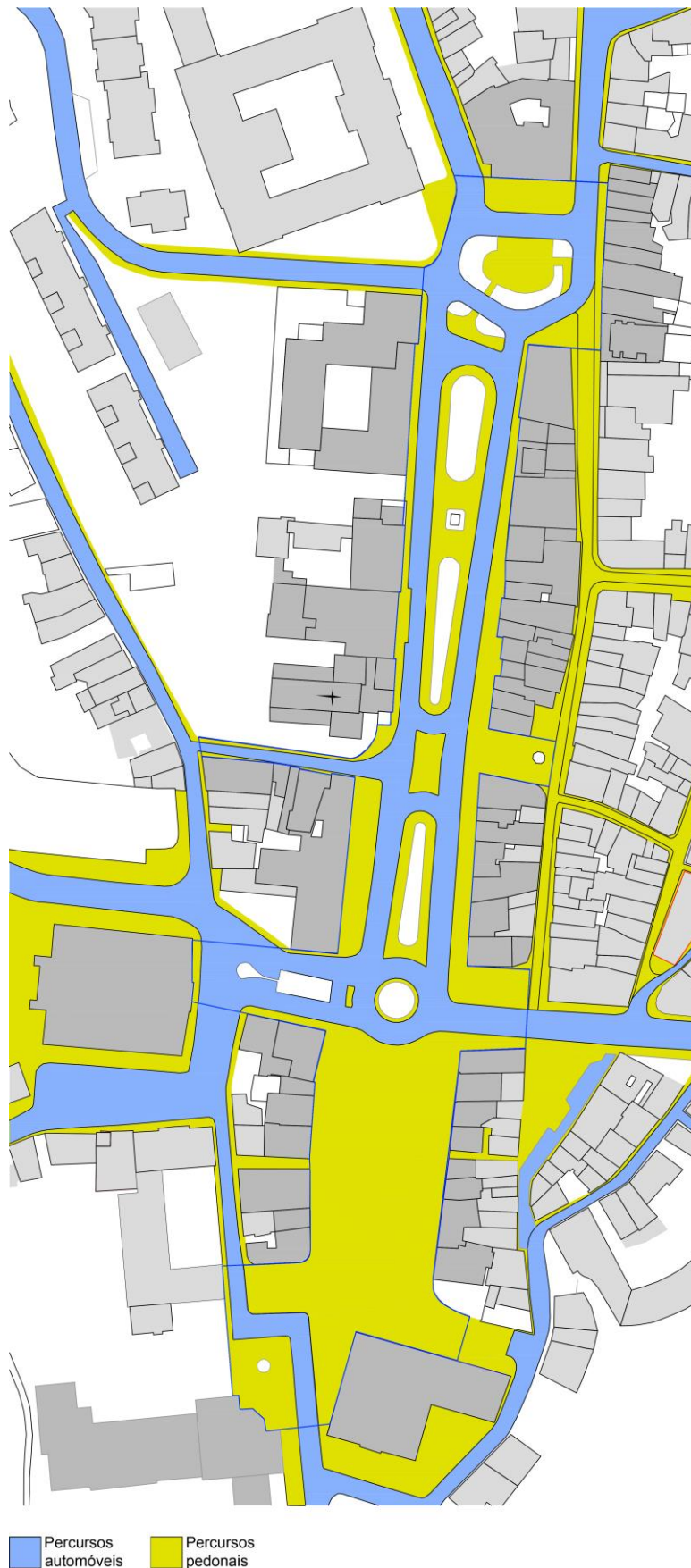
Fig. 79; Zonas constituintes da área de estudo.

Nas figuras anteriormente apresentadas, (78 e 79) pode-se verificar o enquadramento da área de estudo enquanto espaço livre de edificado, com a área envolvente, integrada no centro histórico de Vila Real, bem como as diferenças quer no desenho, quer nos elementos presentes no mesmo, que a constituem, divididos em três espaços distintos; a Praça Luís de Camões, a avenida Carvalho Araújo e a praça Camilo Castelo Branco. (ver fig.79)



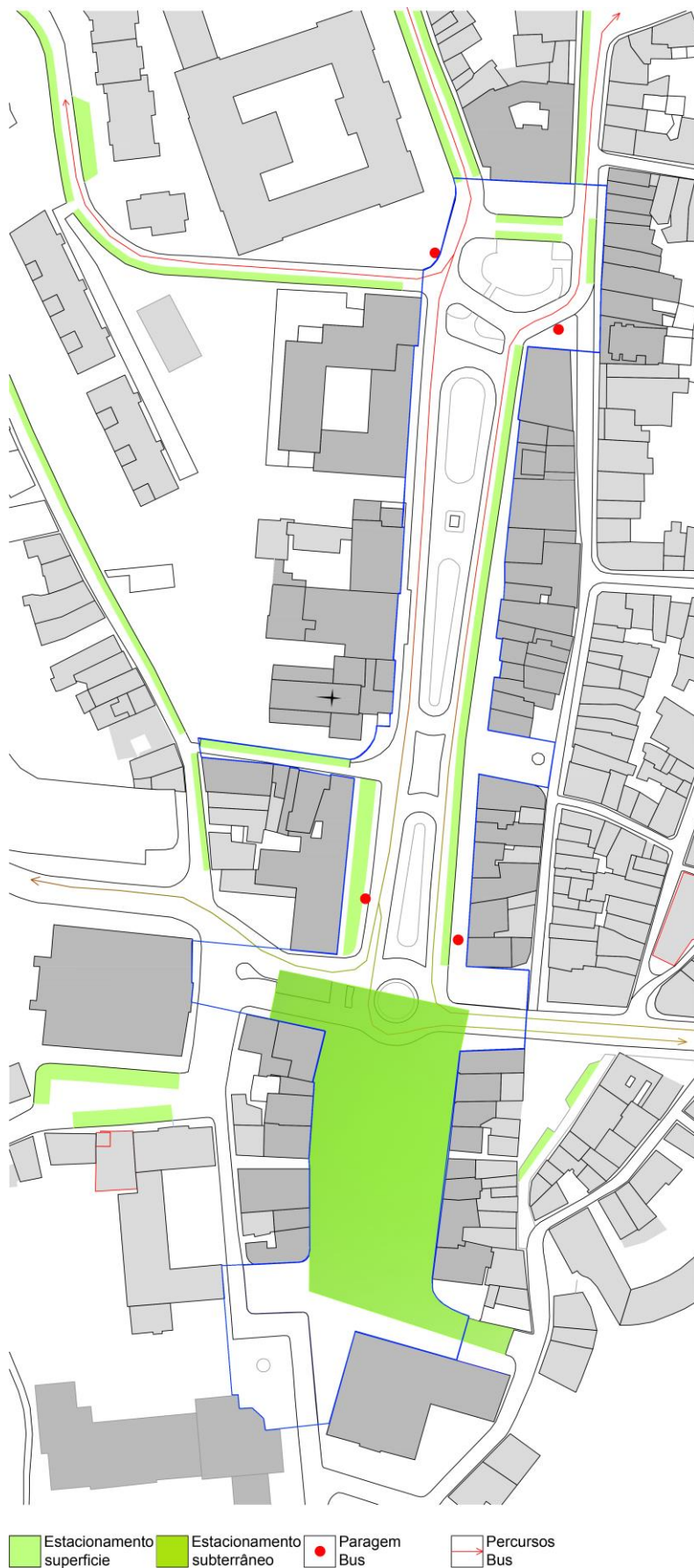
É de interesse para este estudo de zona, perceber de que forma a área de estudo é envolvida e servida relativamente a acessos, quer pedonais, quer automóveis. Pode-se assim observar através da figura 80, que os eixos principais que a cruzam e servem, são maioritariamente no sentido norte/sul e vice-versa na Avenida Carvalho Araújo, sendo ainda interceptada pela Avenida 1º de Maio a sul e pelas ruas D. Pedro de Castro, D. Margarida Chaves e d. António Valente que se interceptam com esta a norte em frente do tribunal. A avenida Carvalho Araújo, pode-se assim considerar de extrema importância ainda hoje em dia, pelo facto de funcionar como eixo de ligação entre as diversas zonas pertencentes ao centro histórico da cidade de Vila Real.

**Fig. 80;** Planta de axialidades da existente (sem escala).



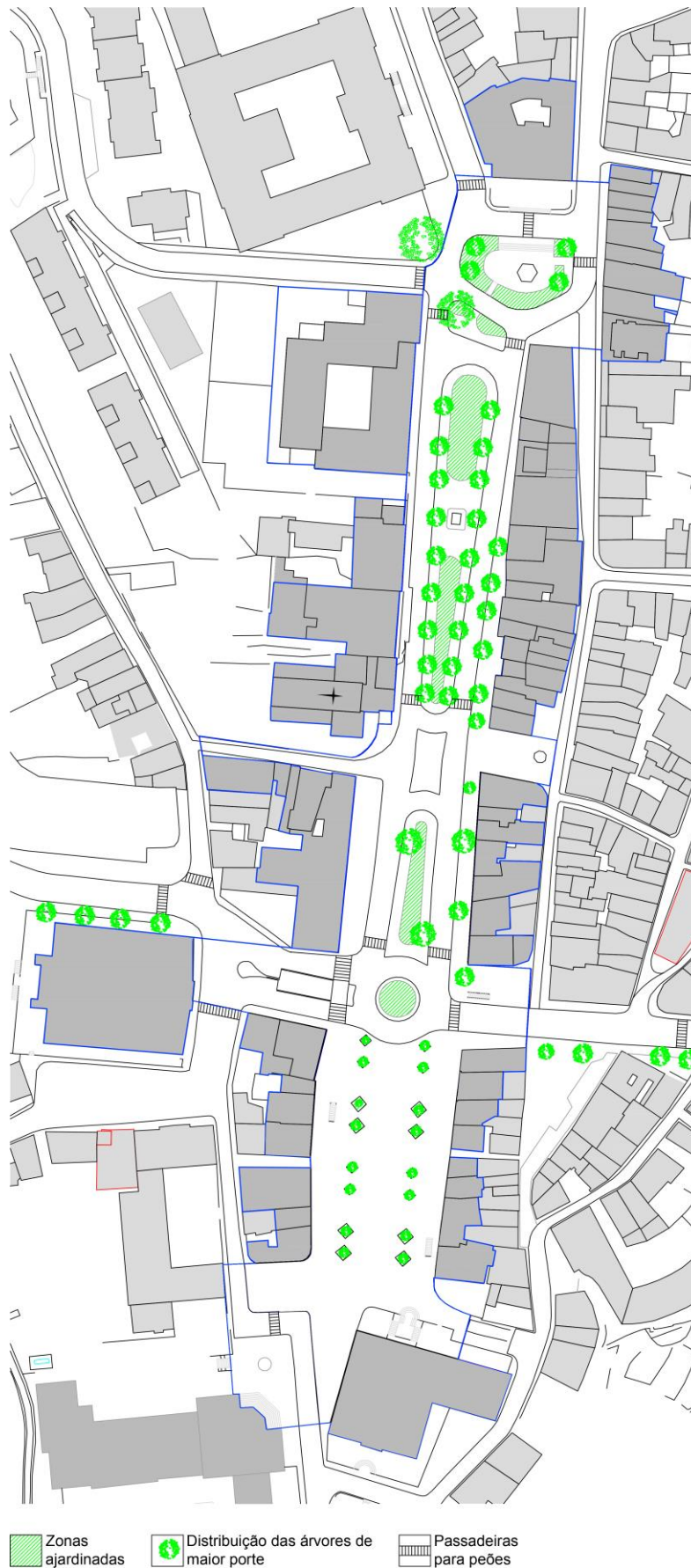
**Fig. 81;** Planta de percursos existentes (sem escala).

Importa como já foi referido anteriormente, analisar o conjunto de vias quer automóveis, quer pedonais e suas escalas, que servem a zona abrangida neste caso de estudo. Assim como se pode verificar na figura anexa (fig.81) em relação a vias automóveis, existem várias que a atravessam, mas a mais importante para este estudo de caso será a avenida Carvalho Araújo e as suas ligações norte e sul. Esta possui um maciço central pedonal, o qual se encontra ladeado por duas vias automóveis, uma ascendente e outra descendente que fazem a ligação entre a Praça Luís de Camões e a Praça Camilo Castelo Branco a sul, praça esta que como se poderá verificar na mesma figura, se trata de uma zona exclusiva ao trânsito e permanência de pedestres, estando separada do resto do conjunto pela Avenida 1º de Maio que a cruza, e isolada do resto do conjunto.



Em relação a estacionamento público, a zona encontra-se actualmente bem servida do mesmo, podendo encontrar-se diversos estacionamentos para automóveis, quer ao ar livre quer em parque subterrâneo, situado na zona da praça Camilo Castelo Branco. Este inaugurado em 2001 no âmbito do programa polis, com dois pisos exclusivos para estacionamento, como referido anteriormente, possui 263 lugares para estacionamento automóvel, distribuídos por 2 pisos subterrâneos. Na figura adjacente (fig.82), pode-se também verificar a existência de transportes públicos e paragens dos mesmos na zona, existindo duas linhas bus que passam na zona do caso de estudo atualmente.

**Fig. 82;** Planta de estacionamento automóvel e de transportes públicos existentes.



Relativamente a zonas ajardinadas e existência de vegetação presentes na zona, verifica-se que as zonas ajardinadas existentes, funcionam numa modalidade mais de ornamentação do que propriamente de espaço à disposição da população. Enquanto que na Praça Luis de Camões se pode verificar a existência de um certo resguardo do trânsito automóvel o que torna a presença enquanto peão na mesmo agradável, ao longo da Avenida e Praça Camilo Castelo branco já não se verifica o mesmo, ainda que por diferentes razões. Enquanto que ao longo da Avenida, não existem guarda peões ou qualquer barreira física entre o trânsito automóvel e pedonal o que torna a presença neste desagradável devido ao volume de trânsito automóvel que a utiliza diariamente, na praça Camilo C. Branco, a situação é inversa, o imenso espaço disponível à disposição dos peões, torna-se desagradável à permanência destes, pelo enorme vazio presente no mesmo, tratando-se de um espaço utilizado maioritariamente enquanto espaço de passagem, ou enquanto espaço de festividades veraneias da Cidade. (ver fig.83)

**Fig. 83;** Mapa de zonas ajardinadas e de passagens para peões existente.

# Capítulo 4 - Conformidade com os instrumentos de gestão territorial

## 4.1 Enquadramento no PDM de Vila Real

O concelho de Vila Real possui um regulamento do Plano director Municipal de Vila Real (PDM), publicado em conselho de ministros (nº 63/93) de 8 de Novembro de 1993, tendo sofrido alterações pela última vez, a 22 de Março de 2011 (diário da Republica, 2ª série-nº57). Este tem como objectivo principal a consolidação da cidade e do concelho de Vila Real no contexto regional e os seguintes objectivos estratégicos:

- a) O fortalecimento da coesão territorial, pela afirmação da cidade como principal centro regional de prestação de serviços, a adopção de um modelo de desenvolvimento multipolar devidamente hierarquizado, o acréscimo da mobilidade interna e externa;
- b) A preservação da qualidade ambiental e do património natural e edificado;
- c) A reestruturação e fortalecimento dos sectores económico, através da reestruturação e potencialização dos recursos endógenos existentes e da implementação de uma política de promoção do acolhimento empresarial.

## **a) Usos do Solo**

O Pdm de Vila Real, faz a distinção entre os dois tipos de solos presentes no mesmo. O solo rural, e o solo urbano, sendo este o necessário e presente no caso de estudo desta dissertação, o mesmo é divisível em 4 conceitos diferentes:

- a) Solos urbanizados;
- b) Solos de urbanização programada;
- c) Estrutura ecológica urbana;
- d) Espaços canal em solo urbano.

Este é constituído pelo regulamento geral, planta de ordenamento, planta de condicionantes (anexo A e anexo B), sendo que a área abrangida neste estudo de caso, não está abrangida por condicionantes, relativamente a RAN (rede agrícola nacional) e REN (reserva ecológica nacional), este capítulo incidirá principalmente na análise do PDM geral do conselho de Vila Real, e no plano de pormenor existente, que será analisado posteriormente o qual abrange mais detalhadamente a área do caso de estudo presente nesta dissertação.

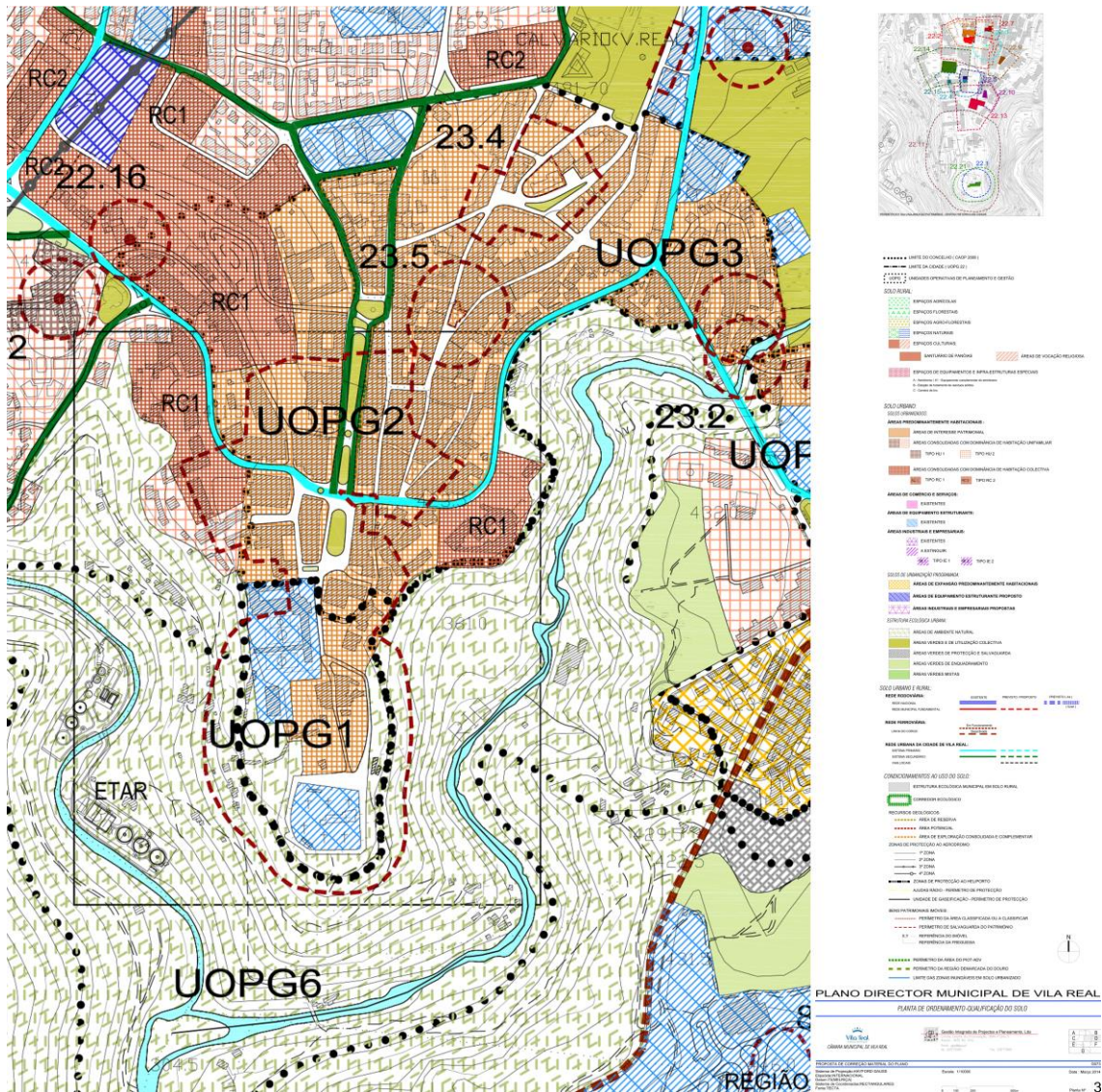


Fig. 84; Extracto da carta de usos do solo, PDM 2011

Como se pode verificar pela figura anteriormente apresentada (fig.84), a zona do caso de estudo é abrangida pela unidade de planeamento e gestão territorial UOPG 2<sup>5</sup>, relativas ao PDM de Vila Real, ficando situada em área de interesse patrimonial<sup>6</sup>;

1 – Consideram -se áreas de interesse patrimonial os núcleos primitivos dos aglomerados identificados na Planta de Ordenamento-Qualificação do Solo e na listagem do anexo I deste Regulamento, do qual é parte integrante, que são representativos da arquitectura tradicional e que pelo facto de se encontrarem ainda razoavelmente preservados justificam o estabelecimento de medidas especiais que promovam a sua requalificação e promoção.

2 – Para estes núcleos, sem prejuízo da legislação geral aplicável, do estabelecido em Planos de Pormenor em vigor ou dos pareceres das entidades competentes, nomeadamente para os núcleos incluídos no Parque Natural do Alvão, adoptam -se os

seguintes princípios:

- a) São expressamente proibidas todas as actividades incompatíveis com a habitação, nomeadamente indústrias poluentes ou actividades que necessitem de infra - estruturas incompatíveis com a rede urbana em presença;
- b) A alteração de usos para fins que não habitacionais só é permitida desde que contribua para viabilizar a preservação do objecto de salvaguarda e garantam a afectação de 50 % do total da sua área de pavimentos para habitação, ou, caso contrário, se destinem a usos de interesse público ou turísticos, ou sejam essenciais para a revitalização da vida local;
- c) Não são permitidas demolições de edifícios, salvo nos casos que ofereçam manifesto perigo para a segurança de pessoas e bens ou nas situações previstas na alínea f) do presente número deste artigo;
- d) Quando autorizada, a demolição deve ser precedida de levantamento arquitectónico e fotográfico exaustivo, devendo, no caso de nova edificação ou reconstrução, respeitar -se a traça do edifício pré -existente;
- e) Não é permitido ocupar com edifícios ou corpos edificados jardins, quintais ou logradouros;
- f) Poderá a Câmara Municipal obrigar à demolição ou remoção de qualquer elemento ou parte de edifício que venha a ser considerado lesivo da sua integridade e valor patrimonial;
- g) Às novas construções, bem como às obras de ampliação e reconstrução de edifícios, é ainda aplicável o disposto no artigo 46.º do presente Regulamento.

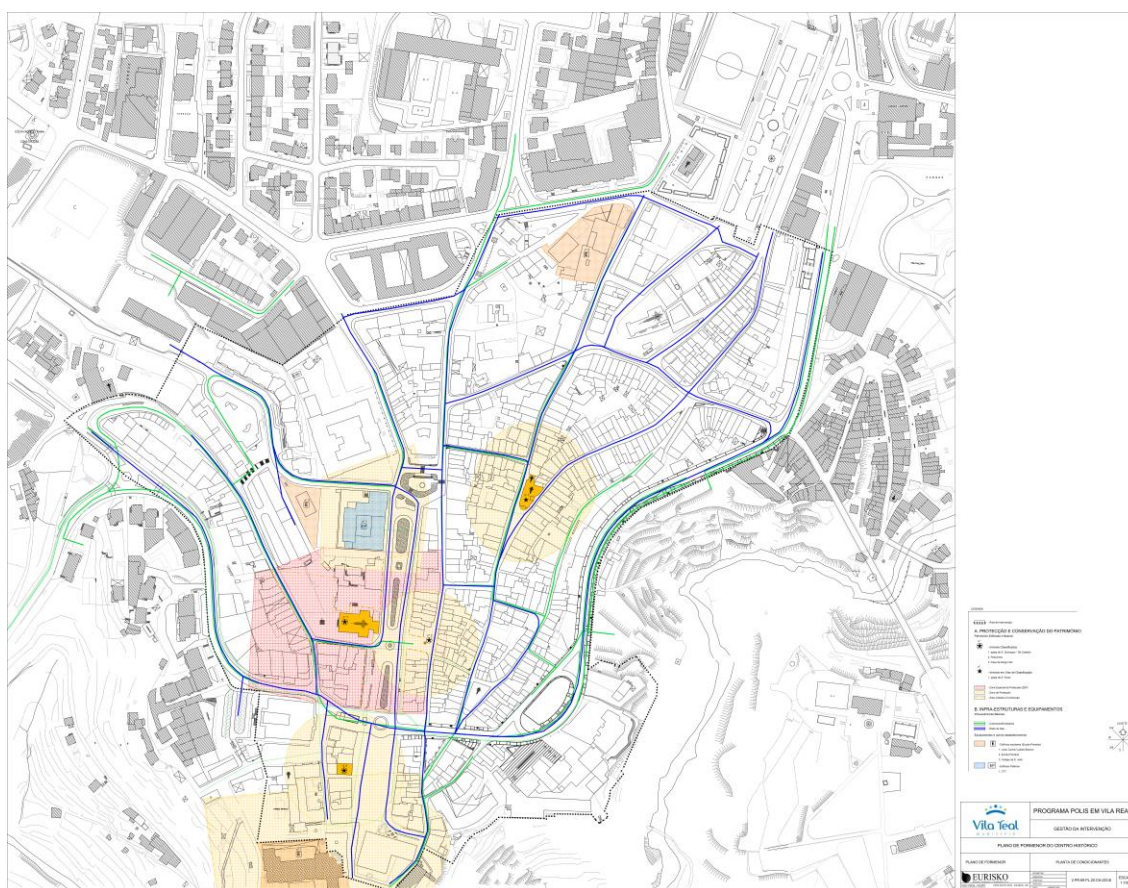
---

<sup>5</sup> Alínea 2, artigo 85º secção II, capítulo VI, *Diário da República*, 2.ª série, Pdm Vila Real.

<sup>6</sup> Art.º 44, divisão I, Secção I, capítulo V, *Diário da República*, 2.ª série, Pdm Vila Real.

A área de estudo abrangida pelo caso de estudo, é abrangida por um plano de pormenor (ver fig.85), emitido em diário da República no ano de 2003<sup>7</sup> e rectificado em 2012<sup>8</sup>, conforme está explicado na legenda da figura 84 (figura anterior), cujos principais objectivos seriam;

- a) Qualificar, valorizar e regenerar o espaço público, o parque edificado e as funções sociais e económicas do centro histórico da cidade de Vila Real;
- b) Criar um novo sistema de circulação e de transportes e aumentar e melhorar as condições de estacionamento automóvel;
- c) Aumentar as superfícies destinadas a tráfego exclusivo ou preferencialmente pedonal;
- d) Consolidar a estrutura verde urbana do centro histórico de Vila Real, através da requalificação, valorização e criação de novos espaços verdes com funções de enquadramento e de recreio e lazer.



**Fig. 85;** Plano de pormenor do centro histórico da cidade de Vila Real, planta de condicionantes.

<sup>7</sup> Declaração n.º 307/2003, 7 de Outubro de 2003, n.º232, *Diário da República*, 2.ª série, Pdm Vila Real.

<sup>8</sup> Aviso n.º 13348/2012, 8 de Outubro de 2012, n.º 194, *Diário da República*, 2.ª série, Pdm Vila Real.

## b) Índices e parâmetros urbanísticos

Relativamente a índices e parâmetros urbanísticos, o Regulamento para o centro histórico de Vila Real, prevê relativamente ao espaço privado<sup>9</sup>;

- 1- Com excepção das propostas de edificabilidade reguladas no artigo 18.º, não é permitido o loteamento ou destacamento de qualquer outra parcela integrada na área do plano.
- 2- A junção de parcelas independentes já existentes é permitida desde que o fim a que se destina seja compatível com os usos, formas de ocupação do solo e volumetrias previstos no Plano e os respectivos projectos de licenciamento ou autorização indiquem vantagens no âmbito da exclusiva reabilitação ou remodelação de edifícios, como definido no artigo 16.º<sup>10</sup>.

Relativamente a espaço público<sup>11</sup>;

- Para praças ou arruamentos;

- 1- Nas praças e arruamentos, marcando a separação de usos, só é admitida a utilização de granito nos pavimentos, excepto nas vias de tráfego livre, onde, conforme projectos a aprovar, se poderá utilizar betuminoso.
- 2- Os perfis transversais dos canais de circulação automóvel em vias de tráfego condicionado desenvolvem-se com 3 m, e os perfis transversais dos canais de circulação automóvel em vias de tráfego livre desenvolvem-se com 3,25 m ou com 6,50 m consoante com um ou dois sentidos.
- 3- Nas vias de tráfego livre, os lancis de aresta viva a utilizar serão de granito da região e contarão com 0,20 m de altura por forma a impedir que sejam galgados para estacionamento ilegal, usando-se nas zonas de atravessamento pedonal lancis rampeados que facilitem a mobilidade dos peões.

---

<sup>9</sup> Ponto 1 e 2, artigo 7.º, secção I, Capítulo III, Regulamento centro histórico.

<sup>10</sup> Artigo 16.º, secção I, Capítulo IV, Regulamento centro histórico.

<sup>11</sup> Ponto 1,2 e 3, artigo 13.º, secção II, Capítulo III, Regulamento centro histórico.

- Espaços de paragem eventual<sup>12</sup>;

1- É definido na Avenida de Carvalho Araújo e na envolvente do actual mercado um espaço, que terá um perfil transversal de 2,50 m, destinado a cargas e descargas de apoio às actividades económicas e comerciais existentes nestas imediações, paragens de curta duração e entrada e saída de passageiros em táxis.

- Espaços verdes de usos público<sup>13</sup>;

- 1- Esta categoria de espaços diz respeito a espaços verdes de uso publico inseridos no perímetro do Plano e na malha urbana, devidamente equipados, destinados às funções de recreio, lazer e enquadramento.
- 2- Os espaços verdes de uso público associados ao sistema de recreio incluem todos os espaços abertos vocacionados para o desenvolvimento de actividades recreativas ou lúdicas.
- 3- Nos espaços verdes de uso público não são permitidos quaisquer tipos de construções, excluindo apenas a construção de equipamentos relacionados com as actividades que aí se pretendem implementar.
- 4- As espécies vegetais a implementar deverão encontrar-se adaptadas às condições edafo-climáticas da região e pertencer à flora autóctone e ou cultural do território em que se inserem.
- 5- Não será admitida a introdução de espécies infestantes como a acácia ou de espécies com elevadas exigências hídricas, tal como o eucalipto, ou outras espécies vegetais arbóreas, arbustivas e ou herbáceas consideradas invasoras.
- 6- As espécies a localizar junto a muros e ou infra-estruturas deverão possuir raízes profundantes de modo a não provocar danos no subsolo ao nível das infra-estruturas.
- 7- Pretende-se a criação de uma estrutura verde que rapidamente se estabeleça, pelo que as espécies vegetais a adoptar deverão ser de crescimento rápido e pouco exigentes em trabalhos de manutenção.

---

<sup>12</sup> Artigo 14.º, Secção II, Capitulo III, Regulamento centro histórico.

<sup>13</sup> Artigo 15.º, Secção II, Capitulo III, Regulamento centro histórico

- 8- Na selecção da vegetação a implementar ao longo das vias de circulação deverão considerar-se alinhamentos contínuos de uma mesma espécie, estabelecendo-se assim conjuntos uniformes em termos morfológicos, cromáticos e texturais, pelo que a escolha do elemento vegetal para cada alinhamento arbóreo deverá estar de acordo com a escala perfil de rua.
- 9- Não é permitido quebrar alinhamentos de árvores implantados ao longo das vias de circulação pedonal e automóvel sem uma razão fitossanitária ou de segurança pública.
- 10- Todos os equipamentos a considerar nos espaços verdes de recreio e lazer, deverão obedecer ao prescrito na legislação em vigor, designadamente o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogos e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte.

### **c) Condicionantes ao uso do solo**

Relativamente aos usos do solo, o regulamento para o centro histórico, prevê as seguintes condicionantes:

Quanto aos usos <sup>14</sup>;

- 1- Os usos admissíveis dentro da área de intervenção do Plano são os seguintes;
  - a) Residência unifamiliar e multifamiliar;
  - b) Serviços públicos e privados;
  - c) Comércio a retalho;
  - d) Indústrias de classe D.
- 2- Os usos identificados na alínea b) como serviços públicos so são admitidos em edifícios independentes, devendo os equipamentos propostos destinados á actividade de serviços públicos ser instalados nos edifícios e espaços já hoje assim classificados ou em outros definidos como de apetência para este fim, designadamente pela sua dimensão, qualidade arquitectónica ou posicionamento urbano.

- 3- Os serviços privados identificados a alínea b) só poderão ser instalados em edifícios de uso misto com habitação ou comércio, ou monofuncionais de acordo com o nº6 deste artigo.
- 4- Os usos identificados nas alíneas c) e d) só poderão ser instalados em piso térreo, onde é desejada a concentração de actividades de procura pública.
- 5- Nos edifícios de uso misto nos quais haja áreas destinadas a habitação, estas ocuparão, no mínimo um terço da área bruta construída acima da cota de soleira.
- 6- Caso seja manifesta a incapacidade de dotar edifícios existentes de boas condições de habitabilidade, no que concerne a áreas, arejamento e insolação, admite-se que estes possam assumir-se como monofuncionais destinados a serviços privados.

Quanto á ocupação do solo <sup>15</sup>:

- 1- Deverão ser respeitados os alinhamentos actuais face aos arruamentos de acesso.  
As propostas de edificabilidade do Plano reguladas no artigo 18.º serão implantadas dentro dos limites dos polígonos de implantação definidos e respeitarão o alinhamento que os delimita.
- 2- As propostas de edificabilidade do Plano reguladas no artigo 18.º serão implantadas dentro dos limites dos polígonos de implantação definidos e respeitarão o alinhamento que os delimita.
- 3- As caves só serão permitidas no âmbito do licenciamento ou autorização de obras de demolição e de construção, como definido no artigo 16.º.

---

<sup>14</sup> Artigo 8.º, Secção I, Capítulo III, Regulamento centro histórico, II série.

<sup>15</sup> Artigo 8.º, Secção I, Capítulo III, Regulamento centro histórico, II série.

## 4.2 Síntese de Regras aplicáveis á intervenção de reabilitação urbana

No que concerne ao actual sistema de gestão territorial, através da análise do PDM e condicionantes do mesmo, e mais concretamente através da análise do plano de pormenor existente e vigente para a zona de intervenção do caso de estudo presente nesta dissertação, verifica-se o enquadramento da zona de estudo nos mesmos, estando assim intervenções de carácter urbanístico nesta zona sujeitas ás regras ditadas pelos mesmos, nomeadamente e de maior importância a ter em conta, enquanto síntese das mesmas:

Enquanto área urbanizada e de valor patrimonial;

- A proibição de actividades que não sejam compatíveis com a habitação, e as condições necessárias á mesma, salvo excepções em que uma alteração nos usos de determinado imóvel, salvasse 50% do total da sua área de pavimento para habitação e a mesma seja essencial para a revitalização da vida local, não sendo ainda permitidas demolições de edifícios, salvo situação em que estes constituam um perigo para a segurança pública, sendo que quando autorizada a demolição, antes deverá ser elaborado um levantamento arquitectónico e fotográfico exaustivo, com vista á preservação da memória do edifício em questão.

Enquanto espaço público;

- Relativamente ao espaço público, o regulamento, prevê para praças e espaços públicos situados na zona histórica de vila real, que relativamente aos pavimentos, estes deverão ser constituídos por granito, excepto nas vias de tráfego livre, onde após aprovação será permitido o uso de betão betuminoso nas mesmas, sendo que estas deverão ainda prever um espaço transversal de 2,5 metros no mínimo reservado para o efeito de cargas e descargas, nomeadamente na Avenida C. Araújo. Relativamente aos passeios pedonais, estes deverão ficar elevados, relativamente às vias de tráfego automóvel cerca de 20 cm, facilitando a mobilidade pedonal, e evitando o estacionamento automóvel abusivo. Existem ainda um conjunto de regras relativamente às zonas verdes e espécies a implementar nestas, sendo de realçar a proibição de construção de qualquer tipo nestes espaços, excepto equipamentos relacionados com as actividades que nestes se pretendam implementar, as espécies a adoptar deverão ser espécies da flora local, deverão possuir raízes profundantes de modo a não danificar as infra-estruturas circundantes, não sendo possível quebrar alinhamentos de árvores implantados ao longo das vias de circulação automóvel ou pedonal, sem uma razão fitossanitária ou de segurança pública, por fim os alinhamentos arbóreos ao longo das ruas,

deverão ser constituídos da mesma espécie, sendo a sua escolha feita de acordo com a escala perfil da rua em questão.

# Capítulo 5 - Proposta de Reabilitação Urbana

Neste capítulo serão propostas várias alterações para o caso de estudo, de forma a que este se possa tornar mais atractivo, quer para os habitantes da cidade de Vila Real que deste possam usufruir, quer para possíveis visitantes da mesma, de forma a criar um espaço de carácter central, humano na cidade, que possa proporcionar bem estar á população que deste possa vir a usufruir.

## 5.1. Objectivos ao nível dos espaços públicos:

O principal propósito de intervenção no caso de estudo, advém do facto da importância que este possui, quer a nível histórico, quer a nível social no contexto da cidade de Vila Real. Trata-se de um espaço localizado em pleno centro histórico no centro da cidade, com uma arquitectura típica, quer no desenho dos edifícios, quer no desenho dos pavimentos e arruamentos, sendo um dos locais mais movimentados da cidade, dotado de algumas das mais importantes infra-estruturas, quer a nível de património, quer ao nível de serviços e comércio.

Trata-se de uma zona que é constituída no seu todo por três elementos considerados os mais importantes (Praça Luís de Camões, Praça Camilo Castelo Branco e Avenida carvalho Araújo), que actualmente se encontra fragmentada, quer no seu desenho quer nas ligação entre as diferentes partes que a constituem, acabando por tornar esta zona pouco apelativa quer a habitantes, comerciantes ou inclusive a visitantes.

Assim reabilitar esta área de tão grande importância para a cidade, torna-se urgente, na medida em que seja possível criar um espaço agradável a todos os seus utilizadores, e á cidade em geral.

Desta forma os principais objectivos da intervenção urbana, prendem-se maioritariamente na reabilitação do espaço público e nos seus elementos constituintes, tais como a praça, a rua, o largo e os espaços ajardinados, sendo que será necessário intervir em vários pontos como:

- Repensar e redesenhar as vias de trânsito (quer automóveis, quer pedonais);
- Ligar as três zonas constituintes do estudo de caso (praça Luís de Camões, Avenida

Carvalho Araújo e praça Camilo Castelo Branco);

- Melhorar o estado do pavimento das zonas pedonais e automóveis;
- Dotar a zona de mobiliário urbano adequado;
- Reposicionar e redefinir elementos verdes, de forma a que estes sirvam as pessoas e as necessidades de bem estar destas;
- Promover a vivência dos espaços;
- Manter a memória do espaço, enquanto espaço com séculos de história.

## 5.2. Memória descritiva e justificativa das medidas projetuais

### A) Descrição geral da proposta

Segundo os objectivos acima definidos, prevê-se que esta proposta de reabilitação urbana, se possa converter num espaço de agrado para a população, anulando assim a degradação que se tem vindo a observar ao longo dos últimos tempos. Contribuído para a sua valorização enquanto espaço de estar, de passagem e de promoção urbanística e arquitectónica da cidade.

Partindo da análise histórica da zona, foi possível efectuar alterações de diversos tipos.

A nível de trânsito automóvel, tornou-se importante a sua reformulação entre a Praça Luís de Camões e a Praça Camilo Castelo Branco, de forma a que a ligação entre estas duas zonas se pudesse efectuar de forma fluida, sem conflitos com a zona destinada à circulação pedonal, a qual foi reorganizada também, procurando a fluidez em toda a extensão da zona do caso de estudo.

Foi também reformulada a zona imediatamente em frente ao antigo Hotel Tocaio, adjacente ao largo Conde de Amarante, de forma a que este local se possa tornar igualmente um espaço de desenho claro, com zona específica para estacionamento e para circulação pedonal, eliminando os conflitos actualmente existentes entre eles.

Redefiniram-se igualmente os espaços verdes e os seus alinhamentos, procurando um padrão que se adequasse e servisse as necessidades da zona, desde a Praça Camilo Castelo Branco até à zona mais a Norte, Praça Luís de Camões, de forma a criar uma continuidade ao longo da Avenida. Efetuou-se o mesmo tipo de intervenção com os pavimentos destinados à circulação pedonal, através do prolongamento dos mesmos ao longo de toda a zona, salvo

casos excepcionais, como na Praça Luís de Camões, a qual foi alterada de forma a evocar tempos mais antigos, nos quais funcionava como uma varanda com vista para toda a extensão da avenida Carvalho Araújo e Praça Camilo Castelo Branco. Foi igualmente, procurando evocar a memória da avenida, criado um desenho de pavimento (em hexágono), entre o largo da Gomes e a Sé de São Domingos em alusão ao chafariz que antigamente ali se situou, e que actualmente está em frente do tribunal (Praça Luís de Camões).

Por último, foram também levadas a cabo alterações na zona da Praça Camilo Castelo Branco, imediatamente em frente ao liceu com mesmo nome (ver fig.86), nomeadamente na via de trânsito que a serve e nos seus limites, tendo sido implementado um pavimento único na zona e instalados guarda peões, de forma a abrandar a velocidade de trânsito automóvel e a melhorar as condições de segurança dos peões transeuntes, dada a proximidade do liceu anteriormente referido.



**Fig. 86;** Liceu Camilo Castelo Branco.

Assim procurando uma resposta aos vários objectivos anteriormente definidos, foi obtida a planta geral de proposta que se segue (fig.87), a qual irá ser analisada detalhadamente seguidamente.



Fig. 87; Planta geral da proposta.

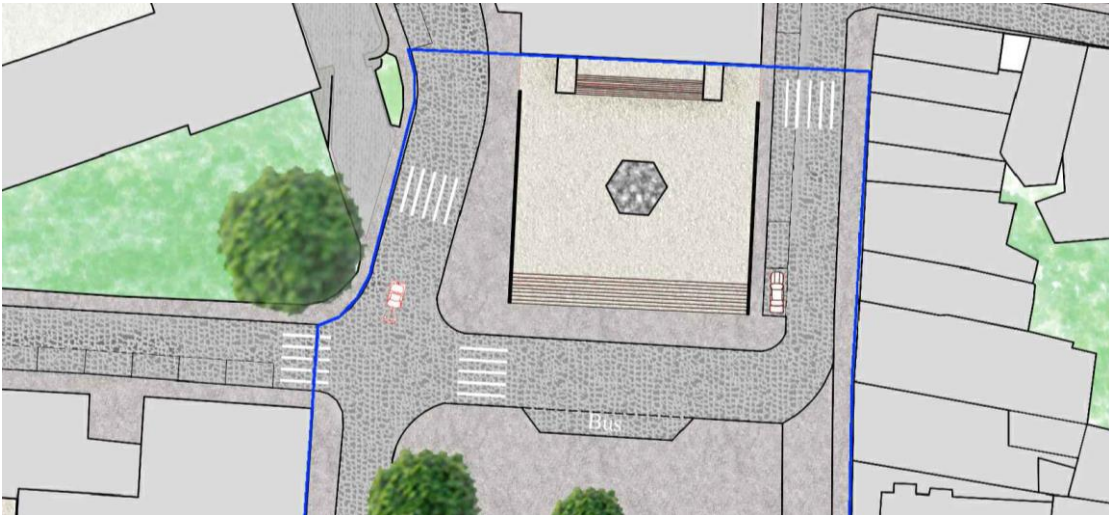


**Fig. 88;** Comparação imagem aérea real, caso de estudo sem proposta, (á esquerda) e com proposta (á direita).

Como se pode verificar através da comparação entre as imagens anteriormente apresentadas (fig.88), propõe-se uma maior clareza e unidade no desenho ao nível da imagem da área de estudo (à Direita), com os alinhamentos arbóreos bem definidos, e as diferenças de pavimento. Assim como os novos elementos, entre os quais a silhueta proposta para o pavimento junto da Sé, a estátua de Camilo Castelo Branco na Praça com mesmo nome, e o desenho da Praça Luís de Camões imediatamente em frente ao tribunal (ver fig.90, 91e 92), criando a ideia de um todo, e de continuidade urbana, e não de três zonas distintas como anteriormente (ver fig.89).



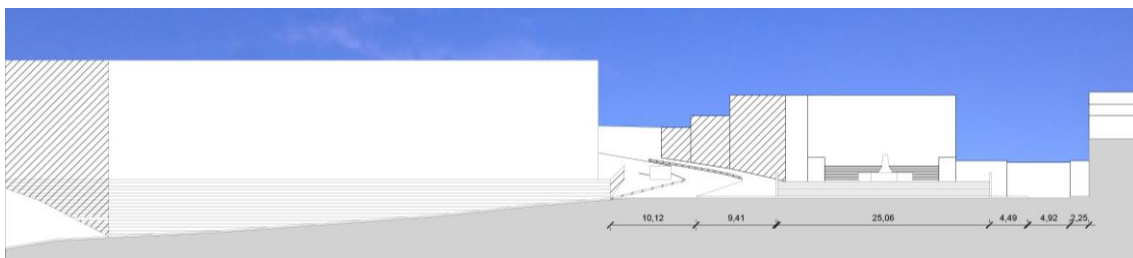
**Fig. 89;** Perfil A 'A (ver Anexo 1) da Avenida Carvalho Araújo em toda a sua extensão, (sem escala).



**Fig. 90;** Planta de Pormenor, Praça Luís de Camões (com proposta).



**Fig. 91;** Perspectiva sobre a Praça Luís de Camões (com proposta).



**Fig. 92;** Perfil B 'B' (ver anexo 1) da Praça Luís de Camões (com proposta).

## B) Proposta de arruamentos

Uma vez que a zona em estudo, como anteriormente referido, possui vários problemas relacionados com o confronto entre peões e trânsito automóvel e de fruição pedonal entre as várias partes que a constituem, foram necessárias medidas que procurassem fazer uma reorganização das vias, de forma a resolver estes problemas.

Assim em termos gerais, foram implementadas propostas de alterações das vias com vista a:

- a) Garantir a qualidade e durabilidade dos materiais utilizados nos pavimentos, aplicando granitos da zona;
- b) Garantir condições de conforto e segurança, quer á circulação de peões, quer automóvel, criando uma maior superfície para trânsito pedonal e aplicando quando necessário guarda-peões;
- c) Garantir a clareza e uniformidade do espaço urbano, através da continuidade entre os tipos de materiais propostos;
- d) Promover um espaço de bem-estar, de convivência e vivências sociais no centro da cidade, criando locais de estadia e colocando árvores.

Sendo o principal objectivo desta dissertação promover a zona de estudo, são várias as propostas para as vias de trânsito automóvel:

- Reorganização das vias automóveis ascendente (sul para Norte) e descendente no sentido inverso entre a praça Camilo Castelo Branco a sul e a Praça Luís de Camões a norte juntando-as numa só via, de forma a poder libertar espaço adjacente á zona comercial para circulação e permanência de peões (ver fig.93).



**Fig. 93;** Perspectiva sobre o Plano geral da Avenida Carvalho Araújo (com proposta).

- Desenho do atravessamento da Avenida 1º de Maio na avenida Carvalho Araújo, efectuando-se a mudança da rotunda actualmente presente no centro desta última para o largo Conde de Amarante em frente do antigo edifício do governo civil. Redefinição da zona onde esta rotunda se situava de forma a facilitar a circulação de peões entre a zona central da Avenida Avenida Carvalho Araújo e a Praça Camilo Castelo Branco, e a poder eliminar as barreiras visuais e físicas, que comprometiam a unidade da área de estudo no seu todo, bem como a livre circulação e segurança dos peões (ver fig.94).



**Fig.94;** Planta de Pormenor do Atravessamento da Av.1º de Maio e Largo Conde de Amarante (com proposta).

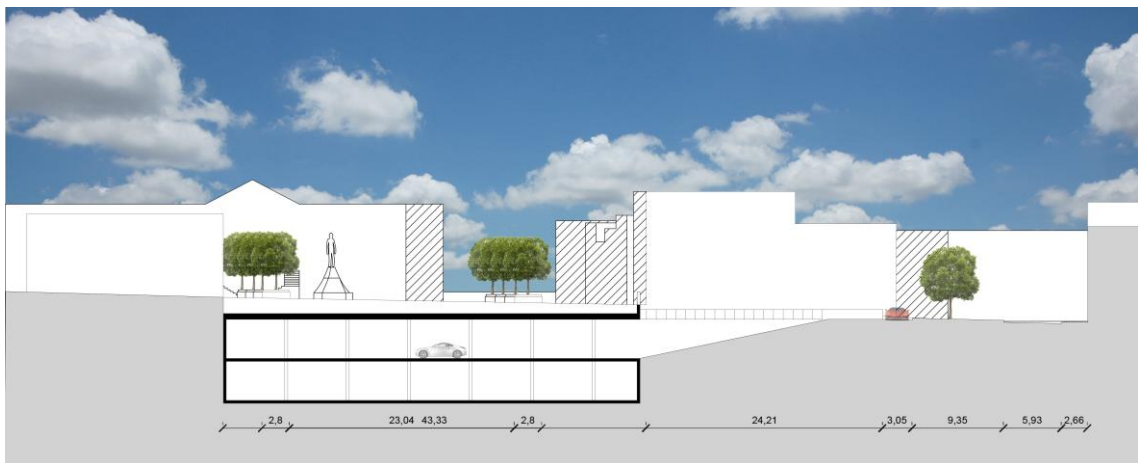
- Foram criadas zonas de cargas e descargas pontualmente ao longo da via no sentido ascendente, visto que é na zona imediatamente adjacente a esta, que se encontra a maioria dos espaços comerciais presentes na zona. Estas zonas de cargas e descargas, possuem 2,5 m de largura, por 14 metros de comprimento nas zonas de estacionamento para esse efeito, tendo igualmente sido definidas zonas de paragens de transportes públicos, passando a existir espaços especificamente destinados a esse efeito.

- Relativamente a estacionamento automóvel na via pública, foram eliminados os lugares exteriores existentes ao longo de toda a Avenida Carvalho Araújo, tendo sido apenas criados 4 novos lugares na zona da Praça Luís de Camões, no seguimento da rua Dona Margarida Chaves, com vista a servirem exclusivamente o tribunal em adição aos já existentes nesta zona. Enquanto que na zona mais a sul, os 12 lugares criados para o hotel Tocaio, em adição ao parque de estacionamento subterrâneo actualmente existente na Praça Camilo Castelo Branco, com uma capacidade para 263 lugares, dariam resposta às necessidades actuais (ver fig.95 e 96).



 Parque de estacionamento existente

**Fig. 95;** Planta piso -1, de Arruamentos (sem escala).



**Fig. 96;** Perfil C 'C (ver anexo 1) de atravessamento da rua 1º de Maio com a Avenida carvalho Araújo (com proposta).

- A travessa de S. Domingos (ver fig.99), situada imediatamente em frente à Sé com o mesmo nome, que anteriormente fazia a ligação automóvel entre a Avenida Carvalho Araújo e a rua Mal. Teixeira Rebelo com diversos problemas, nomeadamente a nível de pavimento (como pavimentos soltos e levantados), largura dos passeios (inferior a meio metro) e de estacionamento abusivo, foi tornada igualmente pedonal, passando a ser uma continuação do largo do pelourinho no lado oposto da avenida Carvalho Araújo. Prolonga-se o pavimento actual entre as duas zonas, funcionando igualmente e ocasionalmente como via de cargas e descargas marcada através de guarda peões.

- Foi igualmente criada e implementada uma estátua de homenagem a Camilo Castelo Branco, importante poeta português nascido na cidade, na praça Camilo Castelo Branco como forma de o homenagear. Sendo que nas imediações existe como já referido o Liceu com mesmo nome onde este em jovem estudou (ver fig.86). A zona adjacente ao mesmo foi igualmente alvo de uma intervenção, nomeadamente ao nível da via automóvel que a serve, na qual como forma de limitar a velocidade dos veículos que nela circulam, se implementou o mesmo tipo de pavimento da Praça Camilo Castelo Branco (ladrilhos de granito), mais estreita, e também delimitada por guarda peões (ver fig. 97 e 98).



Fig. 97; Pormenor da Praça Camilo Castelo Branco, na zona adjacente ao liceu (com proposta).

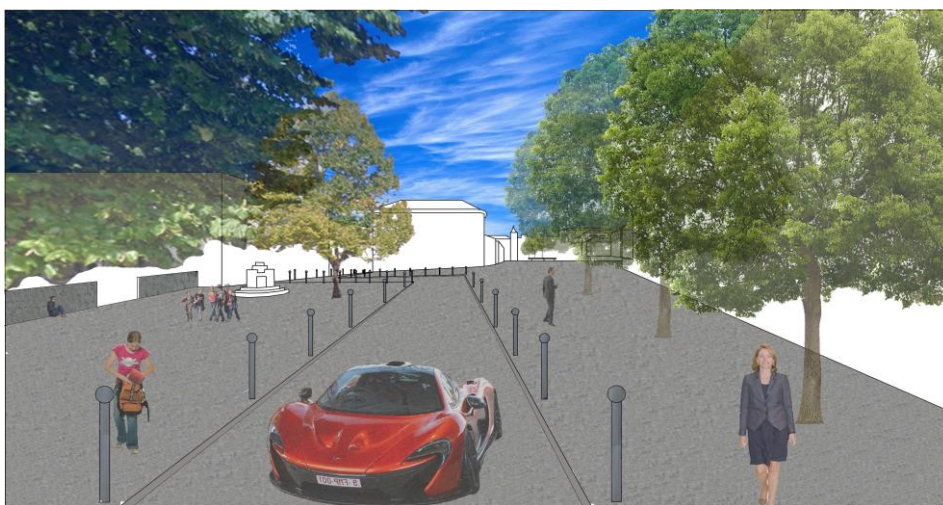


Fig. 98; Perspectiva da Praça Camilo Castelo Branco (com proposta).



Zonas Pedonais



Praça Luis de Camões



Vias Automóveis

Fig. 99; Planta de Arruamentos e materiais presentes nos mesmos (sem escala).

Na figura anteriormente apresentada (fig.99), poder-se-á verificar o tipo de pavimentos a aplicar nos diferentes arruamentos e zonas pedonais criadas com a proposta, bem como a continuidade criada entre eles. Destaca-se o hexágono criado imediatamente em frente á Sé (ver fig.100), que juntamente com a estátua actualmente existente em homenagem a Carvalho Araújo, e a estátua proposta de homenagem a Camilo Castelo Branco, serão os elementos marcantes entre o edifício do tribunal e o dos Paços do concelho, os dois mais importantes imóveis na zona de estudo.



**Fig. 100;** Perspectiva sobre a zona da Sé e desenho criado no pavimento da mesma (com proposta).

### C) Proposta de espaços verdes e de estar

Os espaços verdes actualmente presentes na área de estudo, encontram-se desadequados, quer no seu desenho sem simetria, quer na sua disposição sem continuidade, constituindo igualmente uma barreira física ao longo de toda a extensão da Avenida Carvalho Araújo. Assim reorganizaram-se os seus elementos constituintes, quer no seu desenho e disposição, de forma a poder adaptá-los as necessidades existentes, ligando os três espaços constituintes da proposta no seu desenho, deixando apenas um elemento arbóreo actualmente existente imediatamente em frente ao edifício dos ctt, que se considerou importante por proporcionar boas vivências e fixar pessoas (ver fig.101).



Fig. 101; Apontamento fotográfico da zona actualmente.

Assim, os espaços de ornamentação presentes ao longo da avenida actualmente, foram eliminados, de forma a criar um espaço de livre circulação de peões sem barreiras físicas, tendo-se relocalizado e alinhado diversas árvores, criando uma dinâmica de movimento e continuidade, realçada pelos bancos de jardim, de forma a que os utilizadores, possam beneficiar com uma protecção face ao clima existente (ver fig.102). Sendo esta dinâmica apenas interrompida, na zona entre o largo do pelourinho e a Sé, visto que como referido anteriormente, ao longo de toda a história da cidade nunca nenhum elemento que não o chafariz se interpôs entre estas zonas. (ver fig.103 e 104)



**Fig. 102;** Perspectiva sobre os alinhamentos arbóreos e dinâmica criada (com proposta).



**Fig. 103;** Pormenor do Largo do Pelourinho e travessa de São Domingos (com proposta).



**Fig. 104;** Perfil D 'D (ver anexo 1) do Largo do Pelourinho e Travessa de S. Domingos (com proposta).

Na Praça Camilo Castelo Branco, a situação ficaria quase igual à actual, relocalizando-se apenas elementos verdes e os seus suportes (vasos). Instala-se a estátua de homenagem a Camilo Castelo Branco nesta praça. (ver fig.105).



Fig. 105; Planta de pormenor da Praça Camilo Castelo Branco (com proposta).

Na figura seguinte (fig.106) poder-se-ão verificar os traços gerais da planta de espaços verdes, tais como alinhamentos e simetria entre estes, bem como a sua disposição ao longo da área de estudo.

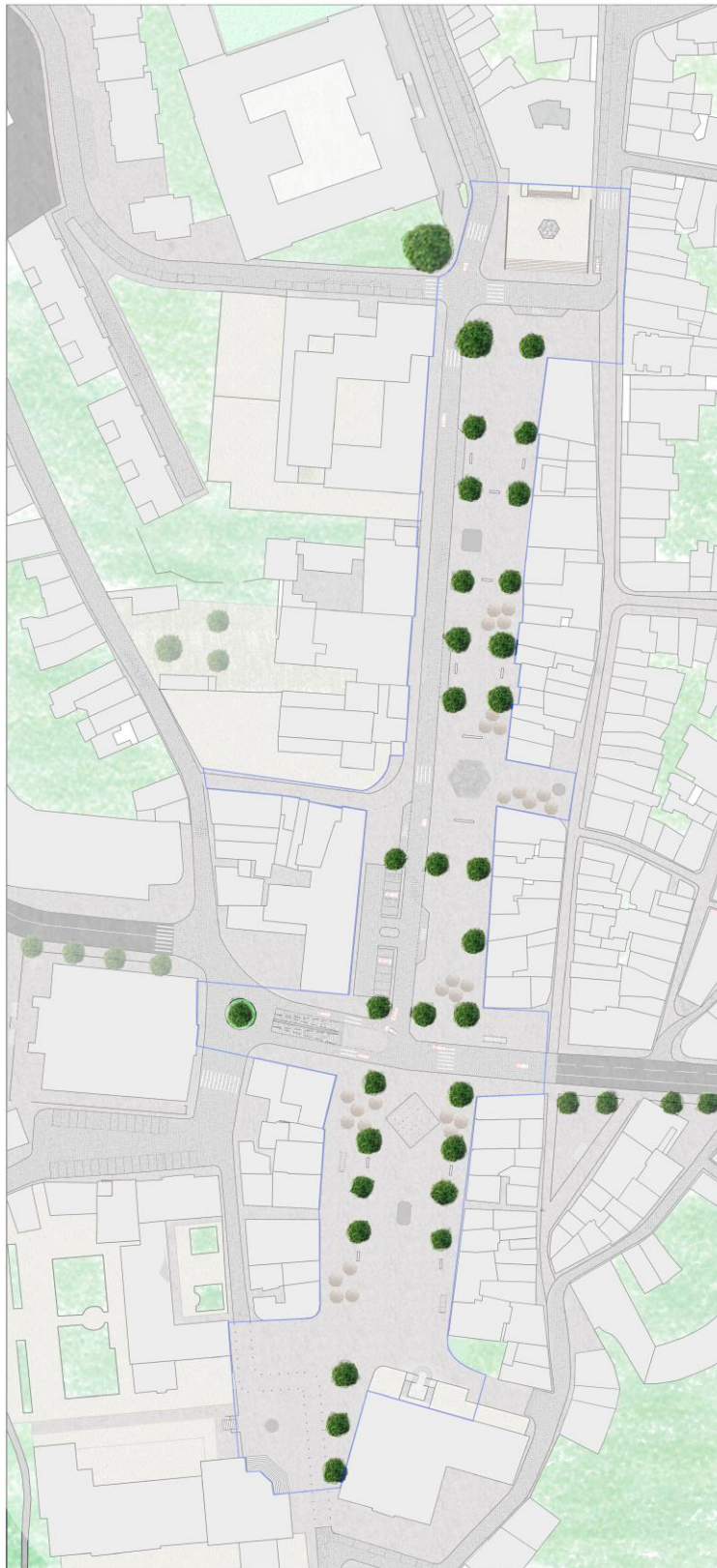


Fig. 106; Planta geral de espaços verdes, com proposta (sem escala).

## D) Proposta de mobiliário urbano

De modo a tornar todo este espaço mais confortável e agradável, é necessária a introdução de diverso mobiliário urbano, tal como sinalética, papeleiras, grelhas para caldeiras de árvores, pilaretes, vários elementos de iluminação, e bancos de jardim. (ver fig.107).

Todos estes elementos deverão respeitar os alinhamentos definidos na planta de implantação.



Fig. 107; Planta de mobiliário urbano proposto.

Relativamente aos bancos de jardim a implementar, estes seriam colocados em espaços vocacionados para a estadia e a promoção do convívio assim como a fixação de pessoas, oferecendo vistas agradáveis sobre o cenário urbano e as vivências do dia-a-dia. Estes serão constituídos em granito proveniente da região, pintado a branco, colocados em locais estratégicos ao longo de toda zona de estudo (ver fig.108).

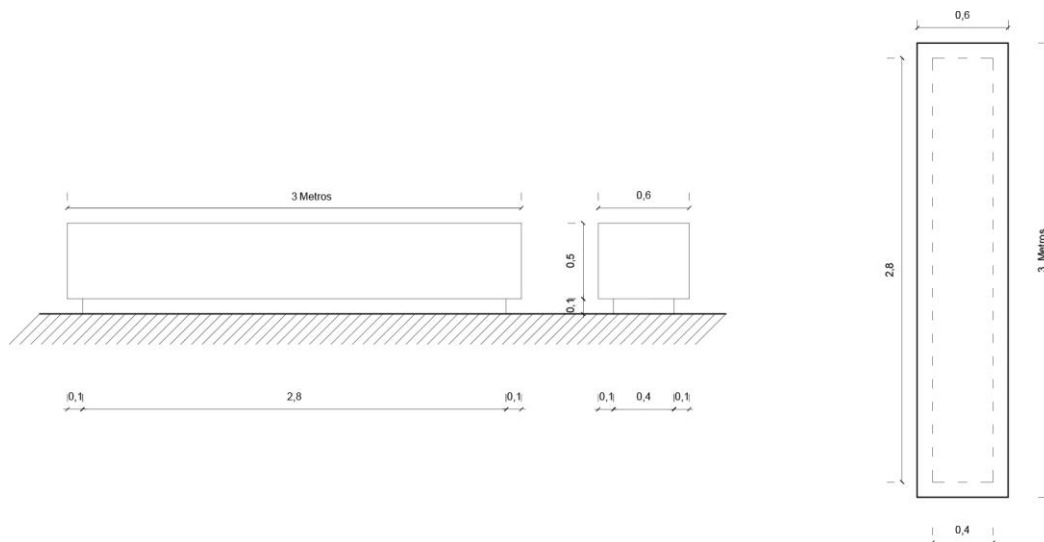


Fig. 108; Exemplo de Banco de jardim proposto.

Em relação aos pilaretes (guarda peões) não existem na área de estudo, tendo como consequência o estacionamento abusivo e a falta de segurança da circulação pedonal. Assim propõe-se a sua introdução em zonas consideradas mais críticas, originadas pelo confronto entre automóveis e circulação pedonal, como por exemplo na zonado Liceu e da praça Camilo Castelo Branco, de forma a poder minimizar este confronto, diminuir a velocidade do trânsito automóvel e aumentar os níveis de segurança da circulação pedonal. (ver fig.109).

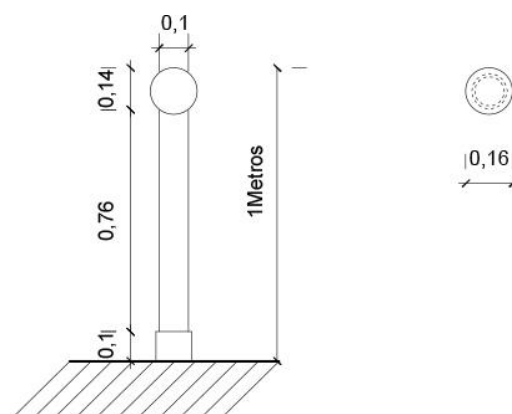


Fig. 109; Exemplo de tipo de Pilaretes (guarda peões) propostos.

Relativamente às papeleiras (ver fig.110), devem ser seguidas as algumas regras na sua escolha e aplicação. Devem ser constituídas por material resistente, de forma a evitar a entrada de águas pluviais. Quanto à sua localização devem ser colocadas em zonas de estadia e circuitos pedonais, mas de forma a evitar constrangimentos ao tráfego, e por fim deve-se ter em conta, aquando da sua localização junto a bancos de jardim, uma determinada distância livre entre ambos, por forma a evitar maus cheiros a quem destes venha a usufruir.

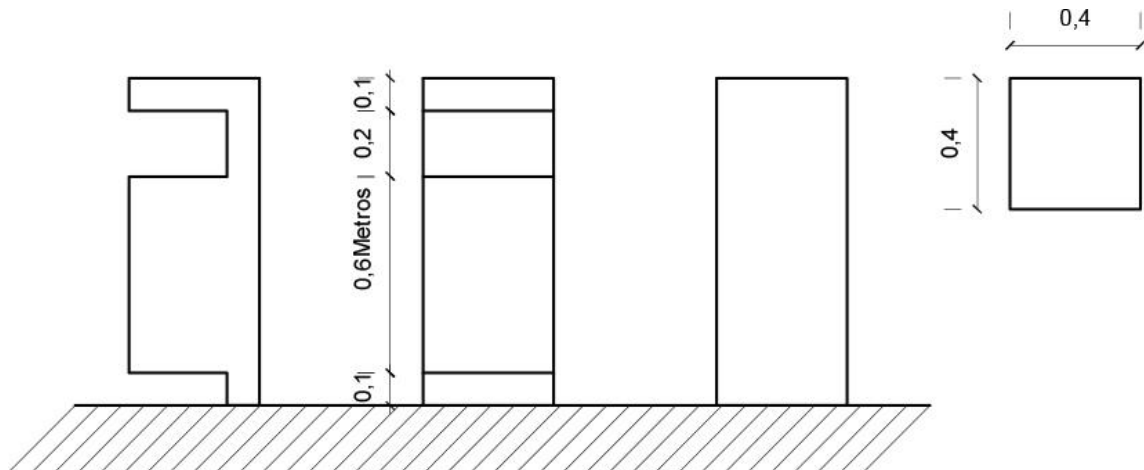


Fig. 110; Exemplo de tipo de Papeleira proposta.

Por fim relativamente à iluminação, opta-se por uma linha contemporânea e moderna no sentido de conseguir baixos consumos energéticos, sendo que actualmente na zona existem diversos tipos desta, em diferentes formatos. Propõe-se assim a uniformização deste tipo de mobiliário urbano, de forma a criar uma unidade entre os diversos espaços que compõem o caso de estudo assim como a harmonia entre estes. Propõe-se igualmente a criação de focos de iluminação únicos no solo de forma a demarcar percursos urbanos e espaços considerados de maior relevância, e a melhorar a leitura por parte dos peões quer nos percursos possíveis, quer no realce aos monumentos considerados importantes presentes na zona.



Fig. 111; Perspectiva sobre a possível imagem do caso de estudo em horário nocturno.

## Capítulo 6 - Conclusões

Como se demonstrou na proposta de reabilitação urbana apresentada no capítulo anterior, as medidas projetuais correspondem aos objectivos inicialmente definidos.

Como se pôde verificar no Capítulo 3, o esquecimento a que a Avenida Carvalho Araújo tem vindo a ser sujeito por parte das autoridades responsáveis pela sua manutenção, leva a que tenha vindo a ser igualmente preterido pelos habitantes e utentes. Levando a que consequentemente se tenha vindo a degradar ainda mais nos últimos anos desincentivando a sua fruição e utilização por partes dos utentes.

Por outro lado, o desinteresse geral que se tem vindo a verificar pelo mesmo, leva a que também a sua rica história e património, referidos igualmente no capítulo 3 caiam no esquecimento geral por parte da população, perdendo-se assim igualmente memórias de toda a importância para a cidade, que se vai vendo desprovida da sua própria identidade centenária.

Já em 2001 como se verificou no ponto 3.2 após a intervenção levada a cabo na zona da Praça Camilo Castelo Branco, se tornou evidente a necessidade de repensar o resto do seu todo (Avenida Carvalho Araújo e Praça Luís de Camões), como forma de poder tornar toda esta zona, num espaço com melhor fruição, quer automóvel, quer pedonal, tornando-a numa só quanto ao seu desenho e leitura.

Na proposta de intervenção urbana no capítulo 5, no ponto 5.2 podem-se identificar soluções, provenientes de um único propósito, uma melhor fruição quer da circulação pedonal, quer do trânsito automóvel assim como a eliminação de barreiras que os possam prejudicar no conjunto. Uma das soluções encontradas foi a junção das vias de automóveis ao longo de toda a Avenida Carvalho Araújo numa só via, assim como a sua reorganização na Praça Camilo Castelo Branco e Praça Luís de Camões. Na zona do largo conde de Amarante, permite-se uma melhor e maior fruição pedonal sem barreiras, e a continuação da organização de grandes eventos nesta zona, que possui agora um poder de atração de pessoas que anteriormente não tinha que anteriormente não possuía, reacendendo se possível o interesse por esta zona de forma a poder atrair mais comércio e investimento, que a possam promover, e potenciar.

Como se tem vindo a assistir nos últimos tempos, verificou-se no ponto 2.2, 2.3 e 2.4 que grandes centros urbanos como Lisboa, Paris e Barcelona entre outros, têm vindo a adoptar medidas projetuais de desenho urbano, ainda que por vezes provisórias, que beneficiem a circulação pedonal, em detrimento do trânsito automóvel. Ainda que por vezes tal só

aconteça aos fins-de-semana (casos do Terreiro do Paço, Lisboa), vai-se assistindo ao encerramento de vias situadas em pleno centro histórico destas cidades ao trânsito automóvel, abrindo-se apenas á circulação pedonal, com todos os benefícios que lhes estão associados, promovendo o bem-estar, a segurança e o exercício físico.

Esta proposta, tem como base o princípio de devolver a Avenida Carvalho Araújo aos cidadãos da cidade, a exemplo do que várias cidades têm vindo a tentar fazer, criando um espaço de estar com uma dimensão considerável em pleno centro urbano que lhe poderá acrescentar algo de positivo, potenciando não só esta zona, mas também as envolventes, promovendo o centro histórico da cidade e o interesse da população em geral por este local.

Espera-se portanto que de futuro, esta dissertação possa vir a contribuir para uma reflexão alargada sobre o papel do repensar o espaço publico e dos centros históricos nas cidades dos dias de hoje, e na possibilidade de as reabilitar e readaptar ao contexto em que se vive. Por outro lado contribuir-se-á para devolver ao espaço público a importância que outrora lhe era concedida algures perdida no tempo, não deixando cair em esquecimento os grandes pedaços da sua história.

Por fim refira-se que, esta proposta mais do que uma solução acabada e definitiva de desenho urbano para a área de estudo, espera-se que possa vir a reacender o interesse e discussão relativamente aos espaços públicos e aos centros históricos, e quanto à importância da sua valorização enquanto espaços que têm o poder de influenciar as relações do dia-a-dia entre habitantes e o seu bem-estar social. Espera-se que possa vir igualmente a relançar olhares sobre o caso de Vila Real, e da Avenida Carvalho Araújo mais concretamente, pondo em curso uma nova estrutura espacial e uma dinâmica social, numa resposta projetual do que poderá vir a ser um exemplo para a zona, respondendo às necessidades espaciais, e sociais.



# Bibliografia

## Referências Bibliográficas:

**AUGÉ**, Marc; Não-Lugares, Vendas Novas 1994.

**Coelho**, João; Formas e desígnios do espaço público na cidade contemporânea, o projecto do espaço publico na construção da cidade: casos Portugueses, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Setembro 2011.

**Gehl**, Jan: Cities for People.island press, Washington, Covelo, London 2010.

**Gehl**, Jan; Gemzøe Lars; Karnaes, Sia; New City Life <http://www.archdaily.com.br/br/01-115308/12-criterios-para-determinar-um-bom-espaco-publico>, (consultado em 20 de Agosto de 2015).

**Gomes**, Filipa: Do espaço público tradicional à sua função na cidade contemporânea, dissertação de mestrado, V. N. de Famalicão 2009.

**Healey**, P.: Making Better Places: The planning project in the twenty-first century. Palgrave Macmillan, Hampshire, New York, 2010.

**Hosken**, F.: The language of Cities. Macmillan, New York and London, 1968.

**Jacobs**, Jane: Morte e vida das grandes cidade 1961, 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes,2000.

**Jesus**, Patrícia Fernandes: A Cidade através do Espaço Público: Projecto de Reabilitação do Largo da Estação do Metro de Petáre (Caracas), dissertação de mestrado, Covilhã 2013.

**Koohsari**, M.; Karakiewicz,J.; Kaczynsky, A. : Public Open spaces and Walking: The role of proximity, \*erceptual Qualities of the surrounding built environment, and street configuration, in: environment and behavior, nº 45(6) (2012), Sage,ISSN: 00139165, pp. 706-736.

**Lynch**, Kevin: a imagem da cidade, Edições 70 2014.

**Marques**, Daniela Sousa: Centro Histórico de Leiria: projecto de reabilitação do espaço público, dissertação de mestrado Covilhã, Outubro de 2013.

**Neves**, Elísio Amaral; Do Rossio a Avenida; História longa da Avenida Carvalho Araújo, anteprojecto, Polis 2003.

**Piroddi**, Elio: Spazi urbani e vita sociale nelle città europee, em Le regole della ricomposizione urbana,Millano: Franco Angeli,2000.

**Portelinha**, João: Proposta de reabilitação urbana no centro histórico de Chaves: espaço publico vs espaço edificado, dissertação de Mestrado Covilhã, Outubro de 2012.

**Ramos**, Ana: Projecto de reabilitação urbana da frente de mar do Funchal: Aterro, Marina e São Lazaro, dissertação de mestrado, Covilhã, 2013.

Rossi, Aldo: *Arquitectura da Cidade*, edições Cosmos 2009.

Teixeira, Manuel (Org); *A Praça na Cidade Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa 2001.

#### **Revistas e artigos consultados:**

Determining Attributes of Urban Plaza for Social Sustainability: *Original Research Article*  
Procedia - Social and Behavioral Sciences, Volume 153, 16 October 2014, Pages 606-615,  
Nor Zalina Harun, Khalilah Zakariya, Mazlina Mansor, Khairunnisa Zakaria.

Quality of Life and Multiculturalism of Elderly People in the City of Ceuta (Spain): *Original Research Article*

Procedia - Social and Behavioral Sciences, Volume 132, 15 May 2014, Pages 701-707,  
Milagrosa Olmedo-Alguacil, Jesús Ramírez-Rodrigo, Carmen Villaverde-Gutiérrez, Alberto Ruiz-Villaverde.

The influence of public open space on urban spatial structure: *Original Research Article*

Journal of Environmental Economics and Management, Volume 46, Issue 2,  
September 2003, Pages 288-309, JunJie Wu, Andrew J. Plantinga.

The urban growth machine, central place theory and access to open space, *Original Research Article:*

City, Culture and Society, Volume 4, Issue 2, June 2013, Pages 87-98  
Jordan W. Smith, Myron F. Floyd.

Traditional And New Public Spaces in Rural Areas, Oficyna Wydawnicza PWSZ w Nyse, Urząd arszalkowski Województwa Opolskiego, NYSA 2014.

Urban open space in the 21st century *Original Research Article:*

Landscape and Urban Planning, Volume 60, Issue 2, 30 July 2002, Pages 59-72, Catharine Ward Thompson.

Urban Renewal and Mobility: The Batata Square Project: *Original Research Article*

Procedia - Social and Behavioral Sciences, Volume 160, 19 December 2014, Pages 112-120,  
Jaime Waisman, Gabriel Feriancic, Tito Lívio Frascino.

#### **Sites e artigos da internet consultados:**

Evaluation of comfort conditions in urban open spaces; Application in the island of Crete,  
[www.sciencedirect.com](http://www.sciencedirect.com), consultado a 13 de Abril de 2015.

[Http://www.cm-vilareal.pt/](http://www.cm-vilareal.pt/), (consultado em 30/09/2015).

[Http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050](http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050), Consultado em 28 de Agosto de 2015.

Museu do som e da imagem, Vila Real, <https://pt-pt.facebook.com/museudosomedaimagem/>, consultado a 23 de Junho de 2015.

Universidade de Trás os montes e alto Douro (UTAD); Relatório da cidade de Vila Real, Vila Real, Dezembro de 2003 ([http://home.utad.pt/~des/mt/relatorios/Vila\\_Real.pdf](http://home.utad.pt/~des/mt/relatorios/Vila_Real.pdf), consultado a 20 de Setembro de 2015).

[www.ine.pt](http://www.ine.pt), consultado a 23 de Abril de 2015.

[www.unfpa.org](http://www.unfpa.org), (consultado a 25/05/2015).

# Anexo 1



Anexo 1. Planta síntese da proposta com marcação das curvas de nível e perfis na mesma.

